

UNIVERSITY OF TORONTO



3 1761 01732247 0

AS AMANTES DE DOM JOÃO V



Digitized by the Internet Archive
in 2010 with funding from
University of Toronto

ALBERTO PIMENTEL

AS AMANTES

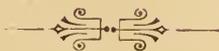
DE

DOM JOÃO V

ESTUDOS HISTORICOS

L'histoire humaine, voilà l'Histoire moderne.

IRMÃOS GONCOURT — *Les maitresses de Louis XV.*

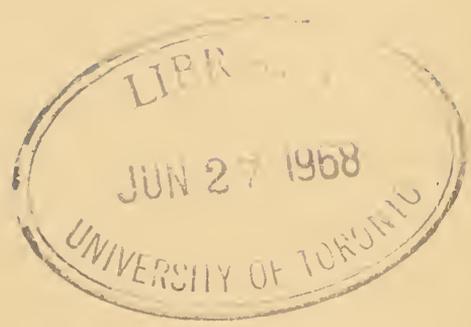


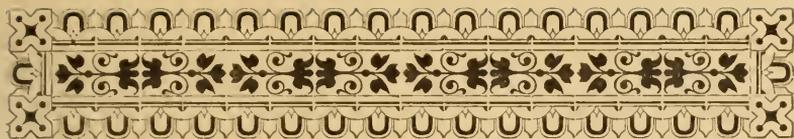
LISBOA

TYPOGRAPHIA DA ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS

1892

DP
638
P5





DUAS PALAVRAS



NÃO escrevo historia com intuitos politicos; mas unicamente por amor da arte. Já o disse no prologo dos *Idyllios dos reis*, e agora o repito, para que não restem duvidas.

Não é officio rendoso, nem glorioso. Mas é um habito do espirito, arreigado em annos que já não permittem vencel-o. Os primeiros frades de Bemfica faziam colhéres, como diz frei Luiz de Sousa. Eu faço historia, sem ter o vagar dos frades, porque os meus ocios, nada monásticos, regulam-se pelo breve compasso de espera, que vai de tarefa a tarefa.

D'este livro, se algum corollario politico pudesse tirar-se, seria abonatorio da morigeração hodierna

da monarchia, confrontada com os desmandos realengos de D. João V. A corrente dos costumes força a mão dos homens. No seculo passado, a licença não era apanagio do rei: todos, rei e vassallos, faziam a mesma coisa. Foi por isso que D. João V, um cézar, logrou ser estimado dos seus contemporaneos. Admira-se d'isto o historiador Bouchot. Não devêra admirar-se. D. João V foi um rei á altura do seu tempo e, como *noblesse oblige*, não consentiu que ninguem lhe deitasse a barra adiante em liberdade de costumes.

Hoje, que o cazarismo acabou, um rei como D. João V seria o coveiro da sua propria corôa; mas n'aquelle tempo, um rei que não fosse D. João V ficaria inferior ao ultimo dos fidalgos, não mereceria que os poetas do tempo o emparelhassem com Luiz XIV, como quando o auctor do *Pinto renascido* lhe chama o— *Sol El-Rei D. João*.

Lisboa, 25 de abril de 1891.

Alberto Pimentel



I

O PRIMEIRO AMOR

DOM João V foi solennemente aclamado rei de Portugal no primeiro dia do anno de 1707. Tinha então dezeseite annos completos, feitos a 22 do mez de outubro anterior. Era uma creança, e todavia já seu pae havia pensado em casal-o com alguma das trez archi-duquezas da casa d'Austria, filhas do imperador Leopoldo I.

D. Pedro II falleceu a 9 de dezembro de 1706, e dois mezes antes, a 6 de outubro, nomeára o conde de Villar Maior, Fernando Telles da Silva, para ir a Vienna felicitar o successor de Leopoldo I pela sua aclamação, pedir a mão de uma das archi-duquezas para o

principe real, e tratar de *outros gravissimos negocios*, diz o chronista da embaixada.¹

Estes negocios gravissimos eram de caracter politico, pois que Portugal se tinha envolvido, no tempo de D. Pedro II, na chamada guerra de successão de Hespanha, reconhecendo e auxiliando o archi-duque Carlos, que se fez acclamar rei em Madrid, quando alli entrou o exercito portuguez commandado pelo marquez das Minas, e que mais tarde occupou o throno imperial da Allemanha com o nome de Carlos VI.

Justificadamente nota Ferdinand Denis que Portugal, para estabelecer essa nova alliança, passára uma esponja sobre o extranho rigor da casa d'Austria com um desgraçado principe da casa de Bragança.² Refere-se ao infante D. Duarte, irmão de D. João IV, cuja biographia o sr. Ramos Coelho tão proficientemente acaba de estudar.³

D. João V teve de seguir a orientação politica de seu

¹ *Embaxada do conde de Villar mayor Fernando Telles da Sylva de Lisboa á côrte de Vienna, e viagem da Rainha Nossa Senhora D. Maria Anna de Austria de Vienna á côrte de Lisboa, etc.*, pelo padre Francisco da Fonseca, da companhia de Jesus. (Vienna. 1717).

² *L'univers, histoire et description de tous les peuples, Portugal*, pag. 348.

³ *Historia do infante D. Duarte, irmão d'el-rei D. João IV*. Lisboa, 1.º vol., 1889; 2.º vol., 1890.

pac na questão de alianças diplomaticas, e a breve trecho pode reconhecer que essa orientação não era isenta de incommodos. A 25 de março de 1707, o exercito que sustentava a causa de Philippe V batêra, perto de Almanza, as tropas inglezas, hollandezas e portuguezas.

Mas a carta estava jogada, e D. João V, que dilatára até ao outomno d'esse anno a partida do conde de Villar Maior, teve, para se não vêr a braços com a desconfiança da Austria e com a inimisade da França e da Hespanha, que estreitar por meio do seu casamento a alliança austriaca. A 24 de setembro o embaixador partia a bordo de uma fragata ingleza, levando uma comitiva de noventa e dois portuguezes, distribuidos por outras duas fragatas, tambem inglezas, as quaes comboyavam uma grande frota de navios mercantes.

D. João V manifestou logo, nos primeiros actos do seu reinado, incluindo a embaixada, as tendencias de ostentação e galanteria que o levavam a plagiar a côrte de Luiz XIV, seu modêlo predilecto, posto que seu adversario politico.

Realmente, até nos primeiros passos amorosos de D. João V releva uma certa semelhança com o grande Luiz. Sabe-se que este monarcha se apaixonou por Maria Mancini, sobrinha do cardeal Mazarino, e que a rainha mãe, receiosa de um casamento desigual, pensára primeiro em casar o filho com Margarida de Saboya, e

depois com a princeza hespanhola Maria Theresa, o que veio a acontecer.

Maria Mancini teve que recolher-se a um convento, e Luiz XIV esqueceu-a facilmente.

D. João V, antes de subir ao throno, pareceu querer eleger esposa por livre impulso do coração. Recahiu a escolha do principe em D. Filippa de Noronha, irmã do terceiro marquez de Cascaes, D. Manuel.

D. Filippa era formosa, rica, nobre, e intelligente como sua avó D. Barbara Estephania de Lara, cujas cartas existem manuscriptas em poder de particulares.¹

A historia galante de D. João V tem que procurar-se em documentos inéditos, porque só viram a luz publica aquelles que não podiam contrariar as conveniencias sociaes ou que arriscadamente se escoavam anonymos, como aconteceu com alguma frouxa satyra, por entre as malhas apertadas das devassas da policia.

Se fôrmos pedir á *Historia Genealogica* a biographia de D. Filippa de Noronha, ficaremos sabendo pouquissimo, apenas o que as conveniencias sociaes consentiam.

Diz-nos Antonio Caetano de Sousa que a infeliz dama era filha do segundo marquez de Cascaes, D. Luiz Al-

¹ Possue uma collecção muito importante o sr. José Maria Nepomuceno. O sr. Luciano Cordeiro tambem é possuidor de algumas cartas da primeira marqueza de Cascaes, D. Barbara.

vares de Castro Noronha Sousa e Athayde e de D. Maria Joanna Coutinho, da casa de Marialva.

Notícia outrosim que nasceu a 6 de março de 1682, sendo portanto mais velha sete annos que D. João V; que foi dama do Paço, e que se recolheu no mosteiro de Santa Clara de Lisboa.

Mais nada, como as conveniencias exigiam.

D. Filippa teve muitos irmãos, e trez irmãs. Uma d'ellas, D. Catharina, morreu na infancia. As outras duas casaram: D. Barbara Isabel de Lara com o terceiro marquez de Nisa, e D. Anna Maria Coutinho com o terceiro conde da Ponte. Ambas eram mais velhas do que D. Filippa. Só a desditosa noiva de D. João V ficou solteira, agrilhoada toda a vida ás duras consequencias da mallograda escolha do principe.

Quando começaram os amores do principe D. João com D. Filippa de Noronha?

Sousa, na *Historia Genealogica*, noticiando que D. Filippa fôra dama do Paço, accrescenta que servira n'essa qualidade, como suas irmãs, duas rainhas: D. Maria Sophia de Neuburgo e D. Maria Anna, de Austria. É possível que assim acontecesse, porque em 1699, quando D. Maria Sophia morreu, tinha D. Filippa dezeseite annos.

Mas não é provavel que o galanteio entre a dama e o principe começasse por esse tempo, quando D. João apenas contava dez annos de idade.

Temos de caminhar por conjecturas, e só poderemos architectal-as sobre um documento que representa o desfecho violento d'esse idyllio amoroso.

Refiro-me á supposta carta que D. Filippa de Noronha escreveu a D. João, já então rei, desilludida pelo proximo casamento do jovem soberano com D. Maria Anna, de Austria.

Existem copias d'esta carta, talvez apocrypha, nas bibliothecas de Evora e do Paço da Ajuda. Vamos transcrevel-a seguindo a lição da copia de Evora, e confrontando-a com a da Ajuda, que já foi publicada. As differenças que se notam entre uma e outra versão tornam suspeita a authencidade da carta. Ligeiras alterações são por via de regra vulgares em qualquer copia, mas as substituições de palavras inspiram desconfiança.

O que é natural é que sabendo-se que D. Filippa de Noronha escrevêra ao rei uma carta *bastantemente picante*, como diz um outro manuscripto, alguém se lembrasse de allegar imaginariamente as razões que ella poderia adduzir, encostando-se aos episodios do galanteio que eram conhecidos do publico.

Esta ultima circumstancia faz com que a aproveitemos, não como documento authenticico, mas como base verosimil das nossas conjecturas.

Eis a supposta carta de D. Filippa :

«Senhor.—Estas lettras, que algum dia merecêram as attenções de Vossa Magestade, bem sei que hoje lhe

darão ¹ mais impaciencia que gosto; porém como hão de ser as ultimas que porei a ² seus reaes pés, soffra-me Vossa Magestade o desafogar n'este papel a justa dôr que padece meu coração, nas experiencias do seu esquecimento.

«Quem dissera, Senhor, que um principe, e ³ tão grande, havia de ser ingrato a uma mulher do meu nascimento! D'onde ⁴ estão aquelles affectos, que quasi ⁵ passavam a adorações? E que delicto ⁶ foi fiar-me das finezas de um rei, para que não contente da solidão em que vivo, me condemne á solidão da sepultura, no desterro das suas memorias! Depois das injurias padecidas na pessoa, até quer Vossa Magestade que as sinta no amor!

«Quem crêra, que me era necessario, para merecer as attentões de Vossa Magestade valer-me da protecção dos seus ministros! Recorde Vossa Magestade as obrigações ⁷ que me devia ⁸ para que me livre ⁹ da af-

¹ A copia da Ajuda diz—deverão.

² aos (Ajuda).

³ Esta conjuncção não apparece na copia da Ajuda.

⁴ Aonde (Ajuda).

⁵ que passaram (Ajuda).

⁶ Que delicto (Ajuda).

⁷ as finezas (Ajuda).

⁸ que me deve (Ajuda).

⁹ para livrar-me (Ajuda).

fronta, que me custa o repetil-as. Como posso eu accusar o esquecimento de Vossa Magestade, sem que faça tambem publico o meu delicto? Ha de ser tal a força da minha desgraça, que procure o seu ¹ remedio com a minha injuria! Já que sou tão infeliz que todos a conhecem, deva-me ao menos a attenção de não confessa-la; porque a minha infelicidade ² é tal, que a queixa, que em todos ³ é desafogo, para mim seria injuria ⁴.

«Oh! não queira Vossa Magestade enlouquecer-me tanto com a sua sem-razão, que me obrigue a perder o medo ao silencio. Esta é a ultima affronta que me pode fazer ⁵ a desattenção de Vossa Magestade, reduzir-me a tão miseravel estado, ⁶ que não mereça lastima, sem reprehensão. A quem hei de repetir a minha queixa, que se não escandalise da razão d'ella? ⁷ Só Vossa Magestade a pode ouvir ⁸ sem horror, que como não ignora ⁹ as repetidas finezas que lhe devi, ¹⁰ a sua

¹ o meu (Ajuda).

² a infelicidade (Ajuda).

³ para todos (Ajuda).

⁴ tormento (Ajuda).

⁵ que pode fazer-me (Ajuda).

⁶ reduzir-me a tal estado (Ajuda).

⁷ da sem-razão d'ella (Ajuda).

⁸ que a pode ouvir (Ajuda).

⁹ e não ignora (Ajuda).

¹⁰ que me deve (Ajuda).

mesma memoria estará sendo a minha desculpa, com⁴ seguranças de ventura tão alta, que quando não fôra o amor me precipitára na vaidade.

«Bem reconheço² que era muita audacia³ aspirar a tanto; porém este meu engano não teve menos aucto-ridade, que a fé devida a um principe. E como, em Portugal, não era eu a primeira a quem um rei dêsse a mão para subir tão alto, foi facil o⁴ amor deixar-se persuadir do exemplo. Não me excederam as primeiras em qualidade, senão em ventura, pois todos os meus avós, entre as grandes familias de Portugal, fôram os de mais superior estimação, devendo a muitos d'elles os augustos progenitores de Vossa Magestade a dilata-ção⁵ da monarchia ou a segurança da corôa. De toda esta esclarecida descendencia só herdei a memoria, para me deixar⁶ vencer do desvanecimento. Presumi que fôsse o esplendor da minha casa e fiquei sendo o escandalo de todos.⁷ E para que fôsse sem igual a mi-

¹Na copia da Ajuda começa aqui um periodo que se funde com os dois seguintes até á palavra exemplo.

²conheço (Ajuda).

³ousadia (Ajuda).

⁴ao amor (Ajuda).

⁵devendo os progenitores de Vossa Magestade a muitos d'elles a dilatação (Ajuda).

⁶para deixar-me (Ajuda).

⁷de toda ella (Ajuda).

nha desventura, o mesmo príncipe que me reputava¹ digna da sua corôa, pleitea o satisfazer-me² com o despacho de um título, no mesmo³ tempo que minhas irmãs merecem esta honra, e eu⁴ a tivera, se o mesmo que as dá, me não segurára outra muitas vezes maior.

«Não ha mulher mais desgraçada. Para todos o agrado de Vossa Magestade serve para exaltação,⁵ só para mim de precipicio. Desterrou-me injuriosamente⁶ do Paço, perdi a comunicação dos meus parentes, fallou-se na minha reputação, e até n'esta sepultura em que estou, só⁷ para as injurias pareço viva, que para tudo o mais⁸ me olham com horror;⁹ e para que não haja genero de infelicidade, que não experimente,¹⁰ approvou-me¹¹ Vossa Magestade a pessoa de *Fulano*; quando este tratado, na fé da sua promessa,¹² se começa a pôr em publico, são tantas as duvidas e commissões que se lhe

¹ julgava (Ajuda).

² satisfazer-me (Ajuda).

³ ao mesmo (Ajuda).

⁴ e eu tambem (Ajuda).

⁵ de exaltação (Ajuda).

⁶ affrontosamente (Ajuda).

⁷ e em que só (Ajuda).

⁸ para tudo o mais (Ajuda).

⁹ Na copia da Ajuda, é periodo novo.

¹⁰ que eu não padeça, (Ajuda).

¹¹ approva-me (Ajuda).

¹² promessa, etc., são tantas as duvidas e omissões (Ajuda).

offerecem; que me tem custado tanta paciencia estes trez mezes de pratica, como os quatro annos¹ que soffro de injurias.

«Já, Senhor, estou resoluta a não pretender² nada; e para que Vossa Magestade conheça que mulheres da minha esphera se não contentam com satisfação, que não seja digna do seu sangue, ou que não pareça desempenho do rei,³ ordene Vossa Magestade a quem quer que entregue todas as joias que me offereceu algum tempo⁴ o amor, ou a sua grandeza,⁵ pois não quero commigo cousa, que me recorde⁶ a sua ingratição e a minha⁷ affronta.

«O que peço a Vossa Magestade é só licença para professar no convento em que morreu Santa Thereza de Jesus; que assim como o amor de Vossa Magestade me desterrou do paço, quero que a sua ingratição me extermine do reino. Nenhum outro favor procuro⁸ de Vossa Magestade que⁹ deixar-me aproveitar da sua

¹ que ha que (Ajuda).

² não pedir nada (Ajuda).

³ de um rei (Ajuda).

⁴ que algum dia me offereceu (Ajuda).

⁵ ou (dizendo melhor) a sua grandeza (Ajuda).

⁶ que recorde (Ajuda).

⁷ ou a minha (Ajuda).

⁸ pretendo (Ajuda).

⁹ mais que (Ajuda).

ingratidão¹ para o acerto d'este² desengano; e ficará Vossa Magestade tendo a gloria de premiar uma mulher, como eu, até com o esquecimento.

«Emquanto me durar a vida, fie Vossa Magestade de mim, que só empregarei os dias em pedir a Deus lhe accrescente os annos tão cheios de felicidades, que se contem em instantes as venturas.

«Espero da real grandeza de Vossa Magestade que logo, logo, entregando-se de tudo o que ha n'esta casa, me não retarde a licença que lhe peço, porque me obrigará esta sem-razão a impaciencia menos santa³ e ficará por conta de Vossa Magestade correndo toda a desesperação da minha fortuna.

«A real pessoa de Vossa Magestade guarde Deus⁴ muitos annos». ⁵

¹tyrannia (Ajuda).

²do meu (Ajuda).

³Na copia da Ajuda todo este periodo desapareceu. O que ahi se lê, é: «Emquanto me durar a vida, fie Vossa Magestade de mim, que só empregarei os dias, em pedir a Deus, lhe accrescente os annos, tão cheios de felicidades, que se contem a instantes as venturas: e ultimamente, ficará por conta de Vossa Magestade, toda a desesperação da minha fortuna».

⁴Deus guarde a pessoa de Vossa Magestade (Ajuda).

⁵Bibliotheca de Evora, codices $\frac{CV}{1-3}$, $\frac{CIX}{1-4}$. O manuscripto da real bibliotheca da Ajuda intitula-se: *Carta que ao senhor rei D. João V mandou D. Filippa de Noronha, irmã do illustrissimo e*

A carta pode ser apocrypha, mas o facto a que ella allude está authenticado pela tradição.

Um manuscripto da casa Pombal corrobora-o n'estes termos: «Logo que D. Filippa soube do casamento (*do rei*) pediu-lhe por uma carta bastantemente picante, que a mandasse para o convento mais pobre, e mais distante da côrte que houvesse no reino, etc.».

excellentissimo marquez de Cascaes D. Manuel de Castro; pae do ultimo que falleceu sem successão, D. Luiz José Leonardo de Castro Noronha Attaide e Sousa. De cujo monarcha, ella se deixou vencer sendo dama do paço, e elle ainda principe, por lhe haver dado primeiro um escripto de casamento. Escripta do convento de Santa Clara para onde foi recolhida por conselho dos ministros de estado, que lhe estorvaram o cumprimento de se receber com ella». (Miscellanea de prosas, em quarto. É uma collecção de copias feita por Antonio Correia Vianna em 1782. Lisboa).

O sr. Bernardes Branco, nas *Minhas queridas freirinhas de Odivellas*, (Lisboa, 1886), seguiu a copia da Ajuda, com ligeiros lapsos; mas na 2.^a edição do livro *Portugal na epocha de D. João V*, (Lisboa, 1886), reproduziu a variante que Ribeiro Guimarães tinha publicado no *Jornal do Commercio* de 18 de abril de 1868 e reeditado em 1873 no III volume do *Summario de varia historia*. É de notar que Ribeiro Guimarães não dá como authentica a carta de D. Filippa.

Estando publicada e reproduzida a variante que Ribeiro Guimarães encontrou, entendemos que só o confronto entre as duas copias, a de Evora e a da Ajuda, diferentes d'aquella, poderia inspirar interesse.

¹ Bibliotheca Nacional de Lisboa, secção pombalina, *Papeis curio-*

Aqui está uma divergencia de pormenor, que aliás não invalida essencialmente o facto. Segundo o manuscripto da casa Pombal, D. Filippa pede para retirar-se a algum remoto convento do reino; segundo qualquer das variantes da carta, pede auctorização para transferir-se ao mosteiro de Avila, onde morreu Santa The-reza de Jesus.

O galanteio do principe real deve ter começado por 1704, quando D. João tinha apenas 15 annos, e D. Filippa 22: leva-nos á fixação d'aquella data a circum-stancia de D. Filippa dizer (ou alguém por ella) que ha-via quatro annos que soffria injurias por causa do amor do principe, cumprindo notar que fôra o casamento do rei com a archi-duqueza de Austria que determinára a reclusa de Santa Clara a escrever a carta.

Devêra ser ardente, como acontece sempre com a primeira paixão de um coração juvenil, o idyllio do principe. A carta falla de *repetidas finezas* e de presen-tes de joias. O temperamento ardente de D. João re-velara-se n'essa primeira explosão de incendio amoroso. Para combater os escrúpulos e receios de D. Filippa, o príncipe, como refere a tradição, um *es-crípto de casamento*. D. Filippa acreditou, não só pela

sos e interessantes, codice n.º 686, pag. 174. Sempre que nos refe-rirmos ao manuscripto da Bibliotheca Nacional, deve entender-se que é este.

fê devida a um príncipe, como também porque, sendo ella nobre, o casamento era possível. Havia precedentes, que o auctorizavam.

Os amores do príncipe tornaram-se conhecidos de toda a gente, e as conveniencias da politica e da côrte aconselharam a reclusão de D. Filippa. Foi o amor do príncipe que injuriosamente a desterrou do paço, como diz a carta.

Nos primeiros tempos de reclusão, D. Filippa soffreria com altivez os commentarios da opinião publica, porque a animava a esperança de que o príncipe a desposaria. Mas o príncipe subiu ao throno, a embaixada partiu a pedir a mão da archi-duqueza austriaca, e então o despeito e o ciume explodiram no coração de D. Filippa.

Deprehende-se da carta que, desilludida quanto ao casamento, D. Filippa exigia, como reparação publica, a concessão de um titulo que a nivelasse em honras e consideração com suas irmãs. «E para que fôsse sem egual a minha desventura, o mesmo príncipe que me reputava digna da sua corôa, *pleitea o satisfazer-me com o despacho de um titulo, no mesmo tempo que minhas irmãs merecem esta honra, etc.*».

Que razão teria D. João V para vacillar sobre a concessão de um titulo? É possível que passando D. Filippa por ter sido, justa ou injustamente, a amante do príncipe, o marquez de Nisa e o conde da Ponte, cunha-

dos de D. Filippa, se oppozessem á mercê, julgando que ella seria affrontosa para elles e suas esposas.

O rei procurava evitar talvez um conflicto, e lembrara-se de recorrer ao expediente vulgar de casar D. Filippa. Mas nem a reclusa de Santa Clara julgava bastante essa satisfação, *porque mulheres da sua esphera se não contentam com satisfação que não seja digna do seu sangue*, nem a opinião publica parecia acceitar o facto sem murmurações que, ao tempo em que a carta se suppõe escripta, duravam havia já trez mezes.

A pessoa escolhida para casar com D. Filippa de Noronha era Rodrigo Cesar de Menezes, irmão do conde de Sabugosa, e mais velho que D. Filippa apenas sete annos. ¹

Este fidalgo estudou em Coirabra, mas, renunciando á vida das lettras, seguiu a das armas. Foi brigadeiro de um dos regimentos de infantaria da côrte. Suppomos que não seria extranho ao seu mallogrado casamento com D. Filippa o facto de ir exercer o cargo de governador da capitania de S. Paulo. Quereria afastar-se da côrte. Foi no seu consulado que se descobriram as minas de Cuyabá. Voltando ao reino, reconheceria talvez a necessidade de evitar a côrte por mais algum tempo. O facto não teria esquecido ainda. O que

¹ *Catalogo dos manuscriptos da Bibliotheca Publica Evorense*, tom. II, pag. 213.

é certo é que obteve novo despacho, e retirou para Angola como governador e capitão general.

Foi talvez a doença que o obrigou a voltar á metropole, onde falleceu em 1738.

D. João V, posto tomasse como modelo Luiz XIV, mostrou menos coração perante a desgraça da pobre reclusa de Santa Clara.

Maria Mancini dissera ao grande Luiz uma phrase que ficou notavel: «*Oh! sire, vous êtes roi! vous pleurez et je pars.* D. Filippa de Noronha não podia dizer — *Eu parto* —, comquanto o seu desejo fôsse partir para Avila, para longe da côrte. Tambem lhe não podia dizer — *Vós choraes* —, porque D. João V não chorou. A sua resposta foi dura. Conhecemol-a pelo manuscripto da casa Pombal: «... mas Elle (*o rei*) escandalizado da carta, que ella lhe escreveu, não deferiu á supplica senão com a resposta — que o convento de Santa Clara era o que ella tinha elegido, e que *n'elle havia de viver, e morrer*».

Comtudo, em face da carta que se attribue a D. Filippa, carta *bastantemente picante*, D. João V achou-se na mesma situação de Luiz XIV quando Maria Mancini lhe dizia ironicamente — *Vous êtes roi* —, como se quizesse significar-lhe que os reis esquecem depressa, e quando a La Vallière lhe enviou, na despedida, um soneto bem mais fulminante do que a phrase, meio apaixonada e meio ironica, de Maria Mancini.

Este paralelo devia lisongear D. João V, que havia adoptado como modêlo o famoso rei de França.

Rebello da Silva fez dos primeiros amores de D. João V um romance, que toda a gente conhece. Aproveitando como thema o facto historico, modulou sobre elle variações de pittoresca phantasia, que o accidentam imaginariamente. Na *Mocidade de D. João V*, a individualidade historica de D. Filippa de Noronha está personificada em D. Cecilia da Gama, secular do convento de Santa Clara.

A desditosa irmã do marquez de Cascaes viveu largos annos retirada do mundo. Habitava uma casa contigua ao convento de Santa Clara, e a elle ligada por communicação interior. A acção destruidora do tempo tem poupado este predio: é o que, no alinhamento do palacio dos Tribunaes Militares, faz recanto com o Arsenal do exercito. Na tradição do sitio chama-se-lhe ainda a *casa da freira*. Ahi viveu retirada do mundo a noiva mallograda de D. João V. A dôr não mata; se matasse, deixaria de ser um supplicio.

Ao passo que D. Filippa soffria tão cruelmente entregue á sua dôr insanavel na solidão de Santa Clara, em casa de seu pai havia serões de jogo, concorridos de damas e cavalheiros, o que faz suppôr que o segundo marquez de Cascaes, viuvo desde 1700, queria mostrar á sociedade que repudiava o desaire que estava tendo um longo e luctuoso desfecho; apparentava

que tinha supprimido moralmente a pessoa da filha mais nova. Aos serões da casa do marquez assistiriam sua filha D. Barbara, ainda solteira, sua filha D. Anna Maria, já casada com o conde da Ponte, e sua nora, mulher do herdeiro da casa, D. Luiza de Noronha, que podia recrear-se desenfadadamente, porque esteve quatorze annos sem ter filhos.

D. Carlos de Menezes e o conde de Vimioso eram certos n'estes serões, a que tambem concorria, posto não jogasse, o academico José da Cunha Brochado, então conselheiro da fazenda, que deixou preciosas cartas, a que por vezes, como agora, nos soccorremos.

As relações de Brochado com o segundo marquez de Cascaes provinham do facto de ter sido seu secretario na embaixada á côrte de Pariz em 1693.

O marquez recolheu ao reino em 1699, e Brochado demorou-se em Pariz com o character de enviado extraordinario, até 1704.

Repatriando-se, foi nomeado conselheiro da fazenda, permanecendo em Lisboa até 1710, em que sahiu para a côrte de Londres em missão diplomatica. ¹

¹ Para a sua biographia consulte-se o *Gabinete Historico*, vol. 9 pag. 56 e o *Diccionario Bibliographico* de Innocencio, tomo iv.

As cartas de Brochado ficaram inéditas; mas alguns trechos foram publicados no *Investigador Portuguez*.

Foi director da Academia Real de Historia e um dos censores da *Historia Genealogica*.

O trechô de carta que vai lêr-se foi escripto de Lisboa entre o seu regresso de Pariz e a sahida para Londres.

«Em casa do sr. marquez de Cascaes—diz Brochado—se abriu jogo ha um pouco de tempo, e n'esta assembléa assistem muitas senhoras que se divertem em varias mesas; e todas as noites ha dois sermões, um de jogo em que préga D. Carlos de Menezes, e outro de politica que faz o conde de Vimioso; mas em um e outro concurso são contrarios os effeitos; porque no sermão de D. Carlos os que perderam saiem arrependidos, e no sermão do conde os que não ganharam saiem conformes. Eu não sou ouvinte nem de um, nem de outro, ainda que em nenhum d'elles tenho que perder.»¹

Na sua triste reclusão quasi conventual D. Filippa tragava, esquecida pela propria familia, a amargura do seu destino.

Algumas vezes decerto se lembraria de que na casa do capitulo d'aquelle convento, que communicava com a sua habitação, em frente de uma vidraça que tinha debuxadas as quinas reaes, estava sepultada uma il-

¹ Cartas ao conde de Vianna. 1705-1710. A collecção da real bibliotheca da Ajuda é muito extensa, consta de grande numero de volumes. A da Torre do Tombo comprehende apenas algumas cartas incluidas n'aquella.

lustre dama, esposa promettida de outro rei, que a deixára tambem n'uma situação equívoca, semelhante á de D. Filippa. Refiro-me á *Excellentè Senhora*, rainha sem rei nem reino, a noiva mallograda de D. Affonso V.

Não sei de mais noticias que possam lançar maior luz sobre os infelizes amores de D. Filippa de Noronha. O convento de Santa Clara damnificou-se por occasião do terremoto de 1755. A maior parte da igreja cahiu. Mas a casa de D. Filippa, como já dissemos, ficou de pé.

Quanto á pessoa de D. Filippa, achei alguns documentos na Torre do Tombo; fallam apenas dos seus haveres, nada interessando á historia das suas desventuras amorosas.

Referir-me-hei a elles para completar tanto quanto possível a biographia de uma dama, que tem na vida galante de D. João V o primeiro logar.

As religiosas do mosteiro do Salvador, de Lisboa, deviam a D. Filippa de Vilhena 7:019\$760 réis, principal, juros e custas de uma sentença que contra as mesmas religiosas alcançára. Para reembolso d'esta divida, mandára D. Filippa arrematar em praça publica as tenças de 71\$500,¹ 22\$900,² 9\$600³ e 77\$300,⁴ com assentamento na casa das Carnes e na casa dos

¹ Chancellaria de D. João V, liv. 11, fl. 309, v.

² *Id.* liv. 13, fl. 324, v.

³ *Id.* liv. 16, fl. 2.

⁴ *Id.* liv. 14, fl. 6.

Cinco, como se pagavam áquellas religiosas, sendo os pagamentos effectuados aos quartéis de anno, por inteiro e sem quebra alguma.

Em Setubal possuia D. Filippa de Noronha propriedades e bens, sobre os quaes impendiam litigios.

Viu-se ella então na necessidade de recorrer á justiça de D. João V, muito mais severa em negocios forenses entre particulares do que nos amorosos em que o rei era reo.

No Archivo Nacional encontra-se uma provisão de 14 de novembro de 1734 «mandada passar a D. Filippa de Noronha, pelo haver requerido, para que um dos Corregedores do Civel fizesse avocar ao seu Juizo as causas, sómente, que a dita D. Filippa trazia na villa de Setubal, a fim de que no mesmo se sentenceassem, como fosse justiça, sem embargo de serem fóra das cinco leguas da corte; por quanto que, estando recolhida no convento de Santa Clara da cidade de Lisboa, e tendo diversas causas de importancia na dita villa, em que litigava com algumas pessoas poderosas ali residentes, estas lhe embaraçavam o legal andamento dos processos com gravissimo prejuizo, que d'ahi lhe advinha: ao que queria obstar, gosando do privilegio que, como recolhida do dito convento, lhe facultava que trouxesse os seus contendores ao Juizo da Côrte.» ¹

¹ Chancellaria de D. João V. Liv. 122, fl. 306.

D. Filippa falleceu a 2 de fevereiro de 1738, o mesmo anno em que falleceu Rodrigo Cesar de Menezes.

O seu testamento, segundo me informa pessoa que o viu em poder de um particular, não faz a menor allusão ao passado, mas revela uma alma que, aborrecida do mundo, só aspirava á felicidade eterna. Essa mesma pessoa me informou que os herdeiros foram os jesuitas da Casa Professa de S. Roque, e que á porta d'este convento se fizera, durante um mez, o leilão do copioso espolio de D. Filippa. Quanto aos herdeiros não alcancei outra noticia; mas pelo que respeita aos testamenteiros sei de sciencia certa que foram os irmãos da congregação de Nossa Senhora da Doutrina.

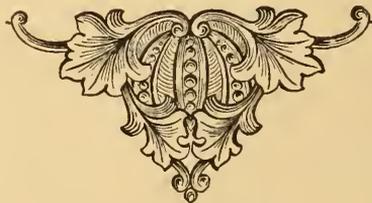
No Archivo Nacional existe uma provisão «mandada passar ao Prefeito e mais Irmãos da Mesa da Congregação de Nossa Senhora da Doutrina, como testamenteiros de D. Filippa de Noronha por haverem requerido que, tendo sido passada outra Provisão á dita D. Filippa a fim de poder trazer os seus contendores á Côrte, e responderem no Juizo da Correição do Cível pelas causas na mesma mencionadas, o que se observou até ao tempo de seu fallecimento; a alma da testadora continuasse gosando do mesmo privilegio, e, assim, se concedesse aos ditos Prefeito e mais Irmãos, na qualidade de seus testamenteiros identica prerogativa, mandando-se observar as mesmas disposições, e nomeando-se por Juiz das Causas da testamentaria ao

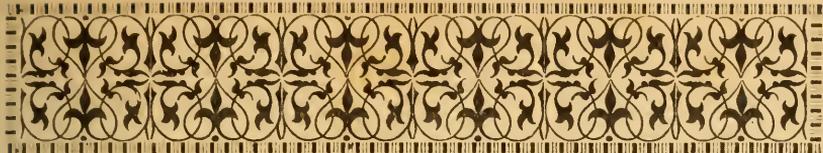
Provedor dos Resíduos, Fernando José Marques Bacalhau: o que, tudo, por ésta Provisão, com effeito, se lhes concede.»

Tem a data de 31 de outubro de 1738.¹

A alma de D. Filippa de Noronha gosou de privilegios singulares que eram concedidos ás religiosas reclusas. Triste compensação do muito que ella soffreu, n'este mundo, por effeito de singulares desgraças de amor!

¹ Chancellaria de D. João V, L.º 131, pag. 156, v.





II

EMQUANTO A RAINHA NÃO CHEGA

 JOVEM rei D. João V era um esbelto mancebo, de estatura proporcionada e elegante, olhos grandes e pardos, nariz quasi aquilino, labios grossos, de um forte relevo sensual.¹

Os olhos tinham, nos lances amorosos, a vantagem da sua côr indecisa, que dissimulava a intenção do olhar. Eram fadados para as aventuras do amor, porque, se os olhos pretos são faceis em incendiar-se, os azues em desmaiar, os castanhos em fallar verdade, os par-

¹ *Elogios historicos dos senhores reis de Portugal por D. José Barbosa*, pag. 171.

dos como que se encobrem a si mesmos no vago da sua tinta dubia e manhosa.

Physicamente, D. João V era agil, desembaraçado e robusto.¹

Dotado de uma certa vivesa natural, de um certo engenho penetrante, tinha, para as mulheres, a qualidade preciosa de as comprehender sem hesitações e de se fazer comprehender sem delongas.

Como rei, possuia essa altivez de porte, essa magestade sobranceira que o egualava a Luiz XIV e que devia enlouquecer de orgulho a mulher que o visse rendido a seus pés, supplicante e apaixonado.

Desde os primeiros annos da mocidade, D. João V mostrou a mais completa disposição para ser um rei de tradição, incluindo a galante e volteira, de que seu tio D. Affonso e seu pae lhe haviam deixado exemplo, o primeiro com mais ruido do que proveito, o segundo com tanto proveito como ruido.

Rebello da Silva figura um dialogo entre D. Pedro II e o principe real, dialogo imaginario, é certo, mas que dá uma perfeita noção dos desmandos da mocidade do principe.

«—Eu já prohibi, diz-lhe o rei, as corridas nocturnas e os desafios á espada preta; mas Vossa Alteza não quer attender a que são de perigo para a sua vida, e

¹ *Historia Genealogica*, tom. VIII, pag. 321.

de muito desaire para a casa real—acudiu D. Pedro severamente, obrigando o principe a tomar parte na conversação.—D'aqui em deante, será necessario sahír acompanhado pelo capitão das Guardas. . . é o modo de prevenirmos maior desgosto. —E augmentando-se-lhe a irritação com o silencio do principe, accrescentou:—A côrte está escandalisada; e eu não devo permittir que o herdeiro da corôa, alta noite, ande correndo as ruas como um espadachim, contra as minhas leis, entrando nas lojas, vivendo com o baixo povo, e dizendo galanteios debaixo das janellas das familias honestas! . . . »¹

D. João IV tinha corrido aventuras nocturnas no pateo de certas fidalgas, cujo amor chegou a disputar ás vezes á ponta de espada, como lhe aconteceu, com D. Francisco Manuel de Mello, junto ao palacio da terceira condessa de Villa Nova de Portimão.

E no tratar com gente de baixa estofa dá noticia D. Luiz da Cunha de que a regatoa Maranhã subia familiarmente ao estribo do coche real para conversar mano a mano com o rei.

Affonso VI principiára a manifestar-se no *Pateo do leão* com Antonio Conti e outros tunantes imberbes, incluindo mouros e negros da estrebaria. Das suas ar-

¹ *A mocidade de D. João V*, tom. II, cap. XIX. 1.^a edição, 1852.

remettidas por horas mortas da noite, capitaneando um bando de arruaceiros, conta largamente a *Catastrophe de Portugal*. E quando o rei toureava no pateo de Odivellas, como adeante diremos mais de espaço, pretendia fingir-se galanteador de freiras, como se para galanteios prestasse.

D. Pedro II seguira no esteiro dos seus antecessores quanto a proesas amatorias. Fôra marido de sua cunhada, casado duas vezes, amante de D. Maria da Cruz Mascarenhas, da franceza Duverger, e de D. Francisca Clara da Silva.

Além d'estes amores que tiveram as honras de chronica, cultivou avulsamente femeas de rebotalho, como a Schomberg, que não primavam pela limpeza.

D'uma caçada em Pancas trouxera dolorosas recordações que, se é verdadeiro o testemunho das *Monstruosidades do tempo e da fortuna*, transmittira á rainha.

A tradição era esta. Hoje podemos indignar-nos com o escandalo que ella perpetúa; mas cada epocha tem o seu colorido historico, e D. João V é um rei que hoje daria cabo da realeza, mas que no seu tempo a engrandeceu com prestigio e auctoridade.

Nós, os homens do seculo XIX, não devemos perpetrar o dislate de querer amoldar aos nossos costumes os portuguezes do seculo XVIII, que tiveram outro feitiço.

As noites de Lisboa, ha cem annos, escondiam na sua escuridão o enredo de aventuras da peor especie.

Se D. João V, quando principe real, dizia galanteios para as janellas das familias honestas, não praticava um acto que os seus futuros vassallos podessem extranhar.

Nas poesias jocosas de Thomaz Pinto Brandão encontra-se noticia de logros em que os galanteadores cahiam dirigindo a palavra a mulatas e macacos, que estavam á janella, e que elles não discriminavam.

Quando rei, D. João V sahia de noite, embuçado em capote, a passeiar no Terreiro do Paço.

Um viajante que esteve em Lisboa no reinado de D. João V refere-se ao disfarce, então muito usado, do capote :

«Nas ruas não se anda de noite com bastante segurança, salvo quando se é, como lá dizem, *embuçado*, isto é, quando se envolve a gente n'um forte capote, desde a cabeça até ás canellas: é um trajar exquisito, de que usam as pessoas mais qualificadas, e até os principes, como trajo privilegiado e respeitado. O respeito que se tem a esta especie de mascara, vem de impedir que os taes se reconheçam, e do receio que o disfarce encubra armas de fogo prestes a disparar-se sobre quem os insultar ou quizer conhecer...»¹

¹ *Description de la ville de Lisbonne*, Paris, 1730. Apud Camillo Castello Branco, *Noites de insomnia*, n.º 3, pag. 28.

De 1707 para 1708 D. João V, que d'ahi a pouco tempo casaria, foi surprehendido uma noite no Terreiro do Paço em tunantadas de mau gosto, sobretudo em quem tanto apreciava as mulheres.

Apesar de andar embuçado, um advogado da côrte reconheceu-o, e, fazendo-se encontrado com o rei, tratou-o como de igual para igual, começando por dizer-lhe:

— Adeus, João.

E depois alludiu ao fim secreto d'aquelle passeio nocturno.

O rei não respondeu nada, mas o advogado insistiu, perseguindo-o.

Nas vespas de sahir do Tejo a nau da India, o advogado foi preso, e já estava a bordo quando lhe valeram influencias poderosas.

Todo o castigo se limitou a uma severa admoestação dada pelo confessor d'el-rei.¹

Já vinha de longe o abuso d'esta variante de sensualidade, que até os principes não engeitavam.

Fernão Lopes conta que D. Pedro I, sabendo que o gentil escudeiro Affonso Madeira namorava a mulher do corregedor Lourenço Gonçalves, não obstante o muito que o rei queria ao escudeiro, *mais que se deve aqui de*

¹ Manuscrito da Bibliotheca Nacional, secção pombalina, códice 686.

dizer, segundo a expressão do chronista, o mandou prender e mutilar.

Não obstante, disse eu; talvez devesse dizer — por isso mesmo que muito lhe queria.

O alvará de 18 de janeiro de 1614 foi promulgado com o fim de repremir o desenfreamento dos sodomitas. Não conseguiu nada. Teve a mesma sorte do alvará de 12 de outubro de 1606 contra a mollicie. Se o leitor fôr algum dia á bibliotheca da Ajuda, peça que lhe mostrem na *Collecção de prosas*, em quarto, uma interessante dissertação de certo titular sobre a manisse.

Os que eram melhor compórtados e por dever de profissão ou indole propria se abstinham dos vicios do tempo, entregavam-se a futilidades que hoje nos fazem sorrir.

A frivolidade foi a divisa do seculo xviii.

D. João V teve um irmão bastardo, D. José, arcebispo de Braga, que morria por jogar o pião no paço archiepiscopal.

Um manuscripto da epocha noticia o facto: «Era constante que o dito serenissimo senhor arcebispo se occupava algumas vezes em jogar o pião; e por isso deu causa a que a curiosidade de quem quer que fosse, lhe fizesse a presente modesta crize, ou satyra». E n'outro relanço: «A pella jogam pela paschoa: o pião pela quaresma: e a conca e o talo pelo inverno; e d'esta sorte os mais. Sòmente no palacio de Vossa Alteza se não

observa esta ordem; porque todos juntos, e em o tempo se acham ahi estes divertimentos». ¹

Um arcebispo a jogar o pião é espectaculo tão ridiculo como o de um rei que vae fugindo, embuçado no seu capote, aos apodos de um advogado trocista, que talvez lhe temesse a concorrência no vicio.

Os requintes da devassidão assignalavam-se principalmente na hypocrita ostentação de sentimentos religiosos, que o seculo xviii herdou do anterior. A igreja e o convento eram a capa de todas as torpezas. Na quaresma, a igreja do Carmo enchia-se ás quartas feiras de tarde, a da Trindade ás quintas de manhã; a da Graça aos sabbados de tarde e a de S. Domingos ás terças de dia. As procissões, especialmente cinco, a de Cinza, do Triumpho, do Corpo de Deus, da Anunciada e a da Graça eram pretexto para um espectaculo escandaloso de mundanidades galantes.

No decurso do reinado de D. João V, a do Corpo de Deus attingiu, em 1719, um esplendor nunca visto. ²

¹ *Methodo breve e claro de jogar o tulo, o pião, e a conca, ordenado pela academia dos rapazes bracharenses e offerecido pela mão do reverendo Padre Reitor da Companhia ao serenissimo sr. D. José arcebispo e senhor de Braga, filho reconhecido do sr. rei D. Pedro 2.º* Ms. da real bibliotheca da Ajuda.

² *Historia critico-chronologica da instituição da festa, procissam, e officio do Corpo Santissimo de Christo no veneravel sacramento da eucharistia, etc.,* por Ignacio Barbosa Machado. Lisboa, 1719.

As damas requebravam-se nas janellas com os rostos pintalgados de signaes postiços: o da testa chamava-se *magestoso*, o da face *galante*, o do canto da bôcca *beijocador*, o da barba *provocador*, o do nariz *atrevido*.¹

A França dava a lei da moda, que por este motivo se chamava *francezia*. Os peraltas, os casquilhos eram denominados *franças*.

D. João V deixava-se fascinar pelo exemplo de Luiz XIV, que era a personificação do cazarismo moderno, ou, como depois havia de dizer Mirabeau, o mais asiatico de todos os monarchas da França. Não podia imital-o no poderio politico; mas procurava egualar-se-lhe no fausto, na ostentação, nos costumes, de que desde a infancia ouvira fallar as damas francezas que tinham vindo com a rainha D. Maria Francisca, especialmente a velha Catharina Duverger².

Adoptava até, para a sua *toilette*, as innovações francezas. Mas não deixa de ser curioso que, politicamente, tivesse de ser um adversario de Luiz XIV, um dos coligados da *Grande alliança*. Luiz XIV, tendo conhecimento do testamento de Carlos II de Hespanha, exclamára: «*Il n'y a plus de Pyrénées*». É claro que D. João V

¹ *Summario de varia historia*, pelo dr. Ribeiro Guimarães, vol. I, pag. 125.

² *Archivo Pittoresco*, vol XI, pag. 39. Artigos de Vilhena Barbosa: *Luxo e magnificencia da córte d'el-rei D. João V*.

não podia deixar de ser adversario politico d'esse poderoso monarcha, que estendia os seus tentaculos por cima dos Pyreneus, tornando-se para Portugal um visinho perigoso na pessoa de seu neto Philippe d'Anjou.

Na côrte portugueza havia quem fôsse contrario á attitude politica do rei contra a França, attitude que, aliás, D. João V recebêra como um legado paterno. «El-rei não era nada inclinado a França; mas varios fidalgos, e alguns dos seus ministros casados com senhoras francezas deixavam-se governar por ellas.» ¹

El-rei conservava a politica internacional que encontrára estabelecida por D. Pedro II, a politica *austriaca*, contraria a Luiz XIV. Na administração interna do paiz tambem D. João V divergia dos processos do grande rei de França. Descendente de D. João III, que introduzira a inquisição e chamára os jesuitas, neto de D. João IV, que pozera a sua corôa sob a protecção de Nossa Senhora, gostava mais de corresponder-se com o Papa que de ler o sr. de Voltaire, o qual por sua parte tambem desdenhava do monarcha portuguez. ²

D'aqui a influencia, o prestigio das ordens religiosas,

¹ *Historia de Portugal*, composta em inglez por uma sociedade de litteratos e traduzida do francez por Antonio de Moraes e Silva. Tom. III, pag. 334.

² Voltaire accusou D. João V de ter passado a sua vida a fazer procissões, mosteiros e escandalos conventuaes.

especialmente dos jesuitas, no tempo de D. João V. Rei submissamente catholico, mais tarde *fidelissimo*, queria governar a meias com Deus, porque superior á sua não reconhecia senão a auctoridade da Egreja.

Estas as divergencias politicas. Nos usos e costumes, na tradição do cezarismo ostentoso, D. João V adorava a França, tomava por modêlo o cézar francez, o sol co-roado da Europa.

Conta o manuscripto da Bibliotheca Nacional que D. João V mandava vir de França as cabelleiras de que usava, a dez moedas cada uma. Em Lisboa faziam-se tão boas a 6\$400 réis. Mas o rei dizia que — não sendo de França, não as queria nem a dez réis.

As camisas, como as cabelleiras, vinham de França, e o preço oscillava entre cinco e dez moedas. Tambem cá se faziam muito mais baratas. D. João V tinha porém a franqueza de confessar—que não sendo de França não eram dignas do seu corpo.

As canções populares da epocha, minuets, como então se chamavam, conservam a tradição do *francezismo* que estava em moda. Reproduziremos um trecho do *minuete do Casquilho*, que teve grande voga :

Ai! que casquilho,
 Como vae *França!*
 E o desdém-sinho
 Com que se cança!

Olha o casquilho
 Com seu requeijão!
 Vae ao Rocio
 Comêl-o com pão.

Ai que bandarra!
 Como vem feliz!
 Salto de lixa,
 Sapato de riz.

Lenço de sêda,
 Punho fechado,
 Como vae *França*
 O licenciado!¹

No Rocio passeiavam em carruagem os fidalgos, e ali paravam conversando. Tambem havia muitas cadeirinhas e liteiras. N'isso gastavam a tarde.

Depois que a rainha D. Maria Anna veiu, foi moda nas damas o toucado *á allemôa*, isto é, o penteado alto, como mostra o retrato que da rainha existe, pintado por Batoni, no Paço da Ajuda.

Com o andar do tempo foi-se exaggerando a altura do toucado, que chegou a ter as dimensões da *torre de Belem*, como diz o soneto attribuido a Tolentino, mas que o marquez de Resende affirma ser de Domingos Monteiro d'Albuquerque Amaral.

¹ Bibliotheca Nacional de Lisboa. Ms. da *Secção Pombalina*.

Foi a cabelleireiro Leonardi que poz um dique á exaggeração, introduzindo o novo penteado *á creoula* em substituição das enormes trouxas. Depois o toucado *á creoula* cedeu o campo aos penteados a que o dançarino Maraffi e a cantora Gafforini, que Bocage cantou, deram os nomes.¹

Emquanto nos demoramos conversando sobre os usos e costumes da epocha, chegou o conde de Villar Maior á côrte de Vienna, encarregado de pedir a mão da archi-duqueza D. Maria Anna para o rei D. João V, e da archi-duqueza D. Maria Magdalena para o infante D. Francisco, irmão do rei.

O embaixador apresentou este duplo pedido por escripto, e por intervenção do conselho de estado.

Aqui se levantou logo uma questão de pragmatica, porque os conselheiros da chancellaria aulica sahiram a contestar a competencia do conselho de estado na materia sujeita.

O seculo xviii foi fertil n'estas e quejandas questiunculas de superior diplomacia.

Afinal, e ao cabo de alguns dias, compoz-se a differença, sendo resolvida em favor da chancellaria.

Mas logo sobreveiu outra questão de igual importancia: a quem devia ser feito o pedido, á imperatriz

¹ *Pintura de um outeiro nocturno* etc., pelo marquez de Resende.

viuva, como mãe das archi-duquezas ou á imperatriz reinante?

A familia imperial da Austria compunha-se a esse tempo do imperador José I, que subira ao throno em 1705; de sua mulher, D. Guilhermina Amalia, princeza do Hanover, que já tinha duas filhas, ambas creanças; da imperatriz viuva, D. Leonor, e de trez irmãs do imperador reinante, as archi-duquezas D. Maria Izabel, D. Maria Anna, nascida em 1683, e D. Maria Magdalena, mais nova que sua irmã seis annos.

Um juizo verdadeiramente salomonico cortou o embaraço: foi feita communicação a ambas as imperatrizes por dois ministros da chancellaria aulica.

A resposta demorou-se e não satisfez plenamente o embaixador de D. João V: quanto ao casamento da archi-duqueza D. Maria Anna com o rei de Portugal, não havia duvida; mas quanto ao casamento da archi-duqueza D. Maria Magdalena com o infante D. Francisco, a côrte austriaca oppoz os seguintes embaraços: que aquella casa imperial não costumava dar filhas senão a principes reinantes, e que a archi-duqueza estava tão melindrosa de saude que uma longa viagem poria em risco a sua vida.

Seria esta a verdadeira razão da recusa? Não era decerto.

O embaixador de Portugal fingiu que a não percebeu, e contestou com argumentos: quanto ao primeiro

ponto, que a sr.^a D. Marianna, irmã de Leopoldo I, tinha casado com o filho do eleitor palatino, que não era monarcha absoluto; que se o infante D. Francisco não era reinante, podia comtudo vir a reinar pela morte de D. João V, o que Deus não permittisse, ou pelo facto d'el-rei não ter filhos; que os infantes de Portugal, posto não tivessem corôa, viviam á lei da nobreza gosando de elevadissimas honras; que o infante possuia grandes rendas, mas, quando ellas não bastassem, el-rei se obrigava a supprir das suas quanto fosse necessario para que seu irmão vivesse com decoroso esplendor.

No tocante ao segundo ponto: que viajando juntas as duas archi-duquezas, seria menor o dispendio da viagem, mais leve a molestia do caminho e o rigor das saudades; que não casando o infante D. Francisco na casa de Austria, poderia casar com a princeza de Galles, como a França queria, e que seria perigoso que no mesmo palacio *reinassem humores tão differentes* como eram o francez e o allemão; que a archi-duqueza D. Maria Magdalena, que já tinha dezenove annos, se rejeitasse este casamento, não poderia encontrar outro na Europa, porque todos os principes ou eram velhos ou meninos ou hereges.

A côrte de Austria replicou recorrendo a meios dilatorios: que se deixasse passar o tempo sufficiente para que a archi-duqueza se avigorasse e que se pen-

sasse entretanto em obter para o infante D. Francisco um principado ou uma corôa.

Decididamente, a côrte de Austria não queria.

E por que?

Por que n'um prato da balança das conveniencias politicas pesava o mau nome do infante D. Francisco, e no outro prato não pesava uma corôa.

O infante, mais novo que D. João V dois annos, era effectivamente rico, seu pae fizera-lhe importantes doações, e seu irmão accrescentara-lh'as consideravelmente. ¹

Mas, além de ser feio, porque, aos trez annos, a variola atacou-o fortemente, tinha habitos marialvas de potreiro, toureiro e espadachim. Era turbulento, desbragado, e revelava má indole.

Conta-se que de uma vez, para provar a sua destresa de caçador, derrubou com um tiro um marinheiro que, andando o infante a bordejar no Tejo, estava trepado nas vergas, acclamando-o. ²

O Tejo e o picadeiro eram divertimentos muito seus predilectos. Vivia rodeado de uma camarilha que lhe lisongeava os instinctos, resolvendo todas as questões á valentona.

¹ *Historia Genealogica*, tom. VIII, pag. 409; *Gabinete Historico*, vol. IX, pag. 260.

² Pinheiro Chagas, *Historia de Portugal*, vol. VII, pag. 38, 1.^a ed.

Conta José da Cunha Brochado, n'uma carta datada de 5 de novembro de 1707, um lance arriscado que o infante affrontára, e a imminencia do perigo que a revindicta dos seus creados ameaçára:

«Contra uma chalupa Ingleza se dispararam alguns tiros, de que succedeu morrerem seis inglezes a fogo e outros a ferro frio. Queixa-se o Embaixador de que mais de cem homens da sua nação morreram n'este Rio de semelhante desgraça; e deu por resposta ao Corregedor da Côrte, que de tudo fizera relação presentemente á Rainha Sua Senhora. Todas as faluas d'estes homens andam armadas em guerra com bastante desesperação e animosidade, e um d'estes dias atiraram de terra á falua em que vinha o Senhor Infante D. Francisco, e deram com algumas balas no piloto ou capitão que a governava, de que ficou ou morto ou morrendo. Voltou Sua Alteza que Deus guarde para o picadeiro, onde alguns creados seus com justo sentimento de vingança nobre quizeram montar a cavallo para matar e pôr fogo a quantos Inglezes encontrassem sem exceptuar a pessoa e casa do Embaixador, mas lembrou-se Deus do Conde de Villar Mayor e de D. Luiz da Cunha». ¹

Tambem conta Brochado, n'uma das suas cartas, que certo dia não deram companhia de guarda para a porta

¹Torre do Tombo. Lv.º 25. fol. 9, collecção de S. Vicente.

do palacio do infante D. Francisco. Mandaram-lhe uma esquadra com um cabo, e o infante não só a não quiz acceitar, mas até mandou derribar o antigo telhado da casa da guarda.

Commentario de Brochado: «Este principe, sem grandes conselheiros de estado, toma resoluções grandemente vigorosas, que fazem admirar n'elle um genio maravilhoso, com disposição para producções excellentes».

Costumando veranear na quinta de Queluz, que pertencia á casa do Infantado, de que D. Francisco era possuidor, celebrava ahi, com os seus apaniguados, verdadeiros festins de Trimalcião, praticando actos de extrema crueldade com os camponeses do sitio.

Em Queluz ficou a lenda de que a alma do infante andava penando, horas mortas, em torno da quinta, tal era a memoria dos seus delictos.¹

Do rei, que o favorecia, tivera sempre um vivo ciume, a ponto de se suspeitar lhe quizesse roubar a corôa, renovando a extorsão que seu pae fizera ao desgraçado Affonso VI.

Não obstante, o infante mostrava-se muito devoto da Senhora da Atalaia e muito dedicado aos frades da provincia da Arrabida, tendo sempre em casa dois e ás vezes trez.

¹ Vilhena Barbosa. *Archivo Pittoresco*, vol. vi, pag. 234.

Elles provavelmente absolviam-n'ò de todas as culpas, e o infante julgava-se apto, depois de absolvido, para commetter novas proesas.

Eram os costumes do tempo.

Os seus amores com a Izabel *Mulata*, da Graça, deram brado em Lisboa. Frei Claudio da Conceição conta que o infante D. Francisco tivera dois filhos de D. Marianna de Sousa, que foi freira de Sant'Anna, onde morreu esmagada pelo desmoronamento do seu proprio quarto, no terremoto de 1755.¹ Esses dois filhos seriam, segundo a versão do auctor do *Gabinete Historico*, D. Pedro, que morreu em 1741, e D. João da Bemposta, que foi capitão general das armadas reaes, casou com a duqueza de Abrantes D. Maria Margarida, e falleceu em 1780. Mas a tradição oral refere que D. João da Bemposta era filho da Izabel *Mulata*, da Graça.

D. Francisco morreu de uma indigestão de lagosta, estando nas Caldas da Rainha. Digno fim de um marialva celibatario.

Escusado será dizer que a còrte de Austria nunca mais tornára a pensar no casamento da archi-duqueza D. Maria Magdalena com o infante portuguez.

¹ Era filha de Antonio Correia de Sousa e D. Maria Rosa Ayres. Teve quatro irmãs, todas freiras, de que opportunamente fallaremos. Uma das irmãs, D. Paula, manteve amores com um religioso. Aquillo era de familia.

Ao cabo de muitas delongas, a archi-duqueza D. Maria Anna veiu, finalmente, em caminho de Portugal para desposar o rei D. João V, a cuja indole frascaria devem já estar apeteecendo as doçuras materiaes de uma lua de mel.

Quanto aos embaraços que o embaixador portuguez teve a vencer na côrte de Vienna, dizia Brochado n'uma carta:

«Os ministros em Vienna têm razão de nos pôrem todas as condições que quizerem, pois vêem que com providencia immaturada não só mandamos embaixador a Vienna, mas com elle a casa da rainha, que ainda não havia». ¹

E quanto aos dispendiosos preparativos que no caes do Terreiro do Paço se estavam fazendo para a recepção da nova rainhã, escrevia n'outra carta com transparente ironia:

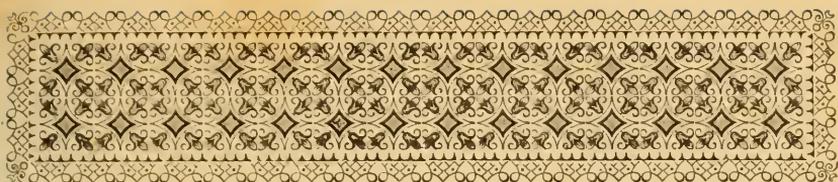
«Fica-se trabalhando na ponte com toda a pressa, e hoje encommendou Sua Magestade ao conde de Villa Verde a direcção e intendencia de um grande fogo de artificio para o qual supponho que se hão de applicar as decimas ecclesiasticas, que como este elemento é mais celeste e mais sublime é necessario que a consignação seja mais espirital e mais perfeita. Tambem

¹ Esta carta foi publicada no *Investigador Portuguez*, vol. xiv, pag. 328.

oiço, que se intende sobre a cavalharice para augmento ou reforma d'ella, e assim brevemente teremos duas côrtes novas, e toda esta cidade ha de arder em festas e alegrias». ¹

¹ *Investigador Portuguez*, vol. xiv, pag. 330.





III

A RAINHA

UM viajante que em 1705 esteve na côrte de Vienna, referindo-se ás trez archi-duquezas, irmãs do imperador, descreve-as rapidamente em dois traços de penna: «... a primeira das quaes não parece ter sido favorecida pelo céu com uma grande belleza, mas foi compensada com abundancia de espirito, que teve o cuidado de cultivar por uma especial applicação ao estudo, de sorte que desbalisou em illustração os limites ordinarios do seu sexo, chegando a penetrar os assumptos philosophicos».

Era D. Maria Isabel.

«A segunda, continúa o viajante, é mais agraciada

de belleza e attractivos physionomicos, assim como a terceira, e de um certo ar de doçura que parece ser a característica particular das princezas da casa de Austria, que são educadas fóra dos exercicios venatorios e dos prazeres de uma côrte ruidosa, mas n'uma solida piedade e afastamento do *grande mundo*.¹

A primeira d'estas duas archi-duquezas é D. Maria Anna, futura rainha de Portugal; a ultima é a infanta D. Maria Magdalena, cuja mão a casa de Austria recusou ao infante D. Francisco.

O jesuita Francisco da Fonseca confirma, com delicadeza, estas informações dizendo: «... a serenissima senhora archi-duqueza D. Maria Anna, que sendo a segunda filha na ordem do nascimento dos augustissimos imperadores Leopoldo, e D. Leonor, era na virtude, capacidade, modestia, e formosura sem controversia a primeira, e excedia tanto as suas irmãs, como o sol excede ás estrellas...»

D. Antonio Caetano de Sousa põe em relevo a *magentosa presença* da rainha. Faz notar a sua piedade, que os factos comprovam por frequentes visitas a lauperennes e conventos. Enumera as linguas que a archi-duqueza sabia fallar, a sua habilidade musical, *sendo na*

¹*Memoires de la cour de Vienne contenant les remarques d'un voyageur curieux sur l'état present de cette cour, et sur ses intérêts. Seconde édition. Colonia, 1705.*

dança igualmente airosa que destra, o gosto que tinha pela leitura, pintura e bastidor; quanto a exercicios venatorios, ratifica a observação do viajante que citamos, dizendo que só *algumas vezes* se entretinha na caça.

Tem razão o auctor da *Historia Genealogica* quando observa que a vida de D. Maria Anna de Austria era regulada como um bem concertado relógio.

Que o rei atrasasse ou adeantasse o relógio, que o esquecesse até, a mola real não partia.

Pelo retrato que existe na Ajuda,⁴ reconhecemos que a rainha era, em verdade, formosa: branca, loira, esvelta, fidalgamente senhoril. O pescoço alto, o rosto redondo, a testa espaçosa, os olhos expressivos. O collo, que o largo decote deixa vêr, é marmoreo, cinzelado em esculptural relevo. Para outro homem, que não fosse tão galanteador como D. João V, seria uma mulher capaz de alimentar por muitos annos o entusiasmo do noivado.

A rainha chegou a Lisboa no dia 26 de outubro de 1708, e no dia seguinte, pelas duas horas da tarde, foi D. João V a bordo buscar a sua noiva. Ia vestido de sêda parda com grande profusão de diamantes. A mu-

⁴Reproduzido por Benevides no II tomo das *Rainhas de Portugal*. Na quinta do marquez de Pombal em Oeiras, sala do throno, existe outro retrato da rainha D. Maria Anna de Austria.

tua impressão dos noivos devia ser muito suggestiva para os idyllios do thalamo real.

Brochado, escrevendo ao conde de Vianna em 27 de outubro, dá-lhe noticia do advento da rainha :

«Hontem 26 entrou a Rainha com 7 dias de viagem, ficou em S. José a rogo seu para se remetter um pouco do enjão do mar e hoje pelo meio dia se fez o navio á vela, chegou diante do Forte pela uma hora e El-Rei depois dos cumprimentos ordinarios a foi buscar um pouco tarde, não sei a razão nem a etiqueta. A Rainha é mais que de ordinario parecer, com magestade e bastante soberania. Falla Latim, Italiano, Francez e Hespanhol, tem muita piedade e muita religião, ama a caça e o exercicio que ella traz comsigo. Todo o Paço se encheu de capas negras forradas de ló que pareciam as estolas dos nossos reverendos Conegos. Apareceram algumas cazacas da comitiva do Embaixador que honravam a festa. Finalmente, Senhor, tudo se fez como se costuma fazer sempre correndo, e sempre com pressa como quem não sabe o que faz; houve questão com as damas sobre a precedencia da Duqueza, e porque se resolveu contra ellas quizeram recolher-se mas oiço que cederam algumas ou todas. As Pessoas Reaes hão de ceiar em publico e eu me não atrevi a esperar pela funcção; espero em outro dia lograr esta honra». ¹

¹Torre do Tombo. Lv.º 25, fol. 81. Cell.º de S. Vicente.

A duqueza, de que Brochado falla, era a de Cadaval, D. Margarida Armada de Lorena.

Sousa, na *Historia Genealogica*, diz que esperavam a rainha, ao fundo da escada do Paço da Ribeira, a infanta D. Francisca, acompanhada de sua irmã D. Luiza e assistida da marquezia de Fontes sua aia, *da duqueza de Cadaval* e das senhoras de honor e damas.

As excepçionaes honras de que a duqueza de Cadaval gosava na côrte, a ponto de D. João V a visitar no anno anterior quando ella estivera doente, provinham não só de antigas allianças de familia, mas tambem do facto de ser sogra da senhora D. Luiza, filha bastarda de D. Pedro II, muito amada pelo rei seu pae e muito estimada pelo rei seu irmão.⁴

Daremos, de passagem, o contorno biographico d'esta princeza bastarda.

Era uma bella mulher, alta, loira, reforçada, com uns esplendidos olhos azues. Tinha pulso como um homem, no que sabia ao pae. Consorciou-se a 14 de maio de 1695 com o duque de Cadaval D. Luiz e, enviuvando cinco annos depois, casou com seu cunhado D. Jayme, que succedeu na casa.

⁴Francisco de Menezes, marquez de Fronteira, bisavô do duque de Cadaval D. Nuno, casára com D. Eugenia de Bragança, filha do quarto duque d'este titulo, primo co-irmão do rei D. Manuel. Por este casamento se estreitou o parentesco das duas familias, sendo certo que já havia começado em D. Alvaro de Portugal.

Não foi feliz com este segundo marido que, no tocante a garbo e destreza, rivalisava a esposa. Um padre, ermitão de Nossa Senhora da Peninha, descreve-o, n'uma apothese entusiastica, toureando como cavalleiro deante de D. João V, em Cintra, na propria quinta do duque, por occasião das festas da Piedade em 1720.

«Antes da uma hora appareceu Sua Magestade na janella, acompanhado dos senhores infantes D. Francisco e D. Antonio, e dos mesmos gentis-homens da camara; e no mesmo tempo, em obsequio do duque D. Jayme, entraram pela Praça dois sobrinhos seus, Francisco de Tavora, conde de S. João, e Fernão Telles da Silva, servindo este de tenente, aquelle de capitão da guarda. Compunha-se ella da familia do duque, e de pessoas nobres; e feitas as cortezias a Sua Magestade com aquella bizzarria que se espera de semelhantes cavalleiros em semelhantes actos, se largou o primeiro touro. Sem fazer caso d'elle entrou na Praça o duque D. Jayme montado á gineta em um formoso cavallo, vestido á castelhana, de fumo preto sobre velilho branco de prata, chapéu a dois ventos, e n'elle o martinete preto, a que fazia pé uma prezilha de grandes e preciosos brilhantes. Calçava borzeguins brancos, a que tomavam topes de fitas pretas lavradas de prata. Não vos saberei dizer nunca o bem que lhe estava a golinha, nem o como parecia aquelle todo, porque ao mesmo tempo em que era magestoso pelo agigantado da esta-

tura, era tambem summamente airoso. Fez as cortezias a Sua Magestade, e voltando sobre a mão direita traçou a capa, e veiu fazer a primeira sorte, em que logo experimentou o touro a força e a destreza de tão grande cavalleiro». ¹

Era natural que D. Luiza zelasse tão gentil marido. Mas o duque D. Jayme esquecia-a no convivio de reles amores, com uma Paulina de contrabando, que duplamente offendiam D. Luiza como infanta e esposa.

A pobre senhora tinha espirito vivo, imaginação ardente, genio alegre. É licito procurar nos desgostos domesticos a causa de uma pertinaz melancolia, que a accommetteu, e que chegou a originar intermittencias de sombria loucura. Se as ruinas do palacio ducal, que o leitor encontra no sitio em que a estrada de Bemfica se bifurca para o Pinheiro, podessem fallar, confirmariam de certo este drama de familia, que se presente atravez das chronicas palacianas. D. Luiza morreu, sem successão, em 1732.

Pois foi uma das estrellas da côrte de D. João V. Nas touradas, os cavalleiros, ainda quando el-rei estava

¹ *Carta em que se dá noticia das festas, que a Nossa Senhora da Piedade fizeram os duques na sua quinta de Çintra, a 10, 11 e 12 de setembro d'este presente anno de 1720. Escripta pelo irmão Pedro da Conceição, ermitão de Nossa Senhora da Peninha. Sem logar de impressão.*

presente, faziam-lhe cortezias especiaes. Na segunda tarde de touros, a 17 de novembro, penultima das corridas dadas em honra do casamento de D. João V, tanto o conde de Pombeiro, famoso toureador de quem Thomaz Pinto Brandão disse

mas quem quizer pintar um cavalleiro,
peça os moldes ao conde de Pombeiro,

como o conde de S. Lourenço, Martim Antonio de Mello, ergueram ao ar os seus chapéus de plumas deante da tribuna de D. Luiza.

No episodio referido por Brochado, as damas, que só quereriam reconhecer o primaciado da marquezia de Unhão, camareira-mór, tiveram que submetter-se, como era natural, attento o prestigio de que a duqueza de Cadaval gosava na côrte.

Foi uma tempestade de etiqueta dentro de um copo d'agua.

Proseguiam entretanto os preparativos para a entrada solemne da rainha na cidade. Faltava ainda esta cerimonia, que devia completar as festas do real consorcio. Gastava-se nos apercebimentos dinheiro á ufa.

«Esta funcção—epistolava Brochado—não tem ainda dia certo, porque os officiaes, que trabalham n'esta obra e em seus conducentes, não têm conveniencia em que se acabe o grande salario que vencem por dia.

Como a fabrica e desenho dos arcos não têm mais direcção que a phantasia dos nossos pintores e architectos, sem exame publico, tudo vae com muita indignidade e incoherencia; porém isto não parece de consequencia, nem eu me interesso muito no remedio d'este mal. A melhor nova é ter chegado ao Algarve o navio da frota, que chamam o *Falcão*, que traz muito oiro, e vem a tempo para se gastar com mão larga; e o mesmo caminho leva o mais que tem vindo, que não escapa á casa da Moeda, d'onde se tira o proprio e o alheio em damno do interesse e da fé publica». ¹

São penetrantes, postoque delicadas, as ironias com que Brochado criva os loucos desperdicios com que se estava arruinando o thesouro publico. Na mesma carta allude subtilmente ao *dinheiro que vae para a Curia*.

Mas entre todas as informações que no fim do anno de 1708 fornecia sobre a vida da côrte, primavam em interesse as que tinham a data de 1 de dezembro:

«A Rainha Nossa Senhora ainda espera por alguns apparelhos de magnificencia para fazer com devoção mais pomposa a homenagem da Sé, porque nem o aparato do fogo está armado nem a carroça está prestes; porém entretanto se diverte a Côrte com muitas assistencias e muito cortejo. A meza de El-Rei se cobre trez

¹ Em 8 de dezembro. Publicada no *Investigador Fortuquez*, vol. XVI, pag. 20.

vezes, sendo o ultimo serviço todo de massas em que aquelles animaes mascarados teem a pena de não verem nem serem vistos. Esta moda de servir parece que é nova porque não ouvi até agora que os Principes se servissem de tropas encubertas podendo ter logar na primeira e segunda linha que é o primeiro e segundo serviço do cozido e do assado, a que se reduz toda a formosura do exercito da meza. Tambem ouvi que El-Rei espera muito tempo que lhe dêem agua ás mãos e depois de assentado tambem espera bastante tempo que a meza se cubra, e isto mais parece lisonja que desat-tenção; porque os criados de Sua Magestade ouviram dizer que, em quanto se espera na meza, não se faz um homem velho. No mesmo tempo se acordam estas dissonancias com a harmonia dos instrumentos e das vozes que se ouvem na ante-camara da Rainha, aonde frades reverendos e clérigos sizudos cantam motetes muito alegres em que as alcatifas são as primeiras prejudicadas.

«Eu como Procurador da Rainha tive a honra de lhe fallar um d'estes dias, fiz-lhe o meu cumprimento em Francez e a dita Senhora me respondeu na mesma lingua com muito agrado e discrição e foi a primeira e unica vez que fui ao Paço a *ternir* com a minha beca a alegria de tão espaçosas salas aonde me dizem que ha grandes disputas entre os cavalheiros sobre a constituição da nova Côrte; porque uns querem que as se-

nhoras se deixem ver e venham conversar com elles nas ante-camaras; que joguem e bailem sem distincção de sexo e de idade; outros pelo contrario pregam retiro, silencio e recato, e detestam com politico anathema o commercio reciproco de damas e cavalheiros, ainda que seja em presença da mesma Diana. O partido dos primeiros tem por seu general o senhor Conde da Ericeira, que se defende com chronicas antigas. O segundo partido tem na frente o Conde de Vimioso, illustre defensor do mais purificado decôro. Estes argumentos passam a ser porfia, e tudo o que se conclue vem a parar em desunião e queixa. As artes da Côrte não são tão faceis de aprender e de executar como cuidam estes cavalheiros nas suas vagas imaginações. Em tudo deve presidir El-Rei fazendo o compasso d'aquella solfa, aonde tudo é regrado e tudo tem sua medida e sua conta. Perdôe-me V. Ex.^a que me não lembrava que é V. Ex.^a a quem escrevo, que nas sciencias da Côrte é o primeiro decurião das suas mais circumspetctas etiquetas». ¹

Só em 22 de dezembro fez a rainha a sua entrada solemne na cidade, sendo mirabolante o cortejo que a acompanhou, bem como ao rei, desde o Paço da Ribeira até á Sé.

¹Torre do Tombo. Liv.º 25, fol. 87 v.º e 88. Coll.ªo de S. Vicente.

D. João V, rodeado de festas e esplendores, em plena lua de mel, poderia parecer unicamente preocupado com o incendio de voluptuosa alegria que costuma embriagar os noivos. Mas a verdade era que a rainha não bastava a social-o. O casamento fôra apenas um aperitivo. Nos primeiros dias de janeiro, o rei sahia a passeiar pela cidade, *fazendo transluzir alguns arremessos de namorado*. A phrase é de diplomata, mas deixa adivinhar todo o seu alcance. D. João V não perdia occasião de mostrar-se, em despreoccupado flaino, um rei galante.

O paiz estava luctando com a carestia do trigo. Este genero escaceara em Hespanha, e vinham de lá buscar-o a Portugal. A crise economica ameaçava, mas a côrte divertia-se. No Paço, a rainha tocava cravo, a infanta D. Francisca bailava, sendo apenas admittidos a esta recreação palaciana alguns fidalgos escolhidos a dedo. Jogava-se: preparara-se uma casa especial, no palacio da Ribeira, para o jogo das tavolas e do truque. Por sua parte os archeiros, na sala dos Tudescos, jogavam o alguergue. De vez em quando havia comedia e opera. E os frades, em grande quantidade, enxameavam, conciliando o divino com o profano, nas salas e corredores do Paço.

A justiça havia fugido para o céo, e a verdade andava retirada pelos montes, como diz Brochado. Em plena rua ninguem podia julgar-se seguro. Na noite de 18 de ja-

neiro de 1709 foi disparado no Chiado um tiro contra a carruagem do conde de Vimioso, que não tinha inimigos. O coche ficou avariado, e o conde incolume. Concluiu-se que houvera engano no tiro. Mas estes enganos passavam pela malha, ninguem os reprimia ou castigava.

Brochado, acompanhando epistolarmente a vida da côrte, dá-nos um traço interessante, que desvenda segredos da alcova real.

«Um d'estes dias tive a honra de ver as duas Magestades, El-Rei que Deus guarde vestido de uma alegria inquietamente agradável, e a Rainha de uma gravidade modestamente insensível; *queira Deus que a Rainha cuspa para o chão, para que El-Rei possa cuspir para o ar* e nos vejamos com nova successão que é a maior fortuna que podemos esperar». ¹

Quatro mezes tinham passado sobre o casamento de D. João V. Mas os medicos da real camara não se julgavam ainda auctorisados a annunciar uma esperança de successão.

Hão de confessar que a phrase de Brochado é notavelmente pittoresca.

Em junho fizera-se a procissão de *Corpus*, e o nosso epistolographo teve occasião de vêr em publico os reaes

¹Torre do Tombo. Liv.º 25, fol. 98. Coll.º de S. Vicente. Carta de 23 de fevereiro.

esposos. O rei, «com semblante alegre e risonho mostrava a sua auctoridade e a sua devoção». Durante todo o transito da procissão ia conversando jovialmente com o conde de S. Lourenço e com o conde de Santa Cruz, mordomo-mór, «em materias que pareciam dar-lhe grande gosto». A rainha não se evidenciava tanto, principiava a *fazer pouco ruido*.

É a expressão de Brochado :

«A Rainha nossa senhora faz pouco ruido e não se falla n'esta Princeza, nem eu sei que ella tenha vindo de Allemanha mais que pelas propinas extraordinarias que recebi no Conselho da Fazenda». ¹

Desde logo percebêra Brochado que D. Maria Anna era, como d'ella escreveu mais tarde Antonio Caetano de Sousa, um bem concertado relógio. Limitava-se a marcar fielmente as horas dos seus deveres de esposa e rainha.

O anno avançava, e tudo continuava na mesma.

«Parece que o céu não milita pela nossa parte, porque estamos ameaçados do cruel inimigo de uma sezão desnaturalisada; e as novas que vem da perda injuriosa de Alconxel, e das agonias em que se acha Olivença não dão materia para grande consolação; d'onde infiro, que ou Deus se esquece, como dizia David, ou nós não nos lembramos de Deus, como dizia o mesmo

¹ Torre do Tombo. Liv.º 25, fol. 120 v.º Coll.ªo de S. Vicente.

rei; porque na verdade a devoção da nossa côrte, e a liberalidade de el-rei para o culto divino mereciam melhor correspondencia do céo. Este principe mandou fazer agora para a sua capella um ornamento inteiro de um brocado rico, acompanhado de trinta calices de bom feitio; e nada d'isto nos leva em conta a justiça divina para se compadecer de nossas deshonoras, e de nossas miserias». ¹

Incisiva ironia, só justificada pela absoluta confiança que Brochado depositava na pessoa a quem a confienciava.

Cañiam ardentissimas as calmas do estio. D. João V sentia-se achacado, morboso. *El-rei andava com queixas, que lhe sahiam ao rosto.* Esta doença torna-se suspeita, parece accusar imprudencias de insaciavel appetite na pessoa de um noivo. Foi-lhe defeso juntar-se com a rainha e, talvez para cohonestar o extranho factó, lembrou-lhe ausentar-se para Cintra, occultar-se na sombra dos arvoredos. Mas uma sombra maior que a das arvores o estorvava de realizar o seu intento. Logo veremos qual era. Na impossibilidade de sahir de Lisboa, os medicos aconselhavam-n'o a recolher-se immediatamente ao leito; D. João V, para não perder uma funcção das melhores da epocha, adjiava o tratamento :

¹ Brochado, Carta de 8 de julho. *Investigador Portuguez*, vol. XVI, pag. 433.

«El-rei, por causa de uma fluxão de humor que lhe veio ás glandulas, e que lhe fazem alguma inchação no pescoço e debaixo da barba, teve sentença de sangria por todos os votos do senado da medicina; porém pela grande devoção que este principe tem de vêr o auto de fé, resolveu que se deferisse a cura até depois do auto. Dizem que terá muito que vêr assim pelo numeroso como pelo extraordinario, e que haverá muitos blasphemos, apóstatas, renegados, falsarios, e outras figuras d'este genero, para cuja vista se tem feito grandes palanques, e se alugam janellas a grande preço. O tablado está magnifico, com uma grande varanda para commodidade das damas, que promettem não perder palavra de todos aquelles processos, e de se regalarem com boa agua de neve emquanto se destinam ao fogo aquelles desgraçados filhos de Adão». ¹

Eis aqui uma pagina que vale uma synthese. Sob a penna de Brochado desdobra-se, em poucas palavras, um bello quadro do reinado de D. João V: um auto de fé convertido em festa da côrte; e emquanto as carnes dos condemnados rechinam, as damas refrescam-se bebendo agua de neve.

Saibamos quem indirectamente estorvava ao rei o intento de ir tratar-se em Cintra. Quem? Era a sombra

¹Brochado. Carta de 29 de junho. *Investigador Portuguez*, vol. xvii, pag. 50.

de um homem; e esse homem era seu irmão o infante D. Francisco.

«Os medicos persuadem a El-Rei que vá para Cintra, mas dizem que Sua Magestade por não dar a Seu Irmão o trabalho de governar resiste a esta ordenação da medicina, sendo que o Rei sómente auzentando-se do seu Reino tem necessidade de deixar substituto ou Regente; e quando a sua Côrte o segue, Elle a pode fazer em qualquer parte do seu Reino; porém a nossa Côrte tem dogmas particulares que eu não entendo, e por falta de fé lhe não dou culto algum». ¹

Decididamente, Brochaço era eximio no manejo da ironia.

Já agora não largaremos tão prestante *cicerone*, que continuará esclarecendo-nos sobre o que se passa na côrte.

«V. Ex.^a estará hoje de gala pelos annos da Rainha nossa senhora a quem beijarão a mão em caterva, e como de alcatea um grande numero de frades e de cavalheiros; hoje ha-de haver baile e musica, e ámanhã comedia que será muito mal representada contra o estylo das Côrtes, em que ordinariamente todos são insignes representantes em todo o papel». ²

¹Torre do Tombo. Liv.º 25, fol. 124. Coll.º de S. Vicente. Carta de 27 de julho.

²Torre do Tombo. Liv.º 25, fol. 130 v.º Coll.º de S. Vicente.

Adiaremos para occasião mais opportuna o commentario que nos suggerem estes serões da cõrte de D. João V, alternados de baile, musica e theatro.

Agora, para não afrouxarmos o interesse que possam ter inspirado os segredos da alcova real, vamos vêr até que ponto logrará José da Cunha Brochado satisfazer a nossa curiosidade.

Trecho de uma carta, de 26 de outubro de 1709:

«As (queixas) que El-Rei que Deus guarde padecia devem estar dissipadas, porque em um d'estes dias passou para o quarto da Rainha *a viver como convalecido e como esposo*, e hoje pela primeira vez sahiram fóra ambas as Magestades ainda que em diverso tempo e por diverso caminho foram visitar a piedosa Mãe do Rei dos Reis; supponho que *a oração não seria por diverso modo nem a diverso fim*. Um d'estes dias fará um anno que entrou a Rainha na posse de seu feliz esposo e n'esse dia ha ordem para beijamão publico. A cerimonia é nova mas como o amor de Sua Magestade não pode ser maior na substancia da fineza, quer brilhar na variedade e na repetição d'ella». ¹

Não ousamos diagnosticar a enfermidade que D. João V padeceu sete ou oito mezes depois de casado, mas, dada a fina malicia com que Brochado sempre escreve, cuidamos rastrear a verdade vendo, nos factos a que

¹ Torre do Tombo. Liv.º 25, fol. 140 v.º Coll.º de S. Vicente.

levemente se refere, as consequencias de uma fogaosa incontinencia de appetites.

As queixas que sahiram ao rosto do rei seriam innocentes eczemas ou syphilides denunciativas de fraudage amorosa em faceis conquistas a vulso? Não é facil responder desde já a esta pergunta. Mas vamos lembrando as informações de Brochado. Sobrevém depois uma fluxão de humor, que bem pôde ser uma manifestação secundaria de morbo suspeito. Finalmente, D. João V passa a viver como convalescido e como esposo, o que revela a existencia de um parenthesis de alguns mezes na vida conjugal de suas reaes magestades.

Aguado talvez o entusiasmo da rainha por esta prematura infidelidade do seu jovem esposo, esterilisar-se as esperanças de successão.

O paiz pedia um principe que garantisse a estabilidade da dynastia. Os frades rezavam implorando a collaboração do céu em tão demorado lance. As freiras, por sua parte, rir-se-iam da hypocrisia cortezã dos frades. Na cõrte, fallava-se do caso sem rebuço, como nol-o revela a seguinte pagina do manuscripto da Bibliotheca Nacional:

«Costumava n'esse tempo ir ao Paço pedir esmola um leigo arrabido, muito piegas, de quem se contavam milagres, e lhe disse o marquez de Angeja um dia, por que não fazia com Santo Antonio que tivesse a rainha

filhos, a que respondeu o leigo—sim os terá, mas é preciso fazer-lhe uma casa. Então mandou El-Rei riscar, e tomar medidas do sitio em que hoje se acha o convento do Coração de Jesus, immediato ao collegio dos Padres Bentos da Estrella, aonde se pozeram marcos nos muros visinhos, de que o ultimo, no muro dos Frades Bentos, aonde hoje está defronte o barracão aonde existe a guarda real de policia, se tirou quando se principiou o convento. Era uma pedra branca metida no muro com a lettra de um—12—grande. E como a Rainha era interessada em fazer-se o convento, e era seu estribeiro-mór, o visconde de Villa Nova da Cerveira, D. Thomaz de Lima e Vasconcellos, lhe aconselhou que Sua Magestade o mandasse fazer em Mafra (onde elle tinha a sua quinta). Este foi o motivo de lá se fazer a egreja dedicada a Santo Antonio, porém o milagre de haver filhos, foi o dizer o duque de Cadaval, D. Jayme de Mello a El-Rei: *que, que, que, trabalhasse a Rainha para ter filhos, que era obrigada a isso; e do contrario lhe podia succeder mal, etc., cujo edificio lhe custou 10 milhões, etc.*».

Esta versão é a mais explicita que encontramos ácerca da fundação de Mafra, sobretudo na revelação final; mas differe, postoque accidentalmente, d'aquella que frei Claudio da Conceição estampou no *Gabinete Historico* e que serviu de apoio ao sr. Soriano na *Historia do reinado d'el-rei D. José*.

Em todas as versões figura o arrabido frei Antonio de S. José, vulgarmente chamado da India, comquanto o manuscripto o não nomeie; mas ó que o manuscripto diz ter-se passado com o marquez de Angeja é por aquelles dois auctores attribuido ao bispo capellão-mór D. Nuno da Cunha, depois cardeal. Todavia o facto subsiste essencialmente, o que fortalece a versão do manuscripto, certamente mais sincera por não ser destinada á publicidade.

«Outros tantos annos (trez) contava já de casado o senhor rei D. João V com a rainha D. Maria Anna de Austria, irmã do imperador Carlos VI, sem que o reino visse aquelle fructo do matrimonio, tão desejado, como necessario aos principes, para o bem commum das monarchias, na conservação pacifica dos seus dominios, quando por acaso no anno de 1711, se encontrou no Paço frei Antonio de S. José com o bispo capellão-mór, D. Nuno da Cunha, depois cardeal da Santa Igreja Romana, e como este prelado era um dos mais fieis amantes da sua patria, rogou a frei Antonio encommendasse a Deus a sua magestade, para que lhe desse successão, em que estabelecesse a sua corôa, a quem o servo de Deus respondeu estas palavras: «El-rei terá filhos se quizer» e sem dizer mais nada se retirou.

«Ficou o bispo inquisidor conversando com o conde de Santa Cruz, depois marquez de Gouvea, e fazendo acto reflexo na resposta de frei Antonio, perguntou ao

conde, que conceito fazia da sua virtude. «Tão grande — lhe respondeu — que fiz toda a diligencia, e tive por fortuna conseguir, que elle fosse padrinho de meu filho, e faço um especial gosto de o nomear por meu compadre.» Ignorando o sentido que encerrava a resposta, determinaram pedir-lhe a explicação d'ella. Passados poucos dias, se tornáram a encontrar na mesma sala dos Tudescos, e lhe recommendou o cardeal segunda vez a mesma petição, e elle tornou a dar a mesma resposta: e pedindo-lhe a explicação respondeu: «Prometta el-rei a Deus fazer um convento na villa de Mafra, que logo Deus lhe dará successão».

«Deram logo o cardeal e o conde parte a el-rei, e á rainha do succedido, e recebendo a nova com gosto, fizeram ambos voto de fundar um convento a Santo Antonio para a provincia d'Arrabida, se Deus pela sua infinita piedade se dignasse dar-lhes successão. Não se passaram muitas semanas, que por signaes ordinarios se não conhecesse desempenhada a prophacia. . . ¹»

Vejamos agora a parte que o visconde de Villa Nova da Cerveira teve n'este gracioso caso, que foi tomado á conta de milagre.

Já os seus antepassados haviam tentado obtêr a fundação de um convento em Mafra. O visconde, que era o duodecimo do titulo e senhor de Mafra, possuia n'esta

¹ *Gabinete Historico*, tom. VIII, pag. 64.

villa uma quinta, onde em 1705 recebeu a visita de dois frades arrabidos. Fallou-se no assumpto, que era uma pretensão de familia. O visconde manifestou com enthusiasmo o seu desejo de fundar alli um convento, *não só para participar da visinhança dos seus frades*, diz frei Claudio da Conceição, mas para utilidade d'aquelles povos visinhos. Uma e outra coisa podia ser, mas não deixaria de pezar no espirito do visconde a circumstancia de ficar valorisada a sua propriedade pela fundação de um convento. N'aquelle tempo o profano andava de mãos dadas com o sagrado. Não cahiu a pedra em cesto rôto, o negocio chegou até ao desembargo do Paço, que consultou desfavoravelmente: não ser conveniente a fundação pretendida, por estar o reino muito onerado de conventos mendicantes.

Naturalmente, o visconde de Villa Nova da Cerveira reconheceu que era mais facil abrir caminho atravez dos frades que dos desembargadores. O negocio tinha sido combinado com os arrabidos, e foi justamente um arrabido, frei Antonio de S. José, que lançou a prophacia.

D. João V acreditava cegamente nos frades, e deu-lhe pezo, ainda que o caso seja estranho, porque era de natureza a el-rei confiar mais em si do que nos frades.

Aos ouvidos da rainha chegariam porventura os trez *quês*, muito reticenciados, do duque de Cadaval. Uma

especie de *quos ego*. Argumento fulminante. D. Maria Anna de Austria atirou com os seus justos resentimentos para traz do espaldar do leito, e achou que lhe convinha segurar em seu favor o throno e os frades. A historia dos reis, a das rainhas principalmente, lembra-lhe varios casos de terem vindo de Roma bullas de divorcio para uso de testas coroadas. O reinado de D. Affonso VI não ía ainda longe, e no Paço da Ribeira sabia-se decerto uma canção que o povo de Madrid havia cantado, annos antes, quando a rainha D. Maria Luiza de Orleans não dava um unico filho a Carlos II, certamente por ter nojo d'elle, que não lavava os pés.

D. Maria Anna de Austria devia conhecer a trova :

Parid, bella flor de lis,
 En affliccion tan extraña :
 Si paris, paris á España,
 Si no paris, á Paris.

Devia saber outrosim que a esteril esposa de Carlos II fallecêra em poucos dias de uma molestia aguda, talvez sem culpa de não ter deixado successão, porque a segunda mulher do monarcha hespanhol tambem a não deixou.

Com o rei, que não passava de mentecapto, é que era a coisa.

Mas talvez bastasse uma simples bulla, que D. João

V não teria duvida em pagar bizarramente, como era seu gosto e seu costume.

A 4 de dezembro de 1711 nasceu a infanta D. Maria Barbara.

Grande jubilo em todo o paiz. Luminarias, repiques, festas. Os frades entoavam *Te Deums*, os poetas cantavam lôas. Thomaz Pinto Brandão permittiu-se a liberdade de ensoar metaphoras de obstetricia, e terminava enviando ao céo um grito de agradecimento :

Que gloria ao céo, paz á terra,
promette, e nos dá por novas,
parir no mez que Deus nasce
a Rainha nossa senhora.

Mas D. João V, querendo cumprir o voto que fizera, porque lhe proporcionava mais uma occasião de gastar dinheiro, parecia resolvido a mandar edificar o convento em Lisboa.

O desembargo do Paço já não se oppunha. Agora, a unica pessoa a oppôr-se era o visconde de Villa Nova da Cerveira, estribeiro-mór da rainha, que via prejudicado o seu sonho de muitos annos. Valeu-se decerto da sua posição para aconselhar a rainha a escolher Mafra; e, como se isso não bastasse, lembrou-se de um stratagemma: offerecer terreno da sua quinta para edificação do convento. Bem sabia elle que D. João V não

acceitava, porque não queria repartir a gloria nem a despeza da construcção com ninguem. Isso seria miseravel para uma corôa tão ostentosa.

Diz-se que D. João V contára a um frade franciscano a promessa, que tinha feito, de erigir um monumento dedicado a Santo Antonio, se houvesse successão, e que o frade lhe respondêra com malicia, que o rei não percebeu ou fingiu não perceber :

— Bastava, meu senhor, um *padre nosso* com boa devoção. ¹

D. João V não cumpriu logo o voto. Já lhe tinham nascido mais quatro filhos, D. Pedro, que nasceu a 19 de outubro de 1712 e falleceu a 29 de outubro de 1714, talvez em consequencia de diáthese hereditaria, D. José, que nasceu a 6 de junho de 1714, D. Carlos, que nasceu a 2 de maio de 1716, D. Pedro, que nasceu a 5 de julho de 1717, quando, a 17 de novembro d'este anno, foi lançada a primeira pedra do convento de Mafra.

A principio, não se tinha planeado tão vasta a traça do edificio; mas o genio dispendioso do rei levou-o a ampliar no dobro as dimensões do convento. ²

Treze annos se gastaram na construcção da igreja,

¹ Tradição oral de Mafra.

² Vide *Boletim da associação dos architectos*, n.ºs 11 e 12, de 1890. Artigos do sr. Joaquim da Conceição Gomes.

que foi sagrada a 22 de outubro de 1730, anniversario natalicio do rei. Frei João de S. José do Prado deixou memoria escripta d'essa grandiosa solemnidade.¹ O convento estava ainda incompleto. Só em 1735 se concluíram as obras da fachada.

Refere o manuscripto da Bibliotheca Nacional que D. João V mandou fazer em França os frontaes para a igreja de Mafra. Vieram todos menos um. O rei teve com isto um grande desgosto, mas o marquez de Abrantes, querendo acalmar os reaes nervos, obrigou-se a mandal-o vir a tempo de servir na sagração. A verdade é que o mandou fazer pelo seu bordador. O rei soube-o e, acabada a funcção, deu ordem para que o frontal fosse queimado, o que se fez. Não prescindiu de que viesse de França o frontal que faltava.

Quanto ao famoso carrilhão de Mafra, conta-se que, sendo D. João V informado de que custava 400:000\$000 réis, respondêra: Não julguei que era tão barato; quero dois.²

D. João V tinha uma especial predilecção pelos si-

¹ *Monumento sacro da fabrica e solemnissima sagração da santa basilica do real convento de Mafra, 1751.* Thomaz Pinto Brandão tambem cantou a sagração da basilica n'uma *silva, 1730.* O mesmo poeta deixou uma descripção de Mafra.

² *O monumento de Mafra, por Joaquim da Conceição Gomes, Lisboa, 1887. Pag. 23.*

nos, circumstancia que não abona os seus dotes musicaes.

Como se sabe, o papa Clemente XII erigiu a capella real, a pedido de D. João V, em egreja patriarchal, pela bulla aurea de 7 de novembro de 1717. Por outra bulla, de 13 de dezembro de 1740, o papa Benedicto XIV sujeitou a sé velha de Lisboa á nova egreja patriarchal, com um só cabido.

Então o rei entendeu dever voltar as suas attensões para a capella real erecta em metropolitana, e encomendou para ella um sino de 600 arrobas. Custou muito a pôr o sino na torre. Logo que isto se conseguiu, em outubro de 1743, houve um José Jorge que correu ás Caldas da Rainha, onde o monarcha estava, a dar-lhe a boa nova. D. João V nomeou-o sineiro-mór com a tença de 100\$000 réis.¹

Alexandre Antonio de Lima, o auctor da *Benteida*, compoz uma decima em honra do sino,— ao qual chama *sino de rei*, o que é o mesmo talvez que dizer *rei dos sinos*.²

Nenhum edificio symbolisa melhor do que Mafra o reinado de D. João V. Grande, dispendioso, monumental, mas baldo de poesia, como notou Herculano. Tudo

¹ *Mercurio historico*, jornal manuscripto existente na Bibliotheca Nacional.

² *Summario de varia historia*, vol. iv, pag. 238.

ali é vasto e frio. Não chega a parecer um monumento portuguez, onde a pedra costuma palpitar á luz do sol. Em Mafra a cantaria está morta, silenciosa. Não canta, não sorri; dorme. E, realmente, na lista dos seus artifices predominam os estrangeiros. O risco foi de um allemão, João Frederico Ludewig. Muitos suppunham que este architecto era de origem italiana. Mas o sr. visconde de Sanches de Baena provou o contrario.¹ E todavia não seria precisa a prova genealogica. A arte italiana é um sorriso, e Mafra não sorri. Os sinos collosaes são hollandezes. Estão assignados por Nicolaus Levache, Antuerpia, 1730. A Allemanha e a Hollanda, dois paizes frios, deram-se as mãos para produzir uma frigidissima grandeza.

Se D. João V tivesse sobrevivido a sua esposa, poderia exclamar, ao vel-a morta, como Luiz XIV deante do cadaver de Maria Thereza: *Voilà le seul chagrin qu'elle m'ait donné*. Mas o rei portuguez consummiu-se na voragem de prazeres immoderados, gastou-se. E a boa Maria Anna de Austria tudo lhe perdoava.

Diz-se que o confessor de D. João V, que já então seria o celebre padre Martinho de Barros, o reprehendêra uma vez no confessorario pelas suas frequentes infidelidades conjugaes.

¹ *Apontamentos ácerca da biographia do notavel architecto da basilica real, palacio e convento da villa de Mafra*. Lisboa, 1881.

O rei, porque conhecia a vida do padre, se era esse, ficou-se a ruminar na *doutrina de frei Thomaz*, e machinou uma vingança.

Mandou que, a todas as refeições, servissem apenas gallinha ao seu confessor.

O padre, enjoado já, protestou, reclamou.

D. João V limitou-se a responder :

— Nem sempre gallinha, nem sempre rainha. . .

Se o confessor era effectivamente o padre Martinho, devia ter achado muita graça ao rei.

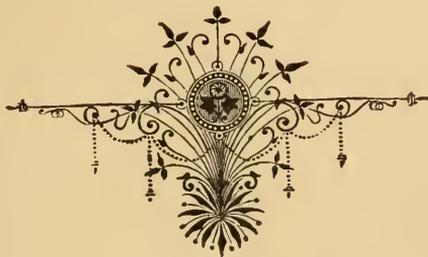
D. Maria Anna de Austria chegou a estimar o marido. Depois que elle morreu, esteve quasi um anno encerrada, e a primeira vez que sahiu, a 2 de setembro de 1751, foi para ir a S. Vicente de Fóra orar junto ao tumulo de D. João V.¹ Era já em idade avançada, para o que teria certamente concorrido o seu temperamento frio de allemã e a sua tranquilla tolerancia adquirida na religião.

Foi sempre piedosa, dada a frequentar egrejas e mosteiros. Mas não lhe repugnavam os prazeres honestos

¹ Cito um folheto a proposito : *Oração consolatoria recitada na conferencia, que a Academia Scalabitana consagrou á saudade da serenissima rainha a senhora D. Maria Anna de Austria pela morte de seu «fidelissimo» esposo o senhor D. João V, rei de Portugal, em 30 de novembro de 1750, pelo M. R. Padre Fr. Joseph Manoel da Conceição, etc. Lisboa, 1751.*

Fidelissimo esposo ! Como se têm mentido em todos os tempos !

do mundo. Na idade avançada em que se encontrava, exaltava-se-lhe a fé em visões celestiaes. Na vespera de morrer, disse ao confessor: «Padre, não se fatigue; eu nasci na vespera, em que a Mãe de Deus nasceu na terra, e hei de morrer na vespera, em que ella subiu ao céo.» E morreu, effectivamente, no dia da Assumpção, 15 de agosto de 1754. Tinha 71 annos incompletos.





IV

A CÔRTE

DOM João V foi um rei magnificante, amigo de pompas e ostentações levantinas. Gastou largamente, arruinando um paiz pequeno. No Oriente, teria sido um novo Salomão, sem lhe faltar o concomitante serralho. No Occidente, apesar da estreiteza dos recursos nacionaes, teve caprichos de dissipação nunca excedidos em Portugal.

Brochado, n'uma das suas cartas ao conde de Vianna, encontrou uma phrase pittoresca para caracterisar a bisarria perdularia do faustoso monarcha :

«El-rei é descendente e successor de el-rei D. Diniz, que fez quanto quiz; e quem dinheiro tiver tambem

fará o que quizer ; sendo que, na minha opinião, como já disse, não obra as coisas o poder mas a vontade, e vale mais esta potencia sem olhos do que o entendimento com muitos braços». ¹

A phrase inicial de Brochado é a reproducção do letreiro inscripto na torre de menagem da villa do Sabugal:

Esta fez el-rei Diniz,
 Que acabou tudo o que quiz;
 Que quem dinheiro tiver,
 Fará quanto quizer.

O epiphonema com que Brochado encerra o periodo contém uma profunda critica d'este reinado: D. João V fez o que quiz, sem curar de saber se podia fazel-o.

Quando organisou duas companhias de cavallos para a guarda real, encommendou em França os respectivos uniformes: custou tudo, com as armas, mais de trezentos mil cruzados. Ao duque de Cadaval, D. Jayme, disse que só queria n'aquella guarda gente muito nobre. E como no fardamento, entre galões de oiro e prata houvesse tambem alguns de retroz amarello, observou D. Jayme:—Pois homens de nobreza conhecida hão de vestir o *lagarto!* Foi o bastante para D. João V

¹ *Investigador Portuguez*, vol. xv, pag. 34.

se desgotar, e já não querer a guarda. Os uniformes, ruidos da traça, acabaram no terremoto de 1755.¹

Quando enviou a Roma, para assistirem ao conclave, em 1721, os cardeaes da Cunha e Pereira, deu-lhes baixellas e ricas alfaias. Os cardeaes não chegaram a tempo. Não obstante, em carta de seu proprio punho, mandou D. João V dizer ao cardeal da Cunha: que dêsse muito oiro a esses cafres dos italianos e que, quando não tivesse a quem o dar, o atirasse ao Tibre, para que se eternisasse o seu nome.

Ora na semana em que o rei escreveu tinham desertado para Cadiz dez ou doze carpinteiros da Ribeira das Naus, por lhes não pagarem havia dois annos e meio.²

Em 1730, mandando sua filha, a princeza das Asturias, dizer a D. João V que na côrte de Madrid constava estar o thesouro portuguez exaustado de recursos, respondeu-lhe o rei enviando por um expresso um presente de barras de oiro que valiam sessenta mil cruzados.³

A côrte de Madrid ficou assombrada, e o caso não era realmente para menos.

¹Manuscripto da Bibliotheca Nacional.

²Manuscripto da Bibliotheca Nacional.

Este factó tambem é narrado pelo visconde de Santarem no *Quadro elementar*, introducção ao volume v.

³Visconde de Santarem. Obr. cit.

Em 1748, Alexandre de Gusmão calculava, em relatório dirigido a D. João V, que dentro de vinte annos, *o que era tão claro como a luz do dia*, havia o reino de perder a maior parte do dinheiro que possuia então, sendo preciso, para melhorar a situação economica do paiz, impedir o augmento da fradaria e da nobreza mal entendida; diminuir o luxo com alguma lei sumptuaria, desenvolver a agricultura e estabelecer fabricas.¹

D. João V, já a esphacelar-se corporalmente, queria remediar a ruina que o seu genio dispendioso arrastára. Era tarde.

Tambem o desembargador José Vaz de Carvalho consultou sobre o mesmo assumpto.²

Em 24 de maio de 1749, sahiu a celebre *pragmatica*, que o rei assignou quasi moribundo, e que é nem mais nem menos do que a condemnação de toda a ruinosa administração de D. João V.

Esta ultima lei do ostentoso monarcha não se traduziu em vantagens praticas; pelo contrario, entorpeceu, por um rigor verdadeiramente vexatorio, as industrias e o commercio, a economia geral do paiz.

Fez D. João V muitas e importantes obras no Paço da Ribeira. A torre de marmore, com o enorme sino de que já fallamos, e na qual havia trez relogios, man-

¹ *Investigador Portuguez*, vol. XII, pag. 221.

² *Idem*, num. xc, de dezembro de 1818.

dou-a elle construir. Accrescentou ao edificio o quarto que ficava no largo da Patriarchal e corria até ao theatro da opera, sendo que o theatro só veio a concluir-se no reinado de D. José, cinco mezes antes do terremoto.

Um manuscrito de 1754 descreve toda a maravilhosa opulencia d'este lanço do palacio:

«Consta... de varios corpos e muitas galerias todas de apuradissima arte, obra do famoso architecto Frederico, em que os marmores apostam duração com a eternidade. Dois lanços d'este quarto abrem para o *largo da Patriarchal*, e em meio de cada um avulta um portico grandioso, levantado em grossas columnas marmoreas, com capiteis corinthios, excellentemente folheados. Todo o restante d'este primoroso edificio é feito de polidissima cantaria, com formosos labores e remates, com oculos romanos na cimalha, que lhe dão graça e belleza. O saguão que vae do *largo da Patriarchal* e atravessa este quarto para a *Companhia*, é a melhor peça d'arte d'esta cidade; porque as quatro columnas de jaspe que tem na frente de duas escadas lateraes, são perfeitissimas no trabalho dos labores.

«Para o lado do *theatro da opera* fórma este quarto uma quadra pequena com sumptuosas galerias, para a qual se entra por um grande vestibulo fronteiro á *Patriarchal*; mas a serventia ou passagem para o *theatro* é a mais arrogante e magestica obra de Lisboa. Aqui,

os marmores são de maneira sinzelados, que nem a cêra seria capaz de mais tenues arabescos. A natureza é vencida pela arte; porque os bustos, as carrancas, os festões, os relevos, os capiteis, os frisos, as folhagens são cousa tão prodigiosa, quanto é mais de assombrar a qualidade da pedra tão rija para impressões tão delicadas. Por cima d'este vestibulo, ergue-se uma capella magnificentissima feita para uso particular dos patriarchas, tal e qual os pontifices a tem em Roma. E, posto que ainda não esteja concluida, é soberbissima pela profusão de jaspes vermelhos, negros, brancos e outras côres que lhe dão o esmalte». ¹

Pena foi que o terremoto do anno seguinte viesse apagar estes orientaes vestigios da passagem de D. João V pelo Paço da Ribeira. O palacio, mandado levantar por D. Manuel, o pavilhão chamado *Forte* que Filippe II fez construir, o annexo que D. João V addicionou ao edificio, a capella patriarchal, o theatro da opera, que projectára e não chegou a vêr construir, tudo sepultou em ruinas o grande terremoto.

Mas restam ainda de pé, como outros tantos pregões da grandeza material d'este reinado, a capella de S. João Baptista na egreja de S. Roque, os palacios das Necessidades e Belem (este ultimo comprado ao conde de Aveiras e restaurado por D. João V), o arsenal do

¹ Apud *Noites de insomnia*, vol. 8, pag. 32.

exercito chamado vulgarmente *Fundição de baixo*, o aqueducto das Aguas Livres, e, fóra de Lisboa, Mafra, o palacio das Vendas Novas, o hospital das Caldas da Rainha, o mosteiro do Lourical, a bibliotheca da Universidade, que o conde de Raczynski tanto elogiou, a ponto de dizer que era a mais rica e bella que tinha visitado. ¹

Precisavamos conhecer ao menos em escorço o Paço da Ribeira, porque ahi se desenrolou grande parte da vida faustosa e galante de D. João V.

Havia no palacio soberbas tapeçarias, que o rei mandou vir do estrangeiro, especialmente de Arras e Liége, enriquecendo copiosamente a vasta collecção que já existia. ²

Brochado descreve algumas que foram postas quando se preparou o palacio para receber a rainha D. Maria Anna de Austria.

«Um d'estes dias fui ao Paço (1707) que achei sem luto, e tive logar de vêr a riqueza e magnificencia dos moveis, e sobretudo das suas bellas tapeçarias, e ainda

¹ Referimos de passagem os edificios mais importantes. Outros muitos mandou construir D. João V. Um d'elles, a fabrica da polvora em Alcantara, já não existe. O caminho de ferro de Cintra fez desaparecer os ultimos vestigios que d'essa construcção restavam. A Casa da Moeda, tambem edificação de D. João V, acaba de ser transformada.

² *Estudos historicos e archeologicos* por Vilhena Barbosa, tom. II, pag. 269.

que as vi com admiração não deixei de olhar para ellas com horror. Na primeira casa dos bancos estava a armação do bom Tobias, de que os pretendentes não tiramos boa lição, porque n'aquelle logar quem *tem Anjo pesca*, e quem não tem Anjo se afoga.

«Na segunda casa vi armado o triumpho da Cruz, e tambem aqui os pretendentes não acham grande esperanza, porque aquella Cruz, que para uns é triumpho, para outros é patibulo; e os grandes senhores e grandes ministros, que triumpham com as suas cruzes, fazem que nós gemamos debaixo das nossas.

«D'esta casa vi a em que el-rei, que Deus guarde, costuma dar audiencia, e divisei uma armação bem tecida que me disseram que representava os sete planetas; e por mais que os seus influxos me pareçam doirados, não sei se para todos são beneficos. Eu, ao menos, sempre achei o sol eclypsado, a lua minguate, Mercurio entorpecido, Marte preso, Jupiter fulminante, Venus, espuma; e Saturno, sombra. Perdôe V. Ex.^a as novas que lhe dou do Paço com moralidade melancolica; e cada um pinta a festa como lhe vae n'ella». ¹

Duas palavras de commentario. Brochado requeria n'essa occasião uma capella de 300\$000 réis de renda, vaga pela morte do corregedor de Thomar. Foi ao Paço pedil-a a el-rei. D. João V mostrou-se bem disposto a

¹ *Investigador Portuguez*, vol. xiii, pag. 506.

concedel-a, aconselhando-o a entregar um memorial ao secretario Bartholomeu de Sousa. Assim fez Brochado, mas o secretario respondeu-lhe: que el-rei tinha dado a mesma capella na noite antecedente!

Em Mafra tambem havia notaveis tapeçarias, que a familia real levou em 1807 para o Brazil, e lá ficaram.

Nos banquetes do Paço da Ribeira servia a rica baixella que D. João V mandára fazer em Pariz pelos celebres ourives irmãos Germain, e que poude ser salva depois do terremoto.

Havia, como já temos visto, serões de musica, dança, e theatro.

A dança em Portugal começou pelas ruas, e só mais tarde se aristocratisou nas salas.

No *Cancioneiro de D. Diniz* allude-se muitas vezes á *baylia* ou *baylada*, que se realisava, bailando e cantando, ao som da citula e do adufe. Os bailes mouriscos, de que se conservam ainda vestigios no Alemtejo, eram uma tradição generalisada, nas festas ao ar livre, e o seu character popular affirma-se pelo facto do rei D. Pedro I bailar pelas ruas de Lisboa com os cidadãos e mesteiraes que o acompanhavam com danças e trebelhos.

Foi só no reinado de D. João I que a dança se nobilitou entrando na côrte, por occasião do casamento d'este rei, no Porto, com D. Filippa de Lencastre, em 1387.

Esta inesperada nobilitação da dança viria certamente

de fóra, por espirito de imitação, pois que dois annos antes, nas festas do casamento de Carlos VI, em Amiens, com Izabel de Baviera, houve baile na côrte de França, e é o primeiro de que na historia franceza se encontra noticia circumstanciada.

Como quer que fosse, Fernam Lopes deixou memoria das bodas d'aquelle principe da tavola redonda, um segundo rei Arthur, que primeiro se chamou simplesmente mestre d'Aviz.

Descrevendo o *banquete*, em que «houve assaz de iguarias e de desvairadas maneiras de manjares», acrescenta: «Emquanto o espaço de comer durou, faziam jogar á vista de todos homens que o bem sabiam fazer, assim como trepar em cordas, e tornos de mesas e salto real, e outras cousas de sabor: as quaes acabadas, *alçaram-se todos, e começaram a dançar, e as damas em seu bando cantando arredor com grande prazer*».

Quem dançou? Foram os volatins chamados a recrear a côrte ou foi a propria côrte que dançou? O dr. Ribeiro Guimarães, no *Summario de varia historia*, propende para esta ultima hypothese, e eu tambem, attendendo nas palavras de Fernam Lopes — *alçaram-se todos*; os que estavam á meza, naturalmente.

O reinado de D. Duarte é um breve parenthesis de tristeza e luto, aberto nos costumes da côrte. D. Duarte era um melancolico e um erudito; amava mais os livros do que os bailes.

Mas no reinado de seu filho Affonso V reaparece a dança na côrte por occasião do casamento da infanta D. Leonor com o imperador da Allemanha. Diz o auctor da *Historia dos desposorios de Frederico III com Leonor Lusitana* que a primeira chorea a dançou a noiva com sua cunhada a rainha de Portugal.

A lição das chronicas ensina que era costume bailarem as damas com as damas. Não se tinha ainda atingido o que a dança tem de melhor: a promiscuidade dos sexos.

O leitor compartilhará de certo esta minha opinião; estou d'aqui imaginando a cara que faria, se o condemnassem a dançar... comigo!

No reinado de D. João II, apesar das profundas alterações politicas da côrte, quando se fizeram as grandes festas de Evora para celebrar o casamento do malogrado principe Affonso com a infanta de Castella, D. Izabel, houve no paço sarau dançante: dançou o rei com a princeza, e as damas com os cavalleiros.

O reinado de D. Manuel é o periodo aureo da vida galante em Portugal. A alegria desfraldava ás brisas da côrte as suas velas côr de rosa, e navegava foz-em-fôra. Gonçalo Mendes Çacoto escrevia a uma dama, que lhe pedia informações da vida da côrte:

Bom escrever, bom fallar,
Motejar e saber rir,

*Bom dançar e bom bailar,
As cousas que são de olhar
Sabel-as mui bem sentir.*

De D. João III sabe-se que, apesar do seu character sombrio, não lhe repugnava a dança: elle proprio dançava.

O conde de Vimioso menciona que, n'esse reinado, houvera dois serões de dança em Almeirim, então o sitio predilecto da côrte.

Um, por occasião das bôdas de Carlos V com a infanta D. Izabel, dançando a rainha de Portugal com a noiva, e *el-rei* e os infantes D. Luiz e D. Fernando com varias damas. Outro, por occasião do casamento da fanta D. Maria, filha de D. João III, com o principe Philippe, filho de Carlos V: «fazendo-se em Almeirim um magnifico sarau na noite do Espirito Santo, em que se celebraram aquelles desposorios, dançou elle (o infante D. Luiz), com D. Constança de Gusmão, dama da infanta D. Maria; e na tarde do outro dia repetindo-se o mesmo sarau, tornou a dançar com D. Anna da Guerra, dama da rainha; e no terceiro, continuando-se aquella festa, dançou com sua mesma irmã, a infanta D. Maria».

Quanto a D. Sebastião, se se houver de dar credito a uma chronica que eu extractei no livro *Atravez do passado*, promovia *varios ajuntamentos para seu diverti-*

mento, e organisou em Carnide um baile *de costumes*, de certo para avistar-se e bailar com a filha do duque de Aveiro.

No tempo dos Filippes o gosto pela dança ateou-se em Portugal. O sr. Theophilo Braga cita um opusculo de Juan de Esquivel, de 1642, encarecendo o prazer que Filippe II tinha em dançar. Conta-se que D. João de Austria viera de Hollanda a Pariz unicamente com o proposito de vêr Margarida de Bolonha dançar um minuete, o famoso minuete de que Luiz XIV tanto gostava, e que principiára a ter voga no seculo XVII. Na côrte de Filippe IV, um dos mais famosos bailarinos era o duque de Lerma, primeiro ministro do rei.

Talvez com o proposito de apagar os vestigios da côrte hespanhola, ou por qualquer outro motivo, a dança decahiu depois da restauração. Conta Antonio Rodrigues da Costa que, quando o conde de Villar Maior, depois marquez do Alegrete, foi com a embaixada portugueza á côrte do Palatinado do Rheno pedir para D. Pedro II a mão da princeza Maria Sophia de Neuburgo, «a Senhora Eleitritz. . . tirou por varias vezes a dançar a João Gomes da Silva, filho do conde embaixador, e ao visconde de Barbacena, que supposto pretenderam escusar-se com *o pouco uso que d'aquella arte havia em Portugal*, foi forçoso obedecer aos soberanos rogos de sua alteza».

Durante o seculo XVIII, seculo de commoções politi-

cas em toda a Europa, por causa da revolução franceza, a dança não deixou nunca de estar em moda.

E é notavel a circumstancia de que, n'um seculo de atrocidades grosseiras, como esse foi, a dança conservasse um character de galante delicadeza, que não se ultrapassou ainda.

Sirva de exemplo o *minuete*, essa finissima dança, que se tornou o prototypo choreographico do seculo XVIII, e que parece ser originaria do Poitu.

O seu rythmo vagaroso, a trez tempos, as misuras elegantes, que eram uma formula aristocratica dos salões,

Feita a geral cortezia

Pé atraz, segundo a moda,

diz Nicolau Tolentino, tornavam o *minuete* uma dança encantadora, brilhante de fidalga compostura de maneiras.

O pittoresco dos trajes, nas damas os decotes, os vestidos curtos e de pouca roda, os cabellos altos e empoados, quasi sempre ornados de perolas, como se vê ainda nos retratos das rainhas portuguezas d'esse seculo; nos homens as longas çabelleiras pendentes, as casacas compridas, os largos peitilhos encanudados, as alvas meias justas á perna, os sapatos com grandes fivelas doiradas á la Chartre, realçavam o conjuncto gracioso d'esses grupos de damas e cavalleiros, que des-

creviam lentamente as evoluções do minuete, segurando os cavalheiros, com o braço erguido, nas pontas dos dedos, a mão da dama.

As misuras, que eram o grande *tic* do minuete, e que hoje parece quererem resuscitar, teem uma origem, que o *Archivo popular* assignala:

«Esta cortezia das senhoras procedeu do costume, que havia na côrte de nossos reis, onde, e deante dos quaes, quando havia serão, ou sarau, dançavam os reis, rainhas, e damas com os fidalgos; e para isso eram as damas e donzellas do paço ensinadas por mestres a dançar; e porque a certos passos medidos faziam pausa, abaixando-se direitas e com o rosto direito com acatamento ás pessoas reaes, quando chegavam a ellas, chamavam a essas pausas medidas, mensuras, e depois mesuras ou misuras, porque com passos certos e medidos da dança se faziam: pouco a pouco se foram essas pausas, ou mensuras airosas, que se faziam aos reis por cortezia, estendendo a outras pessoas em mostra de reverencia e civilidade; a qual se faz a pessoa superior abaixando um pouco a cabeça, e a egual com o corpo e rosto direitos».

Saber fazer a misura era o mesmo que passar o Rubicon no minuete.

Marcel, um mestre de dança que ficou celebre na historia dos salões francezes, dizia de uma vez a certa duqueza:

— *Madame, vous venez de faire la révérence comme une servante!*

A opera italiana foi introduzida por D. João V em Portugal no theatro provisório da cõrte. E foi ella que suggeriu o gosto pela opera portugueza, que de 1733 a 1741 se representou nos theatros publicos do Bairro Alto e Mouraria,¹ notavelmente alimentada pelas producções do desgraçado Antonio José da Silva, o *Judeu*.

Por uma carta de Brochado sabemos que em 1709 houvera, no palacio real, representação de comedia. Mas, nas festas da cõrte, a opera substituiu a comedia, graças aos cantores que tinham vindo de Italia para o serviço da Patriarchal. Em 1712 executou-se no Paço da Ribeira a *Fabula de Alfeo y Aretusa*, um arremedo de opera baseado ainda nos moldes dos vilhancicos; em 1713, por occasião dos annos do rei, cantou-se *El poder de la harmonia, fiesta de zarzuela* e d'ahi por diante as cantatas, as serenatas, os dramas lyricos não deixaram de abrilhantar os serões da cõrte.

Como era natural que acontecesse, o exemplo do Paço estimulou a imitação d'este genero de espectaculos, que irradiou logo para os conventos, onde nenhum attractivo mundano faltava. Em 1716 houve serão de zarzuela no convento de Santa Clara, e em outros con-

¹ Aragão Morato, *Memoria sobre o theatro portuguez*, (*Memorias da Academia*, tom. v, pag. 75).

ventos de religiosas representavam-se comédias entre-meçadas de musica.¹

Deviam ser estonteadores os serões do Paço da Ribeira no reinado de um rei tão galante como D. João V.

Elle mesmo, apesar de muito habituado aos influxos epicuristas da magnificencia, sentia-se vibrante de voluptuosidade quando se lembrava de que era o sol de todo o systema planetario da côrte.

As mulheres não ousavam resistir-lhe, senão excepcionalissimamente. Conheço apenas um caso.

«Costumava o dito senhor (D. João V) agarrar no Paço as damas, e açafatas de noite, e, ou por acaso, ou de caso pensado, apagando a tocha ao moço da camara, que acompanhava a condessa de Villa Nova, agarrou na condessa, moça forte, guapa, e desembaraçada, que se recolhia de casa de sua prima, a camareira-mór, D. Anna de Lorena,² a qual lhe deu um bofetão grande, exclamando alto: «Que é isto! Á condessa de Villa Nova ninguem se atreve! Pouca vergonha! Etc.».³

¹Theophilo Braga. *Historia do theatro portuguez no seculo XVIII*, pag. 330 e seg.

²As camareiras móres eram duas: D. Maria de Lencastre, marquesa de Unhão, e D. Anna de Lorena. Ambas acompanharam a rainha, em 1729, na entrevista do Caya. Esta D. Anna de Lorena foi dama muito illustrada e pintora eximia, especialmente como retratista. (*Theatro heroico*, 2.º tomo, pag. 494).

³Manuscripto da Bibliotheca Nacional.

Esta resistente dama era a condessa de Villa Nova de Portimão, D. Maria Sophia de Lencastre, que casou em 1711 com o quinto conde do titulo. Diz o manuscripto que era forte e desembaraçada, além de guapa. Devia ser, porque deu cinco filhas ao marido e um bofetão ao rei.

A terceira condessa, D. Marianna de Lencastre, foi menos dura para com reis e poetas : D. João IV e Francisco Manuel de Mello, se vivessem ainda hoje, seriam d'esta opinião.

A mulher foi, no seculo XVIII, o foco ardente das côrtes. Bastará citar a de França e a de Portugal. Quanto á da Russia, que devia ser mais fria, abrazou-se na pessoa de Catharina II.

E não devemos impôr apenas responsabilidades a D. João V pelo que toca a Portugal. Fidalgos, frades, poetas, velhos, moços ardiam em incendios de volupia. O rei, conscio de sua elevada posição, não lhes queria ficar atraz. Não foi outra cousa.

O segundo marquez das Minas andou acompanhado, durante a campanha da Catalunha, por uma formosa amasona, vestida de homem, que morreu em Almanza, ao seu lado, no anno de 1707.¹

Um filho d'este marquez, o conde do Prado, tinha-se

¹ *Historia de Portugal*, traduzida do inglez por Moraes e Silva, vol. IV. *A côrte de D. João V*, romance de Pinheiro Chagas, pag. 45.

assignalado tristemente em 1694, com seu primo o conde da Atalaia, no homicidio do corregedor do Bairro Alto, que lhes embargára a passagem á porta da egreja de S. Roque por onde a familia real devia entrar. Os dois condes voltaram ao reino em 1704. O da Atalaia morreu louco em Vienna em 1722.¹ O do Prado, quando já usava o titulo de marquez das Minas, foi assassinado n'aquelle mesmo anno de 1722 (singular coincidência!) á portaria da congregação do Oratorio, pelo capitão de infantaria D. Juan de la Cueva e Mendoça.

Tambem teve uma dilectissima amante, D. Thereza Travassos, não obstante ser casado com uma gentil franceza, Magdalena de Neufville, filha do marechal Villeroy.²

O quinto conde de Tarouca, D. Estevam de Menezes, amou uma mulher de baixa estofa, por alcunha a *Pelles*, que casou com um criado sen, de appellido Rocha. A *Pelles* fugiu ao conde e ao marido, para a companhia do padre Domingos de Araujo Soares, que tinha sido capellão do conde, e que nunca disse missa, unica virtude que praticou, segundo o espirituoso commentario do cavalheiro d'Oliveira.³

¹Na mocidade, tivera uma manceba, que um frade franciscano lhe roubou. Conta o cavalheiro de Oliveira no *Amusement périodique*.

²*Noites de insommia*, vol. 4, pag. 47. A *Corja*, pag. 57.

³C. Castello Branco. *O Judeu*, Porto, 1866. Segundo volume, pag. 22, nota.

O conego D. Lazaro Leitão Aranha, que estava em Roma, na qualidade de agente dos negocios de Portugal, quiz attrahir a sua casa uma manceba do cardeal secretario. A moça, induzida pelo cardeal, pediu-lhe quarenta mil cruzados. Leitão achou caro: recusou-os. D. João V, sabendo isto, mandou recolher o conego por lhe castigar a sovinaria em negocio de tanta monta para Portugal. ¹

Sem embargo das tentações carnaes que padeceu em Roma, D. Lazaro Leitão fundou em Lisboa o piedoso recolhimento que conserva o seu nome.

D. Luiz da Cunha, chamado o deão dos embaixadores, vivia em Londres com uma celebre madame Salvador, judia da Hollanda, que abria toda a correspondencia politica recebida de Portugal. Os inglezes souberam do caso, e reclamaram. Foi ordem para que o embaixador abandonasse a *má-dama*, como diz graciosamente o bispo do Grão-Pará. Ella, que já não era nova, achou ainda quem a quizesse, e passou-se á Hollanda em companhia de D. José de Noronha, irmão do conde de Valladares.

Conta o cavalheiro de Oliveira que vira o senil embaixador, baboso de paixão, ceiar com a Salvador, brindando-se um ao outro com citações de fogosos versos francezes. A impudencia da judia chegára a ponto de

¹Manuscripto da Bibliotheca Nacional.

exibir publicamente o habito de Christo, que D. Luiz da Cunha não menos impudentemente lhe lançára ao pescoço.

O velhinho amoroso apenas sobreviveu trez mezes á ausencia da *cavalleira da ordem real de Portugal*, como ella emphaticamente se intitulava.

Um frade de Mafra fugira do convento, e desaparecera com uma freira, o que era vulgar. Pinto Brandão allude a este facto nas *Verdades mentidas* :

Vés aquelle religioso
 todo uma virtude summa,
 todo em burel abraçado?
 Pois queira Deus que não fuja. ¹

O terceiro conde de S. Vicente, João Alberto da Cunha de Tavora, casou com sua sobrinha D. Bernarda de Tavora, e morreu em 1706. Tinha tido amores com uma Francisca Maria, que morreu recolhida em Odivellas. D'esses amores nasceu Antonio da Fonseca, a quem a mãe, ao morrer, revelou o segredo do seu nascimento. Antonio da Fonseca foi padre. ²

O segundo conde de Valladares, D. Carlos de Noro-

¹ *Collecção de versos antigos*, ms. da Academia Real das Sciencias. Á margem d'esta quadra lê-se a seguinte rubrica, posta por letra differente: *Tinha fugido um de Mafra com uma freira.*

² Manuscripto da Bibliotheca de Evora, codice $\frac{CX}{2-15}$ n.º 37.

nha, gentil-homem da camara de D. João V, enviuvou em 1730. Ia já adeantado em annos, quando se enamorou de uma criada da sua casa. Uma filha do conde, que suppômos ser D. Guiomar de Lencastre, aggravaou-se com o escandalo. A criada foi para o convento de Santa Clara, e o conde vestia-se *de manto e toucas* para ir fallar á manceba.¹

A côrte de D. João V tambem teve os seus poetas, á semelhança de todas as côrtes galantes. Sem embargo, o rei nunca ousou fazer versos como Francisco I e Luiz XIV. Livros não faltavam na côrte, porque só em 1731 mandára D. João V comprar em França, Alemanha e Inglaterra vinte mil volumes, que, salvos do terremoto, estão hoje na bibliotheca da Ajuda. Era um luxo. Lia-se pouco, e mau. Um livreiro de Madrid, que veio a Lisboa para negociar, queixava-se de que apenas tinham consummo umas fancarias de cordel, o *Testamento de Manuel de Passos* e o *Testamento que fez Maria Quaresma a Bexiga*.² Alguns academicos, como Antonio Caetano de Sousa, escreviam historia volumosa. Era para a posteridade a ler. O rei ou lia a *Martinhada* ou folheava praticamente o vasto livro dos prazeres. E os poetas palacianos rezavam pela mesma cartilha, como

¹ *Memorias de Fr. João de S. Joseph Queiroz, bispo do Grão-Pará.* Porto, 1868.

² *Papeis varios*, da Academia Real das Sciencias, vol. 66, n.º 12.

vamos vêr, para agradecer ao rei, que os usava como aphrodisiacos, diz Camillo.¹

Thomaz Pinto Brandão é uma das mais características individualidades litterarias da côrte de D. João V. Elle e o *Camões do Rocío*, Caetano José da Silva Souto Maior, foram os dois poetas d'essa epocha que se gosaram de maior popularidade.

Brandão correu longas e pittorescas aventuras, impellido pelo seu genio irrequieto e caprichoso. Aos dezete annos, deixou o Porto, sua patria, e veiu para Lisboa com minguido peculio de lettras e dinheiro. Seus paes eram gente limpa mas pobre. Uma vez na capital, Brandão sentiu-se desamparado das risonhas esperanças que o haviam arrastado a abandonar a casa paterna.

Aqui travou relações com outro desilludido, o fegoso poeta brasileiro Gregorio de Mattos, que tinha vindo formar-se em direito na Universidade, e que por algum tempo fôra bem visto na côrte de Pedro II. Mas decahindo Mattos da graça do principe, voltou á patria, e suggeriu ao Brandão a idéa de ir procurar melhor fortuna no Brazil.

A identidade de veia sarcastica, uma mysteriosa attracção que facilmente se explica hoje pela homogenei-

¹ *Cancioneiro alegre*, pag. 128.

dade de destinos, associaram aquelles dois homens, que tanto riram e tanto soffreram.

Vejamos que lances da sorte estavam reservados a Thomaz Pinto Brandão.

«Por algumas travessuras proprias da sua idade, foi preso na Bahia, diz o dr. Garcia Peres, e depois sentenciado a desterro em Angola, pena que lhe commutaram em desterro para o Rio de Janeiro, mas em vez de emendar-se, novas travessuras e uma satyra picante que compoz contra o governador, fizeram com que fosse preso novamente, e apezar de supplicas e rogos, enviado a Angola, e d'aqui a Benguella». ¹

Os motivos que fizeram com que Brandão fosse preso na Bahia, não os conheço, mas ha fundamento para crer que não seriam amorosos, pois que o proprio poeta, referindo-se aos tempos que passára n'aquella cidade brazileira, como logo veremos, exalta a tolerancia do governador para com as suas aventuras galantes.

Talvez a causa do desterro para o Rio de Janeiro deva procurar-se no genio volteiro de Brandão.

Agora, as razões, por que novamente o prenderam e desterraram do Rio de Janeiro para Angola, constam das obras do poeta.

¹ *Catálogo razonado biográfico y bibliográfico de los autores portugueses que escribieron en castellano*, por D. Domingo Garcia Peres. Madrid, 1890, pag. 65.

Diz elle que o governador o mandára encarcerar por
comprazer com um seu valido, e dá a perceber qual o
motivo da queixa, que adjectiva de falsa.

Preso entre quatro caboclos
me tem sua senhoria,
por uma *falsa verdade*,
que de *uma mentira* tira.

Mas se de véras me apertam
por uma galanteria ;
que fizeram, *se aqui fôra* .
o que na Bahia ia ?

Adonde o governador
outra mais brava Thalia
consentia que corresse ;
pois quando corria, ria.

Se me acenavam com dados
ia logo o jogo arriba ;
e todo o anno ganhava,
porque não perdia nada.

Gaba-se da boa fortuna que na Bahia lhe favoneava
as aventuras: a metaphora do jogo, em que todo o anno
ganhava, é transparente. E pica o governador do Rio
confrontando-o com o tolerante collega da Bahia:

Além do *tonto asnaval*,
 diz que também me malquista
 um *cabelleira forçado*,
 talvez porque tinha tinha.

É o valido do governador, que déra a queixa.

Se eu me vira agora solto,
 talvez que pouco sentira,
 de que elle a Belisa amára,
 que eu amaria a Maria.

Deprehende-se d'esta quadra que Brandão concorria com o *cabelleira* aos favores de uma Izabel (de que Belisa é anagramma). O poeta, se soubesse o que lhe havia de acontecer, ter-se-ia limitado a requestar certa Maria, comquanto não fosse tão formosa como Izabel.

É uma linda muchacha,
 por certo, a minha Maricas;
 e se não é tão formosa,
 é mais que Belisa, lisa.

Certamente que estas trovas irritaram o *cabelleira*. Brandão sahiu da cadeia para o desterro em Angola, egualando ainda n'este lance a sina do seu amigo Gregorio de Mattos.

Ao partir, glosa a dureza do seu destino, sem com-
tudo romper contra o silencio que lhe era imposto :

Eu tenho a lingua embargada
aqui, que se a não tivera,
cousa boa não dissera,
fizera cousa fallada :
tudo digo n'este nada ;
nada faço em me explicar,
e assim quero-me calar,
porque, no presente anno,
só póde qualquer magano,
ter bocca para fallar.

Serei qual melão lettrado,
com bem extranho sentido,
que hei de ser mais entendido,
quando estiver mais calado :
mandem-me já degradado
por sentença, ou por conceito,
ao mar largo, ou ao estreito,
d'onde os campos de Zafir
com respeito me hão de ouvir,
e não fallar, por respeito.

Em Benguella, Brandão serviu como capitão de in-
fanteria, chegando a reunir alguns haveres e a possuir
escravos.

Ahi se enamorou de uma sobrinha da astuciosa e cruel rainha Anna Ginga. Chamava-se a preta Nana Ambundo.

A rainha Ginga teve um irmão, Gola-Bandi, e duas irmãs, Gambe e Fungue, que ambas foram baptisadas, tomando a primeira o nome de Barbara e a segunda o de Engracia.

Não sei ao certo se do irmão ou de alguma das irmãs, porque o não diz o *Panorama*,¹ onde vem publicada a vida da rainha Ginga, seria filha Nana Ambundo.

Facilmente conseguiu Brandão que lhe fosse levantado o desterro, e isto admira-me menos do que ter elle escapado do mesmo punhal vingador com que a rainha Ginga assassinou um sobrinho, filho de Gola-Bandi, pois que Brandão, ao sahir de Angola, deixou um filho nos braços de Nana.

É natural, porém, que Nana fosse filha de alguma das irmãs de Ginga, porque ella sempre as tratou com certa tolerancia pouco vulgar nos seus habitos sangui-narios.

Brandão voltou para o Rio de Janeiro e ahi desempenhou o lugar de escrivão dos defuntos e ausentes, que lhe rendia pouco, como allega no requerimento dirigido ao rei:

¹ Volume iv.

Diz Thomaz Pinto Brandão,
morador n'esta cidade,
a quem Vossa Magestade
fez dos mortos escrivão ;
que, por não haver christão,
que aqui morra por tal fé ;
pede lhe concedam, que
troque em outro de alegria
este officio de agonia,
e receberá mercê.

Tambem requereu o habito de Christo, por serviços
prestados nas colonias. Demoraram-lh'o, e elle quei-
xou-se:

e pois tudo habito é,
pede a Vossa Magestade,
lhe mande dar um de frade,
e receberá mercê.

Mas, ao cabo de delongas, foi-lhe concedido.

Casou no Rio e em 1703 repatriou-se á metropole
com a mulher e a sogra, depois de ter renunciado o
cargo de escrivão dos defuntos e ausentes.

Chegado a Lisboa, ia gastando o que trouxera e re-
querendo nova collocação:

Entre o Estado e as Mercês
ha seis annos, contumaz,

cruel um vai-vem me traz
 arrastado, em que me pez :
 já por uma, e outra vez,
 comi d'isso, e tive nome ;
 mas tropecei como home,
 e fiquei tão atrazado,
 que tendo Mercês, e Estado,
 estou morrendo de fome.

.....

Eram defuntos e ausentes
 os de quem fui escrivão ;
 (que lá bons officios são,
 sendo de corpos presentes)
 paguei moedas correntes
 antes que o renunciasse, etc.

A sogra, censurando-lhe os desperdícios, descompunha-o, e aconselhava a filha a desquitar-se. Brandão, por desforra, zurzia a sogra em verso; e acabou por pedir á rainha que lh'a recolhesse nas Convertidas :

Diz Thomaz Pinto Brandão,
 bem conhecido na praça,
 que é tal a sua desgraça,
 que tem por sogra um dragão ;
 e porquanto esta objecção
 hoje todo o seu mal é,
 pede, que hoje se lhe dê
 (por vér se saúde logra)

remedio a este mal de sogra,
e receberá mercê.

Por mais de uma vez alludiu Brandão ao genio violento da sogra, que foi, junto do genro, uma segunda Cassandra. Quando o via dispender quanto tinha, prophetizou, sem que elle a acreditasse, a miseria, que aliás não tardou.

Póde dizer-se que Brandão passou com a sogra tormentos semelhantes aos que Gregorio de Mattos passára com a mulher.

Até no inferno domestico os emparelhou a sorte.

Thomaz Pinto Brandão ficou reduzido a viver do que pedia versejando. Na côrte, achavam-lhe graça. D. João V respondia aos memoriaes de Brandão mandando-lhe dinheiro. O soberano, que chamava trique-traques aos sermões de Vieira, quando o desembargador Bacalhau lh'os gabava, desenfadava-se lendo o Brandão. Isto não abona grandemente o preconisado gosto litterario de D. João V. O principe real D. José já aos seis annos de idade queria ler os versos de Brandão, e o poeta choramigava-se explorando a predilecção do real menino:

Lá tambem pelo ultramar,
de honra, e proveito me enchi ;
mas, por meus peccados, dei
com tudo em vasa barris.

Um officio de defuntos
(se tal se póde servir)
alcançei para viver,
e de agonia o soffri.

Os fidalgos e os academicos, por imitar o rei, faziam presentes a Brandão, dando-lhe fato e dinheiro. O conde de Sabugosa, Vasco Fernandes Cesar, deu-lhe casa gratuita, junto ao seu palacio da Junqueira. Mas os invejosos ralavam-se de inveja por estas mercês, e o poeta castigou-os n'um soneto que corre impresso.

Thomaz Pinto Brandão, com ter sido um poeta mundano, morreu com signaes de predestinado, no dia 31 de outubro de 1743, aos setenta e nove annos de idade. Pediu que lhe queimassem todas as obras jocosas, que compozera para matar a fome e fazer rir. Assistiu-lhe até ao ultimo momento o escravo Damião, que elle deixou forro, no que lhe não fez grande favor, porque o escravo era nonagenario. Foi enterrado na parochia de Santos.¹ E assim acabou personificando a sua epocha: depois das mundanidades, a contricção; depois da prodigalidade, a miseria.

Caetano José da Silva Souto Maior, o *Camões do Ro-*

¹Na sepultura aberta para elle em Santos cahiu um religioso, que não dera tento da cova. Alguem compoz um soneto em memoria d'este caso. (*Mercurio historico de Lisboa*, n.º 45, de 9 de novem-

cio, foi outro poeta do tempo, que gosou as boas graças da côrte, especialmente do rei.

Nasceu em Olivença, de 1694 a 1696. Bacharelou-se em direito, e foi despachado juiz dos orphãos em Lisboa. Era dotado de jovialissimo genio, e as suas composições poeticas ganharam celebridade, tanto as jocosas como as graves. O segundo despacho que obteve nomeou-o juiz do crime do bairro da Mouraria, cargo em que foi reconduzido durante quatro triennios. Directamente pediu ao rei que o mudasse de situação, e D. João V despachou-o corregedor do bairro do Rocio em

bro de 1743. Ms. da Bibliotheca Nacional). Varios poetas glosaram a morte de Brandão em decimas satyricas. Exemplo :

Aqui vae com pouco abalo
 Um poeta dos mais distincto :
 Já sabem, é Thomaz Pinto,
 Que a morte lhe fez um gallo.
 Eu de pasmo já não fallo
 (Entre os funebres espantos)
 Mas digo o que dizem tantos,
 Que fica o mundo admirado
 De que um poeta endiabrado
 Fosse com *todos os santos*.

Allude ao facto de ter sido enterrado em dia de Todos os Santos.

Folheto de Lisboa, de 30 de novembro de 1743. Na collecção *Varios folhetos de Lisboa*, Bibliotheca Nacional, $\frac{B}{9}$.

1737. Ora, Souto Maior falleceu dois annos depois, mas esses vinte e quatro mezes foram bastantes a dar-lhe fama como corregedor pelos actos de auctoritarismo que praticava picarescamente.

Conta-se que andando de ronda uma noite vira correr pela rua larga de S. Roque acima um homem, que parecia muito afflicto.

Deteve-o, e perguntou-lhe ao que ia.

— Chamar um confessor para sua mulher, que estava em perigo de vida.

O corregedor, certamente para certificar-se da verdade, acompanhou-o, e foi bater á porta dos jesuitas de S. Roque. Dando-se a conhecer ao porteiro, requisitou um confessor. Voltou o porteiro com a resposta: «Que depois das ave-marias os padres da Companhia não sahiam de casa fosse para o que fosse».

Souto Maior indignou-se, sem comtudo obter melhor resposta. Resignou-se a ir buscar um padre a S. Pedro de Alcantara, e logo lhe foi mandado. Mas a conta com os jesuitas, a que não era affeioado, ficou em aberto.

Outra noite, tambem andando de ronda na mesma rua, viu desembocar da travessa do Poço dois padres da Companhia, acompanhados de um criado, que os guiava com um archote.

O corregedor fel-os cercar pela sua gente, e perguntou-lhes quem eram.

— Padres da Companhia, responderam.

Souto Maior casquinou uma gargalhada.

— Que não podia ser, porque os padres da Companhia não costumavam andar por fóra depois das ave-marias. Que assim lh'o dissera o padre porteiro, quando, havia dias, ali fôra pedir um confessor. Que, não sendo jesuitas, eram decerto ladrões.

Os padres protestaram em vão. O corregedor mandou-os presos para o Tronco da cidade, que ficava no sitio onde depois se levantou o theatro da rua dos Condes.¹

Logo ao romper da manhã, o geral de S. Roque foi a casa do corregedor para abonar a identidade dos presos. Já o esperava Souto Maior, e por isso havia preparado uma scena verdadeiramente carnavalesca. Quando o geral começou a fallar, entraram na sala muitas creanças, montadas em cannas e bengalas, fazendo algazarra. De modo que não podendo fazer-se ouvir, o prelado dos jesuitas sahiu despeitado, e foi direito ao Paço.

D. João V mandou chamar o corregedor e, ao recebê-lo, mal podia conter o riso. O *Camões do Rocío* contou o caso do confessor e a resposta do porteiro. Não escondeu os intuitos da vingança, a que o rei continuava a achar graça. Mas D. João V ordenou-lhe que soltasse os padres.

¹ Ainda subsiste o *Pateo do Tronco*, primeiro á direita na rua dos Condes, indo da rua de Santo Antão. Não tem sahida.

O corregedor foi ao Tronco e mandou sahir os jesuitas, mas elles, que não queriam expôr-se ao vexame publico de serem vistos, responderam que esperariam pela noite. Souto Maior, para completar a sua vingança, respondeu-lhes que as ordens d'el-rei não soffriam de longas.

De modo que os padres, muito vexados, tiveram de affrontar os olhares curiosos da multidão que se reunira, talvez por aviso do proprio corregedor.

A auctoridade do *Camões do Rocío*, baseada principalmente no favor do rei, ousava defrontar-se não só com os padres da Companhia, que eram poderosissimos, mas com os magnates da côrte, e até com o proprio rei.

A sua musa faceta epigrammatisava os maiores dignitarios do Paço. Ao monteiro-mór, Fernando Telles da Silva, que era rigoroso na captura dos recrutas, desfechou elle este soneto mordentissimo:

Coronel Satanaz, Fernão zarolho,
 Cruel harpia das que o abysmo encerra,
 Na empresa de affligires esta terra
 De que serve o bastão, se tens esse olho ?

Vae-te deitar na granja de remolho
 Onde o villão, porque o escorchas, berra;
 Pois não é para o illustre ardor da guerra
 Abobra com feitio de repolho.

Se soubeste juntar com força rara,
Sendo em ti o prender genealogia,
De gallinha o louvor, de mono a cara,

Anda, prende, e ateima na porfia,
Pois em Aldegavinha tens a vara,
E na Asia, em Cananor, a feitoria.

A *Martinhada*, poema fescenino de que correm impressos dois cantos, diz-se que a compozera o *Camões do Rocío* para se vingar do padre Martinho de Barros, confessor de D. João V; e que indo o confessor queixar-se ao rei, e ler-lhe o poema, D. João V desatára a rir.

Com o proprio rei gracejára algumas vezes o *Camões do Rocío*.

De uma vez mandára-lhe o monarcha prender certo individuo, de que o corregedor era amigo. Para aparentemente cumprir a ordem, cercou-lhe a casa, mas o perseguido fugira para o telhado. Souto Maior foi ao Paço e perguntou a el-rei se sua magestade governava de telhas abaixo ou tambem de telhas acima. O rei, que não visou ao fim de tão extranha pergunta, e que achava sempre graça ás excentricidades do *Camões do Rocío*, respondeu-lhe que de telhas acima governava Deus. «Beijo as mãos a vossa magestade, respondeu o corregedor; á vista d'essa real declaração, já sei como hei de portar-me».

E foi d'ali a correr mandar retirar os beleguins que continuavam cercando a casa.

O rei extranhou o caso, mas Souto Maior defendeu-se dizendo:

— Vossa magestade disse-me que de telhas acima governava Deus, e o homem tinha fugido para o telhado.

D. João V riu mais uma vez com o seu corregedor, e tudo ficou em bem.

Conta-se uma outra anecdota, que eu não reproduzo por ser obscena, e em que figuram o rei, a madre Paula, de Odivellas, e o *Camões do Rocío*.¹ O chiste da anecdota está n'uma resposta desbragadissima que o corregedor, na presença do rei, teria dado á freira. Affigura-se-me inverosimil que Souto Maior se abalançasse a tamanha ousadia, insultando soror Paula, que lhe não perdoaria decerto, e que teria força para levar o rei a castigar, mesmo contra vontade, o desbocado corregedor.

Comprehende-se facilmente a razão que conquistou ao poeta as boas graças do rei. Souto Maior era jovial, facecioso, algo desenvolto. D. João V morria por esse genero. De mais a mais, apesar da sua gordura ro-

¹O leitor, que não puder conter a sua curiosidade, encontra a anecdota no livro do sr. M. Bernardes Branco, *As minhas queridas freirinhas de Odivellas*, pag. 401.

tunda e dos seus olhos, o *Camões do Rocío* cultivava as mulheres, lisongeando-as com versos, e defendendo-lhes a honra com a espada, se era preciso.

Poeta mordaz, tinha comtudo no amor delicados toques de lyrismo, como revelam alguns dos seus sonetos apaixonados. Transcreverei um, composto depois de certa dama, que se malquistára com elle, lhe ter devolvido cartas e versos, que Souto Maior lançou ao fogo:

Morrei, doces despojos, que algum dia
Fostes de Chlori persuasão gloriosa,
Que a chamma, ainda que triste, venturosa,
Vae conservar no fogo a idolatria.

Para desprezo ser de Chlori impía
Basta arder n'essa luz pouco formosa,
Porque da chamma, que é menos preciosa,
Não fica sendo a cinza menos fria.

Não fostes cridos, viestes despresados,
E das iras de Chlori como objectos,
Sereis sempre uma injuria aos meus cuidados.

Eu só posso mostrar n'estes affectos,
Fazendo-vos agora desgraçados,
Que sois constantes, e que sois discretos.

A antonomasia de *Camões do Rocío*, por que Souto

Maior foi conhecido, proveiu da circumstancia de morar no Rocio em umas casas que ficavam do lado do convento do Carmo. A alcunha parece ser anterior ao exercicio do cargo de corregedor do bairro d'aquelle nome.

Tem razão Costa e Silva quando diz que a alcunha *Camões* prova menos o merecimento dos versos de Souto Maior que a falta de gosto, que reinava nos seus contemporaneos. ¹

Que idéa se fazia do alto valor litterario de Camões no reinado de D. João V!

Havia dois espectaculos predilectos da côrte e do povo: eram os autos de fé e as touradas.

Bellas tardes de touros as de el-rei D. João V! Elle não as perdia. Gosava immenso no meio d'esse charivari em que os homens assobiavam o *neto* e as regateiras o praguejavam, em que ferviam na praça, sobre os *baetas*, as cascas de melancia, em que as damas tomavam sorvetes, os rapazes vendiam doces, e alguns esturdios dos camarotes faziam abluções bastantemente ammoniacaes sobre os homens de cabelleira que estavam no amphitheatro. ² Divertiam-se á maneira de Francisco I, que fez a mesma coisa ao almirante Bonnavet

¹ *Ensaio biographico critico*, tom. x, pag. 244 e seg.

² *Arte de tourear, Papeis varios* da Academia real das Sciencias, vol. 66.

em casa da condessa de Châteaubriant. Vae na fé de Brantôme.

D. João V, seguindo mais uma vez o exemplo de Luiz XIV, instituiu em Roma uma escola de pintura, de que Francisco Vieira Lusitano, Ignacio de Oliveira e André Gonçalves fôram os mais illustres discipulos.

Vieira Lusitano, fallecido em 1783, foi «grande na allegoria, diz Garrett, desenhou bem, coloriu divinamente, e teve muita expressão».

Era um pintor fadado para a côrte de D. João V, especie de côrte pagã da renascença, onde a allegoria triumphou como nos emblemas mythologicos da arte greco-romana, e o colorido era sensual e palpitante como nas carnes vibrantes das nymphas da Fabula.

Ignacio de Oliveira, que trabalhou muito em Mafra e morreu em 1781, foi tambem um colorista de primeira ordem, que encheu a sua paleta com as tintas vivazes e fulgidas que caracterizam ainda hoje a polychromia dos ornatos e dos paineis mais apreciados na côrte do Salomão portuguez.

O proprio André Gonçalves, que não foi um pintor original, brilhou pelo desenho e pelo colorido, caminhando na esteira dos outros.

Se as côres podem dar uma impressão historica, como dão muita vez uma noção psychologica, o reinado de D. João V deverá definir-se pela combinação irradiante do oiro e do escarlata, da luz e do fogo, que chammejam

nos moveis, nas telas, nos trajes,¹ nas alfaias e até nos coches d'essa epocha.

Os coches de D. João V são os mais notaveis, pela riqueza e primor artistico, que se guardam no deposito da casa real na calçada da Ajuda.

Por occasião do casamento do rei, os coches que se fizeram attingiram uma sumptuosidade nunca vista em Portugal.

Ainda hoje se conservam trez carroças, postoque deterioradas, ricamente forradas de velludo carmesim e tisso de oiro e prata, ornadas, em talha doirada, com figuras allegoricas de excellente esculptura.

A rainha, segundo a tradição, tambem trouxera um bello coche, que lhe foi offerecido por seu irmão o imperador José II.

O embaixador que a fôra buscar, conde de Villar Maior, tinha exhibido em Vienna um coche, que lá fizera sensação.

No exterior relevava a preciosa obra de talha, característica da epocha. Dez pomos doirados coroavam o coche, e de todas as faces resaltavam as armas do embaixador, dois leões em campo vermelho, e os outros dois quarteis em branco. No interior, era forrado de tecido

¹ D. João V, quando em junho de 1711 visitou a capella do Senhor do Bomfim em Setubal, ia todo vestido de encarnado e scintillante de diamantes.

de oiro matisado de flôres de seda. A sanefa, bordada a oiro. O tecto e espaldar cobertos de velludo carmesim, mas com tão altos bordados de oiro, que apenas se distinguia o fundo.

Em 1715 foi por embaixador a Pariz o conde da Ribeira Grande, e em 1716 por embaixador a Roma André de Mello e Castro: ambos elles fizeram a sua entrada em coches verdadeiramente deslumbrantes.

O papa Clemente XI retribuiu a amabilidade de D. João V com valiosos presentes, um dos quaes foi um coche de talha doirada, forrado de velludo carmesim e oiro. Restaurado em 1845, serviu no baptisado da infanta D. Antonia.

Foi, porém, por occasião do casamento do principe real D. José com a infanta de Hespanha D. Marianna Victoria, e do principe das Asturias com a infanta de Portugal D. Maria Barbara, foi por occasião d'essa memoranda entrevista que se realisou sobre o rio Caya, que D. João V caprichou em imitar ou exceder o esplendor da côrte de Luiz XIV na presença de Philippe V, neto do grande rei francez.

Mandou fazer em Lisboa um coche, de grandiosa obra de talha, com notaveis paineis na caixa, forrado de brocado de seda verde recamada de oiro. O preservão, como quem diz o estrado interior, marchetado de tartaruga e metal.

A corôa real, encimando, n'um deslumbramento de

oiro, o tejadilho, denuncia que esse coche o destinou D. João V para conduzir a sua propria pessoa á entrevista do Caya.

É n'este coche olympico que as rainhas noivas teem sido conduzidas ao templo por occasião dos seus desposorios.

Outro coche, se bem que mais pequeno, tambem muito notavel, ainda hoje guardado no deposito da calçada da Ajuda, mandou-o fazer o infante D. Francisco para a mesma entrevista.

A infanta D. Marianna Victoria de Bourbon trouxera, por presente de seu pae, um coche de primorosa obra de talha, egualmente guardado no deposito da calçada da Ajuda.

Mas todo o trem real compunha-se, n'esse acto solemne, de quarenta e nove côches e berlindas (devendo mencionar-se entre os coches quatro ricas *estufas* mandadas fazer em Pariz), cento e quarenta e uma seges, duas caleças e varias liteiras.

Trezentos e cincoenta urcos eram destinados aos coches, quatrocentos e sessenta e oito cavallos e mulas ás seges e criados de cavallariça; seiscentos e setenta e trez cavallos de estado, levantinamente arriados com telizes de velludo bordado a oiro, seguidos de trezentos e dezeseis muares que puxavam liteiras, galeras e carros, completavam o prestito.

Resta fallar dos coches particulares, que conduziam

muitos fidalgos, e dois esquadrões de cavallaria, que faziam a guarda de honra.

Luiz XIV devia estremecer de inveja no tumulo, se aos mortos pôde chegar o ecco das grandezas vans do mundo.

Os coches de D. João V rivalisavam com os melhores do *Roi soleil*, esses coches famosos que tão vivamente o contrariavam quando só appareciam á hora marcada. *J'ai failli attendre!* exclamára altivamente uma vez Luiz XIV, esperando-os.

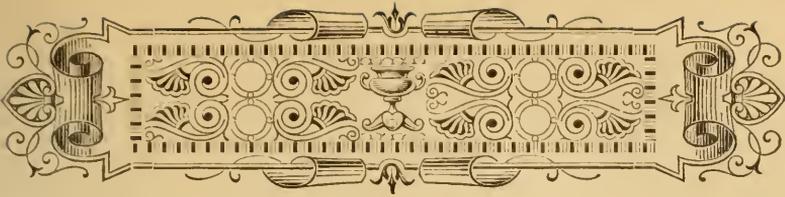
Ainda hoje, quando os coches de D. João V se estadeam em alguma das grandes solemnidades officiaes, como que desdobram a nossos olhos todo o esplendor d'essa côrte que o ouro e os diamantes do Brazil egualaram ás riquezas phantasticas do Oriente, aos deslumbramentos d'esses palacios encantados de que as *Mil e uma noites* nos fallam.

Como que divisamos ainda recostado ao fundo do seu coche olympico el-rei D. João V, trajando véstia e calções de seda, camisote de fina cambray afogado no peçoço em rendas de fabuloso valor, sobre as quaes a fita escarlata do habito de Christo, cravejado de diamantes, punha uma nota viva e garrida, de um colorido mordente. Capa de seda preta lavrada, com forro de tela bordado em ramagens de cereja e oiro. Chapeu de plumas encarnadas e brancas, presa a aba por um broche de diamantes. Cabelleira de fartos anneis castanho-cla-

ros descendo em ondulações serpentinhas sobre os hombros esveltos.

E então todo esse reinado, que foi como que o ultimo crepusculo da grandeza de Portugal, revive a nossos olhos, n'um fausto oriental de Salomão e Sabá, que se esvae como o sol no occaso, mergulhando n'uma mortalha de oiro e luz, até que, acabando de passar os esplendidos coches reaes do seculo passado, desaparece com elles a visão feérica.





V

SOROR PAULA

DOM João V teve amores com uma franceza, cujo nome não pude descobrir. Seria porventura descendente de alguma das criadas que acompanharam a Portugal a rainha D. Maria Francisca de Nemours. Já D. Pedro II houvera um bastardo de outra franceza, viuva de um capitão que viera no séquito d'aquella rainha.

A franceza dera a D. João V um filho, que nasceu em 1714, e recebeu o nome de Antonio.

São muito incompletas as noticias que se referem à origem dos bastardos de D. João V, e é agora occasião opportuna de tratarmos esse ponto.

Camillo Castello Branco equivocou-se quando disse que a *Flór da murta* fôra a mãe dos infantes D. Gaspar e D. José.¹

O sr. Soriano, referindo-se aos trez bastardos do rei, diz que D. João V os reconheceu por decreto de 6 de agosto de 1742; que os houvera de *differentes mulheres*, e que todos elles foram educados no convento de Santa Cruz de Coimbra com frei Gaspar da Encarnação.²

Vilhena Barbosa apenas nomea os trez filhos «naturaes, mas reconhecidos d'el-rei».³

O sr. visconde de Castilho (Julio), na sua *Lisboa antiga*, faz uma ligeira referencia aos *meninos da Palhavã*.⁴

Pinheiro Chagas escreve que «entre os muitos filhos bastardos que D. João V deixou, houve trez que por motivos que não vale a pena investigar, elle reconheceu».⁵ Nada diz a respeito das mães.

Benevides vae um pouco além d'estes escriptores.

«Fôra do matrimonio — escreve elle — teve D. João V por filhos: Gaspar, que nasceu a 8 de outubro de 1716, foi arcebispo de Braga, e falleceu a 18 de janeiro de

¹ *Perfil do marquez de Pombal*, pag. 180.

² *Historia do reinado de el-rei D. José e da administração do marquez de Pombal*, tom. 1, pag. 452.

³ *Archivo Pittoresco*, vol. vi, pag. 82.

⁴ Tomo iv, pag. 223.

⁵ *Historia de Portugal*, 1.^a edição, vol. 7.^o, pag. 224.

1789; José, *filho da celebre Paula*, freira de Odivellas, que nasceu a 8 de setembro de 1720, foi grande-inquisidor, e falleceu a 31 de agosto de 1801; Antonio, *filho tambem de uma freira*, nasceu a 1 de outubro de 1714 e falleceu a 14 de agosto de 1800: estes ultimos eram vulgarmente conhecidos com o nome de Meninos de Pavalhã. Além d'estes é fama haver o monarcha freiratico tido outros filhos das suas muitas aventuras amorosas». ¹

Fiz investigações na Torre do Tombo, e o que encontrei de melhor, por favor do sr. Albano Alfredo d'Almeida Caldeira, ali empregado, foram os apontamentos genealogicos coordenados por seu fallecido pae, o sr. Bartholomeu Maria d'Almeida, que os extrahi de documentos que lhe passaram pela mão, emquanto tambem ali serviu largos annos, e que gosou de bons creditos como linhagista seguro.

Ahi se me deparou noticia de que o infante D. Antonio o houvera D. João V em uma franceza.

É provavel que esta franceza tambem estivesse recolhida em Odivellas, por quanto dois estrangeiros, dignos de credito, affirmam que os bastardos de el-rei sahiram de Odivellas.

Assim o assevera o auctor do livro *L'état présent du royaume de Portugal en l'année 1767*, que escrevia ape-

¹ *Rainhas de Portugal*, tom. II, pag. 153.

nas dezesete annos depois da morte de D. João V. e o duque de Chatelet na sua *Voyage en Portugal* (1801).

Quanto a outro bastardo, D. Gaspar, que foi arcebispo de Braga, corrigiu o sr. Bartholomeu d'Almeida o seu manuscripto por meio de uma emenda que diz—havido em D. Magdalena Maxima de Miranda, freira no convento de N. Visivelmente, o nome da freira fôra um achado que o illustre genealogista fizera depois de escripto o seu apontamento. Basta a tinta a indicar que a correcção foi muitos annos posterior á redacção do manuscripto.

A respeito do terceiro bastardo, D. José, que foi inquisidor geral, declara o apontamento ter sido sua mãe D. Paula, de Odivellas, o que concorda com a indicação dada pelo sr. Benevides.

Diz mais o apontamento que estes bastardos de D. João foram educados em Coimbra, no convento de Santa Cruz, por um dilecto amigo do rei, frei Gaspar da Encarnação, cujo perfil biographico esboçaremos no capitulo seguinte.

Posso, porém, accrescentar desde já que o infante D. Gaspar, que Braga recebeu com grandes festas quando o teve por arcebispo,¹ foi baptisado com o nome de Ma-

¹Na Bibliotheca da Ajuda existem (*Collecção Academica*) as poesias recitadas em honra do arcebispo D. Gaspar, no paço bracha-

nuel, mas que D. João V o fez chrismar dando-lhe o nome do seu mais estremecido amigo.

Accrescentarei tambem que se diz existir copia de uma carta descaroavel de D. Gaspar para a mãe. Ella escrevera-lhe para Braga tratando-o por filho e recomendando-lhe o seu capellão. D. Gaspar respondeu que seria attendido o padre, mas em *postscriptum* observava que os filhos das amantes dos reis não tinham mãe. D. Magdalena Maxima agradeceu as boas noticias relativas ao capellão, e, tambem em *postscriptum*, replicava que os filhos illegitimos só costumavam ser designados pelo nome da mãe. A idéa é esta, mas os termos foram cruamente realistas.

D'estas cartas possuia uma copia o fallecido escriptor Teixeira de Vasconcellos, segundo me informaram. Tambem me informaram de que existia outra copia na Bibliotheca de Evora. Não a encontrando mencionada no

rense, pela academia *dos Preclaros* em 7 de novembro de 1759, quando elle ali entrou.

Notarei a titulo de curiosidade que o craneo do arcebispo D. Gaspar está hoje em poder de um cavalheiro de Braga, o qual possui tambem o inventario, feito em 1789, de todos os bens d'aquelle prelado. O mesmo cavalheiro possui o celebre quadro *S. Sebastião*, que D. João V dera ao filho e que ha cento e tantos annos originou um renhido pleito entre os conegos, representantes dos bens da mitra archiepiscopal, e o herdeiro do arcebispo. Venceu o herdeiro. No inventario, o S. Sebastião foi avaliado em 480,000 réis.

catalogo impresso d'aquella Bibliotheca, consultei sobre o caso o sr. A. F. Barata, que me disse não a conhecer, comquanto o sr. Barata seja um indefesso investigador dos documentos ali archivados.

Uma tradição popular diz que D. Antonio e D. José, conhecidos pela designação de *Meninos da Palhavã*, os quaes estiveram desterrados no Bussaco, por ordem do marquez de Pombal, desde 1761 até 1777, eram mulatos.

D. José, se sahio á mãe, devia ser trigueiro; mas não tem fundamento a tradição quando os suppõe filhos de preta, e por isso mulatos.

Cumpre notar que nos ramos collateraes da casa de Bragança sempre foram vulgares os individuos morenos.

Não ha duvida que D. João V os considerou como filhos, e D. José como irmãos, pois que a 18 de janeiro de 1755, estando este rei em S. Vicente de Fóra, os recebeu com muito agrado, e os declarou infantes de Portugal.¹

Não podendo descobrir quem fosse a franceza mãe de D. Antonio, tratei de averiguar a familia a que pertencia D. Magdalena Maxima de Miranda, mãe de D. Gaspar.

Folheando genealogias inéditas na Bibliotheca Nacional, cheguei á suspeita de que aquella senhora era fi-

¹ *Gabinete Historico*, vol. XIII, pag. 5.

lha de Antonio de Miranda Henriques e de sua segunda mulher D. Maria de Bourbon. Um nobiliario nomea-a D. Magdalena Maxima *da Silva*; *Miranda* por seu pae. Diz que foi *freira em Odivellas*; que teve um irmão conego na Patriarchal *sem ordens*, favor que representava protecção do soberano, e que teve outro irmão que foi frade em S. Vicente.

Mais me confirmou na suspeita o facto de Sousa na *Historia Genealogica*¹ fallar do pae e não fallar da filha, fallar do conego sem dizer que não tinha ordens, o que parece revelar a intenção de occultar uma nodoa de familia.

D. João V teria principiado por frequentar Odivellas attrahido pela vida escandalosa que ali se vivia, convivio liberrimo de meninas com alcunhas mundanas, de frades, de fidalgos e de poetas frascarios. Um dos trovadores azevieiros, Antonio Sanches de Noronha, amante da freira D. Mauricia de Pina Rebello Freire, a quem D. João V chamava *Marcia bella*, chegou a ter a alcunha de *poeta de Odivellas*.²

Deviam ser faceis ao rei as conquistas n'aquella dissoluta casa. D. João V passaria da franceza, mãe de D. Antonio, para a filha de Miranda Henriques. Mas D. Magdalena Maxima conseguiria prender a attenção do

¹ Tomo X, pag. 863; tomo XII, parte I, pag. 48.

² *Caveira da martyr*, vol. I, pag. 44

rei por mais tempo, até que, fascinado por soror Paula Thereza da Silva, deixaria D. Magdalena, como por D. Magdalena teria deixado a franceza.

O que é certo é que, a ser verdadeira a minha hypothese, os amores com a filha de Antonio de Miranda Henriques não emergiram ruidosamente á publicidade durante um seculo, que vae decorrido, talvez por serem menos duradouros que os de soror Paula, comquanto tambem não fôsem infructiferos.

A paixão mais conhecida de D. João V, pelo tempo que durou e pelo escandalo que attingiu, foi a que soror Paula Thereza da Silva lhe inspirou.

Abundam as memorias d'esse esbagaxado galanteio, que contribuiu para perpetuar a tradição devassa de Odivellas. E digo *contribuiu*, porque já no tempo de D. Affonso VI, tio de D. João V, deram brado os amores ostensivamente desbragados do rei com duas freiras d'esse convento.

O successor de D. João IV não era homem *para casado*, como lhe disse um dia, cruamente, o marquez de Cascaes. Prova-o, á saciedade, o processo, que ahi corre impresso, do seu divorcio. Mas folgava na taberna, com grande escandalo publico, já que não podia beber n'ella, com effectivo proveito. Assim foi que Affonso VI apparentou erotismos de freiratico com D. Feliciano de Milão, cujos ditos de espirito e versos maliciosos são geralmente conhecidos. Affonso VI abandonou esta freira

para galantear outra, tambem de Odivellas, D. Anna de Moura, em honra da qual foi tourear no pateo do convento, no dia em que ella fazia annos. Por signal que lhe sabiu caro o toureio: o rei deu uma grande queda durante a lide.

D. João V, mais válido que seu tio Affonso VI, tornou effectivo, em proveito proprio, o escandalo. Não folgou apenas na taberna. Bebeu em Odivellas, esvasiando a taça do amor.

A madre Paula Thereza da Silva era natural de Lisboa. Nasceu a 17 de junho de 1701, e foi baptisada em Santa Justa. Era filha do ourives Adrião d'Almeida Paulo e de D. Josepha da Silva e Sousa.

Descendia, pela linha paterna, do allemão João Paulo Brit que, depois de ter militado na guarda estrangeira de Carlos V, estabeleceu residencia em Lisboa exercendo o officio de ourives. João Paulo casou com Leonor de Almeida, filha de um embarcadiço napolitano, Domingos Urselo, e de sua mulher Domingas Andrade Almeida.

D'este casamento nasceu Adrião de Almeida Paulo, o qual, desposando Josepha da Silva e Sousa, filha de Manuel Mendes, teve trez filhas, Maria Michaela da Luz, Paula Threza e Leocadia Felicia.

Só esta ultima casou: as outras duas foram freiras professoras.

«Quando D. Paula entrou em Odivellas—diz o sr.

Borges de Figueiredo¹—já ali tinha professado sua irmã D. Maria da Luz. Paula entrou muito nova ainda, ou foi para lá aos dezeseis annos. Obrigou-a a familia a enclausurar-se? foi induzida por estranhas influencias? foi levada ali pela paixão que soube inspirar a D. João V? Não se sabe. Mas pode-se, creio eu, repudiar a ultima hypothese, por não se vêr que conveniencia haveria para o rei em ir metter a sua amante no convento. O mais provavel é ter D. Paula entrado em Odivellas para fazer companhia a sua irmã. É licito suppôr até que Adrião d'Almeida não tinha grande fortuna, e que resolvêra fazer freiras as suas trez filhas; pois que tambem esteve no convento a mais nova d'ellas, D. Leocadia. É provavel que elle ficasse viuvo pouco depois de haver nascido esta ultima, e talvez fosse essa uma das razões de a confiar ás irmãs».

Adrião de Almeida deu a suas filhas o destino, que então era vulgar: mandou-as para o convento. E, segundo a minha conjectura, o rei conheceria D. Paula quando frequentava assiduamente Odivellas por amor de D. Magdalena de Miranda.

Leocadia, a irmã mais nova de Paula, depois de ter

¹ Sempre que citarmos o sr. Borges de Figueiredo, referimo-nos ao seu livro *O mosteiro de Odivellas*, (Lisboa, 1889), onde se encontra o mais completo estudo biographico que da madre Paula conhecemos.

estado em Odivellas, casou com José Falcão de Gamboa Cardoso, de quem houve uma filha, D. Maria de Lima Falcão e Mello de Gamboa.

Paula Thereza da Silva tomou a mantilha de noviça a 31 de janeiro de 1717, e a 22 de fevereiro do anno seguinte professou.

D. João V não foi o seu primeiro amor, segundo o testemunho de Camillo Castello Branco.¹ O rei tirou-a ao conde de Vimioso, e cedeu-lhe duas freiras á escolha, como compensação. Aquillo, em Odivellas, era roupa de francezes.

Borges de Figueiredo admitte como mais provavel a hypothese de que os amores de D. João V com D. Paula começassem entre 1718 e 1722, o que concorda com o nascimento de D. José em 1720; poucos annos, portanto, podia ter durado o galanteio do conde de Vimioso.

Um facto documentado induziu o sr. Borges de Figueiredo áquella hypothese: a prodigalidade de concessões que D. João V fez ao pae de madre Paula no anno de 1722.

Em 15 de setembro d'esse anno agraciou-o com o habito de Christo, realisando-se a investidura de cavalleiro professo no mosteiro de Nossa Senhora da Luz, e a 8 de outubro concedeu-lhe a tença de 12,5000 réis no almoxarifado da fruta de Lisboa.

¹ *A caveira da martyr*, vol. I, pag. 41.

D. João V estava então no apogeu do seu enthusiasmo por D. Paula, que lhe havia dado um filho. Bastariam as concessões para indicar que Adrião de Almeida pertencia á numerosa confraria dos paes accommodaticios. Mas ha mais, e melhor.

O ourives, que a esse tempo era viuvo e maior de cincoenta annos, dementou-se com a fita escarlata de Christo a ponto de ir habitar umas casas no sitio de Odivellas, para ser testemunha presencial das impudicas prerogativas da filha.¹

Seis annos depois, em 1728, ainda D. João V estava muito ligado á mãe de seu filho D. José. A 28 de abril concedia a soror Paula a tença de 210\$000 réis, e a 10 de maio fazia-lhe egual concessão; no fim d'esse anno, a 3 de novembro, doou-lhe 1:288\$000 réis, de tenças annualmente effectivas, isentas do pagamento de novos impostos, com sobrevivencia em Maria Michaela da Luz, em Leocadia Felicia, e ainda nos filhos d'esta.

Foi o deão da capella real de Villa Viçosa, padre Manuel Thomaz da Silva, quem ageitou ensejo ao rei de realisar esta liberalidade galante: renunciou ás tenças que usufruia para que D. João V as podesse doar novamente. Decerto não perdeu no negocio. É natural

¹ *Deabrura emforme, cujo descobrimento teve principio no mez de setembro de 1724*, ms. da Bibliotheca Nacional.

que o monarcha o tivesse indemnizado generosa e particularmente, ficando-lhe ainda muito agradecido.

O rendimento que soror Paula recebia do erario era pois de 1:708\$000 réis annuaes.

D. João V, nos primeiros tempos do seu amor pela freira, entrava no convento officialmente, seguindo de certo o costume anterior. Tanto á entrada como á sahida acompanhava-o a communitade, presidida pela abbadessa. Depois, porque o escandalo se tornasse repugnante, não se limitava apenas a reбуçar-se até ao Arco do Cego, onde, dizia o conde de Coculim, perdia a vergonha. Recorrêra tambem a um sophisma.

Conta Camillo Castello Branco que a prelada de Odivellas obrigára indirectamente o monarcha a edificar casa privativa para as entrevistas com a freira só com dizer-lhe uma vez, quando elle, á sahida, perguntára á communitade o que iam fazer: -- «Vamos rogar a Deus pela vida de vossa magestade». O rei, pesando a phrase, sentiria escrupulos. Não nos parece que a cegueira amorosa de D. João V podesse penetrar o sentido de tão frouxa censura. Borges de Figueiredo cita a versão de uma bulla ou breve que o papa teria expedido secretamente ao rei prohibindo-lhe a entrada na clausura. Esta versão é mais verosimil, postoque D. João V conseguisse de Roma, á custa de dinheiro, tudo quanto queria. A negociação relativa á Patriarchal e seus privilegios, que foi conduzida por Alexandre de Gusmão,

obteve-a a troco de trez milhões de cruzados. O titulo de *Fidelissimo* custou-lhe trezentos mil cruzados. Pela licença para commungar por sua propria mão, deu o rei quinientos mil cruzados, e não chegou a utilisal-a, porque D. João V teimou em que seria extensiva a ambas as especies (a hostia e o vinho consagrado), mas não lhe foi concedida esta condição. Eis aqui uma excepção, notavel por ser rara, ás frequentes transigencias da Santa Sé com os caprichos dispendiosos do rei de Portugal. Pode ser que a prohibição de entrar em Odivellas fosse outra excepção, direi até especulação, mas não repugna acreditar que a propria consciencia do monarcha, salteada de escrupulos e remorsos, postoque tardios, o aconselhasse finalmente a sophismar o escandalo levando-o a mandar construir uma casa com passagem para o convento.¹ Esta hypothese é tanto mais acceitavel quanto é certo que D. João V se mostrava rigoroso para com todos aquelles que violavam os conventos. Media, por si mesmo, a enormidade do escandalo.

O dr. Luiz Borges de Carvalho, filho do desembargador Ignacio Lopes de Moura, sendo corregedor do bairro do Rocio, foi preso por ordem de D. João V, por

¹ O sr. José Maria Nepomuceno cré que esta casa fosse a que ainda se vê no Largo do Couto, em Odivellas, e pertence hoje aos herdeiros de Antonio Maria Bravo.

entrar de noite no convento de Sant'Anna, onde tinha amores com uma freira.

Abrindo uma passagem na parede do predio contiguo ao convento, o corregedor escoava-se elasticamente até penetrar na claustra. O amor não poupa as mais graves posições sociaes: a prova d'isto, se não fosse o corregedor do Rocio, seria o proprio rei de Portugal.

Mas D. João V entendia que só elle era rei, e tinha razão, porque não havia outro. De modo que nem ao menos consentia que os vassallos fossem espelho das culpas do monarcha. Mandou prender o corregedor, que, depois de estar mais de anno e meio preso, representou ao rei pedindo que lhe perdoasse o delicto.

Transcrevo um trecho do memorial, por me parecer que veladamente allude aos amores do soberano com soror Paula, que não era, segundo a tradição, um exemplar de formosura. Dizem-n'a morena, de um trigueiro carregado como a Sulamite. Mais um ponto de contacto que D. João V teve com Salomão.

Nos *Idyllios dos reis* aventei a hypothese de que podesse ser inspirada nos amores de D. João V com soror Paula a seguinte quadra popular:

Chamaste-me trigueirinha,
 Eu não me escandalisei.
 Trigueirinha é a pimenta
 E vae á mesa do rei.

Historicamente, não ousou insistir na conjectura, a despeito do sr. Bernardes Branco dizer que soror Paula, quando lhe chamavam a *trigueirinha*, costumava responder com aquella quadra.¹

Mas vamos ao trecho do memorial:

«As transgressões das leis, Senhor, são mais effeitos das tentações da serpente, que da *formosura do pomo*». ²

Fica-se sabendo que a freira de Sant'Anna não era formosa; e sabe-se que soror Paula tambem o não era. Portanto, julgo-me auctorisado a traduzir d'este modo o pensamento do corregedor do Rocio: «Vossa magestade bem sabe, por experiencia propria, que quem o feio ama, bonito lhe parece».

Não repugna acreditar que D. João V se entrasse de escrupulos pelo escandalo que praticava. O rei era supersticioso. Conta-se que uma vez, indo de coche para Odivellas n'uma noite de temporal, e querendo vêr-se livre do caminho, dissera ao boleeiro que tocasse o gado, accrescentando esta exclamação: «Parece que vamos para o inferno!» Ao que o boleeiro respondeu: «Senhor, este é o caminho». D. João V mandou immediatamente retroceder para o Paço.

¹ *As minhas queridas freirinhas de Odivellas*, pag. 396.

² Collecção Moreira, *Sentenças*, ms. da Bibliotheca Nacional, 1.º vol., pag. 355.

O que é certo é que D. João V mandou construir uma casa proximo ao convento.

Era o ninho romantico das entrevistas essa casa; porque soror Paula continuou a residir no convento, onde occupava aposentos verdadeiramente principescos, um palacio de sultana.

Os principaes aposentos, situados sobre o Capitulo, fôram completamente arrasados pelo terremoto de 1755.

Restavam apenas de pé antes de julho de 1888 a cozinha, o patim que dava accesso para um corredor com armarios, para um pequeno aposento de que logo falaremos, para a tribuna particular da freira e para uma vasta sala quadrada, que denuncia o realengo esplendor dos aposentos.

«Esta sala — descreve o sr. Borges de Figueiredo — tem ainda vestigios da antiga magnificencia. As portas d'ella eram de petiá ou outra madeira rica do Brazil, e tinham os gonzos e outros ferragens doiradas; o pavimento, vê-se ainda ser de embutido de madeira amarella e escura: nas janellas notam-se vidros de Bohemia. O tecto ainda conserva preciosa talha, outr'ora doirada, hoje coberta de colla branca, talha que formava as guarnições ou caixilhos de pinturas que desapareceram, e que eram, se é verdade o que se diz, de um excessivo realismo.

«Toda a parte inferior das paredes, assim na sala e aposentos como nos corredores, é coberta de azulejos.

Os da sala representam paisagens que fazem lembrar as de Nicolau Poussin, o inventor da paisagem historica ou herõica. Os azulejos do pequeno aposento que notamos (e que abre sobre o patim; o sr. Borges de Figueiredo suppõe que seria a casa de jantar) representam verdadeiramente scenas de interior; damas e cavalheiros jantando, jogando cartas, tangendo instrumentos, etc. Os azulejos dos corredores representam tambem paisagens.

«Superiõrmente aos aposentos que acabamos de vêr, outros ha mais pequenos, que em nada podem verdadeiramente interessar-nos».

Importa observar que todos estes azulejos e a talha dos tectos fõram arrancados na transformação do edificio realisada anteriormente a 1888. Os azulejos das salas, que corriam sobre a casa do Capitulo, representavam o panorama de Lisboa antiga, e estão no palacio da Pena, em Cintra. Mas, felizmente, chegou até nós a minuciosa noticia d'essa romanesca habitação, tal como ella era no tempo de soror Paula, noticia fixada em manuscritos da epocha, já reproduzidos pela imprensa.

Existem esses manuscritos, que eu saiba, na Bibliotheca da Universidade e na Bibliotheca Nacional de Lisboa. ¹

¹O de Coimbra intitula-se: *Noticia verdadeira do ornato que se viu nas casas de Madre Soror D. Paula Maria (sic) religiosa no mos-*

Teem sido tantas vezes estampados, que, por muito conhecidos, seria fastidioso repetil-os na integra. ¹

Os aposentos de soror Paula eram tudo o que a imitação do esplendoroso mobiliario de Luiz XIV produziu de melhor em Portugal á mistura com tudo o que a industria estrangeira soube fabricar de mais notavel n'aquella epocha.

Cumpre repetir que não se trata do ninho amoroso onde o monarcha se avistava com a freira. O que não seriam as alfaias d'essa como ilha de Cythéra, onde um principe ostentoso endeusava a sua Venus! Não, os aposentos de que estamos fallando constituiam o domicilio official de soror Paula e de sua irmã Maria da Luz no convento de Odivellas. Aqui, o leito da freira não se escondia em mysterios de voluptuosidade, como na alcôva do amor. No convento, as duas irmãs dormiam na mesma casa fazendo-se mutua companhia. Mas os moveis e os estofos eram dos mais valiosos que então se conheciam.

tevo de Odivellas. Seria a quem El-Rey D. João 5.º tractou com as mais distinctas honras, obrigado de hũ amoroso affecto. O de Lisboa encontra-se nas Memorias de varias religiosas, $\frac{A}{3}$. Pag. 175.

1

¹ *Summario de varia historia*, pelo dr. Ribeiro Guimarães, tomo II (1872), pag. 67; *Caveira da martyr*, por Camillo Castello Branco, vol I (1875), pag. 212; *As minhas queridas freirinhas de Odivellas*, pelo sr. Bernardes Branco (1886), pag. 343.

A camara estava revestida de espelhos doirados, que faiscavam ao reflexo dos candelabros. As cadeiras carmezins com pés e braços de talha doirada alinhavam-se intercalladas com os os bofetes doirados e com os escriptorios de charão negro e oiro. As cortinas e reposteiros eram de melania escarlata, um estofa ondeado, então em moda, com franjas e galões em que o oiro, se a luz o tocava, accendia fogachos palpitantes.

O leito de soror Paula, guarnecido de lamina de prata doirada, fechava-se dentro de um cortinado de melania carmezim, apanhado em ondas por onde o oiro serpentejava em franjas e galões. Os cobertores e a colcha eram d'aquelle mesmo estofa e côr. Os lençoes de hollandia, espumando rendas. Um paraizo de preguiça voluptuosa, onde o silencio só era agradavelmente cortado, nas sextas de verão ou nas noites de inverno, pelo relógio de parede, que tangia minuets.

A cama de Maria da Luz, afóra a lamina de prata, corria parellhas com a da irmã.

E, como nota realista n'uma camara onde a riqueza dos estofos e dos moveis parecia fazer esquecer a vil regularidade das funcções physiologicas, dois vasos de prata, d'aquelles que Plauto designava nas suas comedias por *matula*, *matella* e *scaphium*.

O auctor do manuscripto diz claramente — bispotes. Eu, mais concertado em maneiras discretas, recorri a um circumloquio, á imitação de Seneca que designava

paraphrasticamente por *aqua immunda* a secreção que esses vasos recebem, e á imitação de Filinto que disse com não menor artificio:

....., ... certa vasilha,
Que o que foi já bebido em si recolhe.

É para notar o pudor de Seneca, sendo certo que em Roma, nos banquetes nocturnos, os convidados não duvidavam pedir o vaso aos escravos por meio de um estalido com os dedos, *digiti crepitantis signa*, e utilisal-o segregando, *urinam solvere*, segundo a locução de Plinio.

No decurso de um seculo, dispersaram-se todas as maravilhosas alfaias que principescamente adornavam a casa da freira. Alguns moveis levaram destino incerto, incluindo os bispotes. Em 1838 estava á venda, e foi visto pelo conde de Raczynski um armario de ébano, que não sei onde pára. Mas conheço alguns moveis, que pertenceram a soror Paula, e que, felizmente, estão guardados a bom recado.

Um é o piano da freira, a espineta, como então se dizia. É de charão preto, certamente flamengo, com ornatos doirados, flôres e aves. Tem vinte e sete teclas apenas. E está assignado: *Jeronymus von Brock fecit anno Domini 1697*.

Pertence hoje ao sr. marquez de Vallada, tendo feito parte do mobiliario da quinta do Cabeço, aos Oliveaes,

propriedade da segunda viscondessa de Jorumenha, da casa Sampaio e Pina.

O sr. visconde de Sanches de Baena possui trez bellos moveis, que pertenceram á freira, e foram por o illustre titular adquiridos em 1868.

Um armario de charão preto e doirado, com cimalha doirada, assente em mesa tambem doirada. Tem cinco ordens de gavetas, e o interior das portas representa passaros e flôres desenhados a oiro.

Duas papeleiras ou escriptorios, ambas com magnificas portas de crystal de Veneza. Uma das papeleiras é de charão preto, com duas ordens de gavetas e repartimentos quadrilongos para guardar papeis. No interior das portas ha inscrições, que o sr. visconde nos disse mandára avivar. Lê-se n'uma: *D. Paula*. Na outra: *D. João*. A segunda papeleira é interiormente de charão encarnado, e exteriormente de charão preto. Tem tambem trez ordens de gavetas. N'uma e outra ha esconderijos para valores, o que era vulgar n'estes moveis.

Tanto o armario como as papeleiras pertenceram a João Carlos Feo Cardoso Castello Branco, fallecido linhagista, descendente de D. Leocadia, irmã de Paula.

Tambem na exposição de arte ornamental, realisada em 1888, estiveram expostas (sala G, n.º 795), duas caixas assentes em mesas de talha doirada, tendo cada uma oito medalhões cobertos de vidro, com pinturas de anjos e flôres.

Consta que foram de soror Paula. Pertenciam ao sr. D. Martinho da França Pereira Coutinho.

Por muito tempo se conservaram em Odivellas uma cadeira, onde, segundo a tradição, D. João V costumava sentar-se, e uma bengala, do mesmo rei, que algum dia ficára esquecida no *boudoir* de soror Paula. Não estão perdidos, mas sahiram d'ali, onde podiam aviventar as memorias locaes.¹

Soror Paula, sobre não ser formosa, tinha mau genio. Não ha nada que prenda tanto, acreditem, como

¹ Quando acabou o convento de Odivellas — foi ha pouco como todos sabem — o que ali encontrou a auctoridade, ao tomar posse do velho edificio, foram os restos miserimos da passada e regia opulencia, que tornára immoralmente popular o nome d'aquella tão celebre clausura. Uma cadeira antiga, onde, segundo resa a tradição, se sentava no locutorio o rei D. João V, uma bengala do dito rei, e uns azulejos. Cremos que mais nada! O tempo, a traça, e a mão dos homens, encarregaram-se de reduzir a esta miseria aquelle famoso mosteiro, que fôra casa de Deus, para a religião official, e paraiso profano para o voluptuoso monarcha. Das riquezas e esplendores da *cella* da Madre Paula restava-nos apenas isto, e a descripção que anda no *Summario de varia historia*, onde José Ribeiro Guimarães colligiu muitas das suas curiosas investigações. É pouco, não é nada? Pois bem, nem isso chegou ao seu natural destino, e o *Livro negro* tem aqui mais um capitulo.

«A cadeira foi vista e comprada por um argentario muito conhecido, que a mandou restaurar, e bizarramente a offereceu a uma alta personagem. Quem auctorizou a venda de um movel, que pela

uma mulher de mau genio. É um oceano que offerece sempre surpresas: não se sabe quando está calmo ou agitado.

Refere a tradição que uma vez, em que o rei não foi pontual, ella, quando D. João V chegou, quebrára um relógio, decerto um primor artistico, apostrophando colérica: «Relógio que tanto mente, parte-se assim».

De outra vez, em que tivera com o rei uma scena de ciumes, metteu um retratinho de D. João V, que

epoca, pelo logar em que foi encontrado, e pelo seu merecimento artistico, tinha o seu unico logar *legal* no Museu das Bellas-Artes?

«Alli tambem no Museu é que deviam ser recolhidos os azulejos, se tinham valor para figurar na collecção ceramica. Se não valiam para isso, então deviam ser vendidos em leilão publico. Nem uma nem outra cousa se fez.

«Resta a bengalá.^{*} Não era um sceptro, decerto, e porque o rei ficava em Lisboa, e quem ia para Odivellas era o homem. Não era um sceptro, mas devia ser obra digna do regio amator, a bengalá que ficára esquecida no toucador da encantadora monja, que tanto o fascinára.

«Em todo o caso o logar d'aquelle objecto, porque baculo de bispo tambem elle não era, não devia ser nunca—por todas as razões sagradas e profanas—nos aposentos de um cardeal, no seu museu particular, onde poderia encontrar-se com o humilde bordão d'algun santo bispo ou d'alguna virtuosa abbadessa de outro mosteiro, menos mundano e escandaloso do que o de Odivellas!»

Artigo do sr. Zacharias d'Aça, publicado no «Correio da Manhã» de 27 de março de 1891, n.º 1:954.

* Pertenceu aos bens da mitra patriarcal de 1910. Hoje está no Museu d'arte antiga

seria uma d'essas deliciosas miniaturas do seculo passado, entre a meia de seda e a chinella, fazendo menção de o esmagar.

É preciso não attribuir a soror Paula uma influencia politica semelhante á que exerceu a Maintenon no espirito de Luiz XIV. Tal influencia não exerceu; não ha vestigios de a ter exercido. Como intercessora em pretensões alheias, é que o seu valimento se accentua. Não restam porém indicios de ter collaborado na gestão dos altos negocios do estado. Nem ella nem nenhuma outra.

O rei era auctoritario, cioso do seu poder, mas tambem Hercules, segundo a lenda, fiava amorosamente aos pés de Omphale.

Uma vez discutia D. João V com o marquez de Ponte de Lima ácerca da auctoridade real. O marquez punha-lhe limites. O rei argumentava *pro domo sua*, sustentando o contrario.

— Se eu te mandasse deitar ao mar, disse-lhe o rei com arrebatamento, devias sem hesitar atirar-te de cabeça á agua.

O marquez fez menção de sahir.

— Onde vaes? perguntou-lhe D. João V.

O marquez respondeu espirituosamente:

— Vou aprender a nadar.¹

¹ *Mémoires du Baron de Besenval*, Pariz, 1821, segundo volume.

A um magnate da côrte ou ao *Camões do Rocío* ainda o rei toleraria este e quejandos humorismos, que o divertiam. Mas a soror Paula tolerava as tempestades de ciume, os repentes de genio, que o lisongeavam, porque se sentia amado, sem comtudo abdicar na amante a sua auctoridade politica.

Conta o barão de Besenval que era sempre um medico da real camara que regulava as entrevistas do rei com a freira, depois de ter tacteado o pulso do soberano e reconhecido que estava em boa disposição de saude.

Certo dia, em que o medico oppozera o seu *veto*, soror Paula fez um pedido. O rei não lhe respondeu. A freira insistiu. D. João V respondeu friamente :

— Amanhã; ámanhã fallarei n'isso... ao rei.

Esperava que no dia seguinte a entrevista fôsse mais expansiva, dado o caso de que o medico tivesse retirado o *veto*.

Refere o manuscripto da Bibliotheca Nacional que D. João V se indignou muito quando soube da conspiração, que tinha por fim acclamar rei do Brazil o infante D. Manoel,¹ seu irmão legitimo.

¹ O infante D. Manoel foi dotado de um espirito aventureoso, que lhe dá uma certa semelhança com o infante D. Pedro das *Sete Partidas*; e de um genio bellicoso que o irmana com D. Sebastião. Correu mundo, tendo fugido de Lisboa sem licença do rei. Militou

Soube do caso, porque o infante o communicou ao seu cabelleireiro, *valet-de-chambre*, e mais alguma coisa, mr. Beloné.

O mais alguma coisa vae por conta do anonymo que nos está dando estas informações, aliás contestaveis.

D. João V teria mandado prender o brazileiro Pedro de Rattes Hanequin, commissario d'aquella secreta negociação, e geralmente reputado como christão novo.

Hanequin, segundo informa o manuscripto, foi queimado pela inquisição, assistindo o rei, em 1741, ao auto de fé.

«Partindo o mesmo senhor de S. Domingos — continua o manuscripto — para Odivellas, acabada a funcção do auto, foi mostrar á sua freira a lista dos penitenciados por aquelle tribunal; e tambem as culpas de todo o enredo pertencente á desgraça de Pedro de Rattes; cujos papeis ficaram em poder d'aquella senhorita mais de oito dias, para ella os mostrar ás suas amigas em segredo; e d'esta dilação, quando el-rei os quiz, nunca mais appareceram.»

como voluntario sob as ordens do famoso principe Eugenio. Combatia com bravura. Na trincheira de Temeswar ficou ferido. Na viagem de regresso a Portugal, visitou varias côrtes. E chegou a Lisboa em 1734 com uma gentileza de maneiras, adquirida na viagem, que causou sensação na côrte, especialmente entre as damas. Elegeu para residencia a quinta do conde de Pombeiro, em Bellas.

É possível que Pedro de Rattes Hanequim se achasse envolvido no acontecimento politico a que o manuscrito se refere. Elle conhecia o Brazil, porque, comquanto tivesse nascido em Lisboa, residira durante vinte annos na provincia de Minas. Mas o motivo ostensivo da sua prisão, quando repatriado, foram as doutrinas heterodoxas que a interpretação da biblia lhe suggeria. Não sei se a sua exegése offendia a Egreja; o senso-commum offendia com certeza. Uma das heresias era d'este calibre: que o paraíso terreal tinha sido no Brazil e que Adão ahi se creára, e de lá passára a pé enxuto para Jerusalem, como se mostrava pelos vestigios das suas pégadas gravadas ainda n'uma terra junto á Bahia! Heresiarcha não seria; mentecapto era.

Hanequim não morreu queimado em 1741. Foi preso n'aquelle anno, e em 1744 foram-lhe lidas as culpas no auto de fé. Mas relaxado ao braço secular, foi enforcado, e queimado depois de morto.

Muitas das asserções contidas no manuscrito da Bibliotheca Nacional, á parte uma certa confusão nas datas, estão confirmadas pelos historiadores que se teem occupado do reinado de D. João V. Mas toda a referencia á prisão e morte de Hanequim soffre contestação.

O rei, segundo a versão do manuscrito, teria ido de S. Domingos para Odivellas e mostrado a soror Paula os papeis relativos áquelle réo, papeis que nunca mais tor-

nou a haver. Se o manuscripto se refere aos papeis politicos relativos á conspiração, poderia admittir-se que assim fôsse; mas se se refere ao processo da inquisição, a sua informação — de que os papeis nunca mais appareceram — é contradictada pela existencia do processo na Torre do Tombo, onde eu o li.⁴

Quanto a chamar *senhorita* a soror Paula, não é o manuscripto mais feliz. A freira de Odivellas tinha em 1744 quarenta e trez annos. Para senhorita estava um pouco dura. Ora se não fôsem estas considerações, que nos levam a rebater a versão do manuscripto, teriamos que as relações de D. João V com soror Paula haviam durado mais de vinte annos, o que nos parece um periodo excessivamente longo.

Mas ponhamos ponto no incidente.

Em torno da freira de Odivellas agitavam-se invejas, resentimentos, intrigas, como era natural, visto que ella gosava uma *honra* e um poderio que todo o feminino de Lisboa, especialmente o dos conventos, lhe cubiçava.

Em 1724 surgiu, com escandalo publico, uma especie de conspiração, que teve uma nota extremamente comica.

A freira D. Marianna de Souza, amante do infante D. Francisco, tinha quatro irmãs, todas ellas freiras:

⁴ Inquisição de Lisboa, processo n.º 4:864.

duas, Antonia e Paula, em Sant'Anna; duas, Barbara Izabel e Luzia Antonia, em Odivellas.

Estas duas viveram na intimidade da amante do rei, mas haviam-se malquistado, e isso contrariava-as tanto, quanto era certo que D. João V interviera prohibindo a D. Marianna de Souza que fôsse a Odivellas visitar as irmãs.

Naturalmente, para evitar complicações, que podiam tornar ainda mais tensas as relações do rei com o infante D. Francisco, que nunca foram boas, recorrêra D. João V áquelle expediente.

As irmãs de D. Marianna de Souza, desgostosas pela ordem do rei, que affirmava mais uma victoria de soror Paula, tinham já, no intuito de promover a reconciliação, lançado mão de feitiços, chegaram a fazer um *fervedouro* com vinho, alecrim, sal das trez Marias, incenso do cirio da Paschoa, palma da domingo de Ramos e vela das Candeias, mas tudo sem resultado.

Casualmente, uma D. Antonia Maria da Fonseca, mulher do capitão de infantaria Francisco de Souza da Fonseca, atára relações com a amante do infante D. Francisco, á qual communicou a tenção em que estava de ir consultar, para certo fim, uma feiticeira, por alcunha a Rastolha.

As irmãs de D. Marianna de Souza, que estavam em Sant'Anna, sabendo d'isto, aproveitaram a occasião de recommendar-lhe o seu negocio, a sua desejada recon-

ciliação com soror Paula, mas parece que, pelo que tocava á efficacia da feiticeira, tinham maior fé nas irmãs Salemas, mulatas residentes em Setubal, ou em Izabel da Natividade, *a da Moita*, residente em Alcacer do Sal, do que na Rastolha.

D. Antonia da Fonseca não fez questão da sua feiticeira, e resolveu-se a ir a Alcacer do Sal consultar a Izabel da Moita.

Ouvido o caso, a bruxa disse que faria o feitiço, mas que, para realisal-o, precisava alguns objectos que pertencessem ou tivessem estado em contacto com as pessoas que devia enfeitiçar.

D. Antonia voltou a Lisboa, e transmittiu a D. Marianna de Souza a resposta de Izabel da Moita. Ficou resolvido que D. Antonia fôsse fallar com as duas freiras de Odivellas, irmãs de D. Marianna, porque só ellas poderiam subornar alguma criada de soror Paula para obter aquelles objectos.

Certamente foram precisos alguns dias para corromper alguma das nove criadas de soror Paula, trez das quaes eram mulatas. Mas conseguiu-se, porque duas mulatas, ao serviço da amante do rei, prestaram-se á conspiração, fornecendo ás irmãs Souzas peitos de perdizes e gallinhas, e bocados de marmellada abocanhados pelo rei e por soror Paula; uma atadura e uma almofadinha manchada do menstruo de D. Paula, e um caco com excremento seu! Estes ingredientes, princi-

palmente o excremento, deviam ser efficacissimos no sortilegio. Mas não menos efficazes seriam, por certo, quarenta moedas de oiro e varias joias que as Souzas deram a D. Antonia.

Não partiu só D. Antonia; fez-se acompanhar de mais quatro mulheres, uma das quaes era D. Maria Thereza de Mello, viçosa viuvinha de vinte e quatro annos.

Partiram todas de Lisboa para Aldeia Gallega, e a viuvinha, que tinha alli uma quinta, onde passava temporadas, certamente alvitrou a idéa de fazerem estação na sua quinta.

Que interesse associára a fresca viuvinha Mello á embaixada de D. Antonia? Ella propria o confessou mais tarde: enfeitiçar homens que a divertissem e remunerassem visitando-a em casa.

Em Aldeia Gallega a viuvinha aproveitou o tempo indo visitar o juiz de fóra, Jeronymo de Cettem, já seu conhecido antigo. Fez-se acompanhar das outras mulheres; e o juiz de fóra, dando-lhes de jantar, soube que iam a Setubal para uma se metter freira. Era mentira. No dia seguinte foi o juiz a casa da viuvinha, e, certamente por ter sido recebido com grande intimidade, descobriu o verdadeiro motivo da viagem a Setubal. Era velhaco o juiz, e não quiz desaproveitar a occasião de fazer uma denuncia que poderia melhora-lo de posição. Disse á viuva que sabia de feiticeira mais segura do que as Salemas de Setubal, e que lh'a indi-

caria em Lisboa. A viuva aceitou o alvitre, tanto mais que as outras mulheres tiveram que vir a Lisboa buscar ingredientes para o feitiço, talvez porque ainda lhes faltasse algum, tido por indispensavel. Vieram ambos, ella e o juiz, Tejo abaixo. Mas o doutor Cettem, logo que desembarcou na Ribeira, correu a denunciar a trama ao desembargador Bacalhau, o qual por sua vez correu ao Paço a informar o rei. D. João V ficou inquieto, e mandou dar aviso immediato aos seus ministros. No dia seguinte, a viuva foi presa e interrogada, e o Santo Officio recebeu ordem de prender as outras mulheres que já tinham partido de Lisboa, ainda que as fôsem procurar até á raia de Castella. Juntamente com esta ordem foram oitenta moedas para os quadrilheiros, a cujo serviço logo se destinou um escaler da Ribeira.

Os esbirros atravessaram o Tejo, e souberam em Coima que quatro mulheres tinham alli passado em companhia de um clerigo, o qual clerigo parecia ser o *Padre Voador*, irmão de Alexandre de Gusmão, secretario particular de D. João V. O desembargador Bacalhau e o juiz de Aldeia Gallega, que acompanhavam a diligencia, quando souberam da intervenção do padre, acharam que o negocio se tornava cada vez mais complicado. Redobraram pois de actividade.

Chegados a Setubal, e entendidos com o respectivo juiz de fóra, averiguaram que as quatro mulheres ti-

nham seguido para Alcacer, mas já sem o padre. Naturalmente, por ter sido reconhecido em Coina, o padre achou perigosa a companhia de um serralho ambulante, e retrocedeu. A diligencia seguiu para Alcacer e ahi foram finalmente prezas as quatro mulheres, uma das quaes declarou que o clérigo era sem tirar nem pôr o reverendo Bartholomeu da Passarola.

Voador ou *da Passarola* chamavam ao padre Bartholomeu Lourenço de Gusmão, alcunhas resultantes da primeira tentativa de aerostatica realisada por elle em Portugal a 5 de agosto de 1709.

O padre Bartholomeu fôra sempre tido e havido como grande femeeiro. A companhia de quatro mulheres bastaria a explicar a sua collaboraçoão n'esta empreza; mas outra razão o estimulára, se bem que não fôsse estranha a negocios de mulherio. O padre tinha um ponto de vista differente do das irmãs Souza, e certamente trabalhava occultando d'ellas o seu plano. Padre Bartholomeu tratava intimamente com uma freira, a qual tinha uma irmã, tambem freira, que queria substituir soror Paula nas boas graças de D. João V.

Todo o mulherio deu entrada na inquisição a 27 de setembro, quarta feira, pelo meio dia. Eram a viuvinha Mello, D. Antonia da Fonseca, outra viuva, Brites Maria, tambem na frescura dos vinte e cinco annos, a feiteira Izabel da Moita, è a sua collega de Setubal, Catharina Salema, octogenaria.

O padre Bartholomeu foi procurado, mas tinha-se prevenido fugindo. Tomou a estrada de Loures, metteu-se por caminhos escusos até chegar a Vallada, passou á vista de Muge, seguiu por Montargil, Aviz, Arronches até que poudes atravessar o rio Caya.¹ O desembargador Bacalhau deu-lhe busca ao domicilio, sequestrou-lhe os haveres, apprehendendo um exemplar do Alcorão, que estava aberto sobre uma meza, e annotado.

O sr. Borges de Figueiredo publicou os versos que um poeta do tempo, *cujos nome se não declara*, fizera á fuga do padre. Se tivesse podido vêr a *Invenção dos aerostatos reivindicada*, por Philippe Simões, pag. 47 ou o artigo *Poetas e balões*, que Camillo Castello Branco me dedicou e inseriu no *Almanach da Livraria Internacional para 1874*, Porto, editor Chardron, saberia que o poeta era Thomaz Pinto Brandão, que na ultima decima se denuncia.

Ora o motivo da prisão do padre *Voador* não foi o que Camillo lhe assignalou: «perseguram o padre com a irrisão, e depois com os quadrilheiros do santo officio, *porque elle, pactuado com o diabo, tecêra as azas da passarola*». O padre foi effectivamente muito troçado por ter precedido setenta e quatro annos os irmãos Montgolfier na invenção dos balões, mas o que o levou

¹ *A invenção dos aerostatos reivindicada*, por Augusto Philippe Simões. Evora, 1868. Pag. 111.

ao santo officio foi a sua freira, por causa da irmã que queria desthronar a morena de Odivellas, foi a connivencia com o mulheroio que acompanhou a Coina, e foi o alcorão aberto e annotado.

Se o ensaio de aerostatica tivesse de produzir effeito, o santo officio não haveria esperado desde 1709 até 1724 para arpoar o padre *Voador*. O que o perdeu não foi isto; foi aquillo.

O manuscripto da Bibliotheca Nacional, intitulado *Deabrura emforme, cujo descobrimento teve principio no mez de setembro de 1724*, já transcripto por Francisco Freire de Carvalho, é que põe a coisa a limpo.

O padre Bartholomeu queria ir para Madrid, mas, sentindo-se desfallecido, dirigiu-se a Toledo, onde expirou pouco tempo depois, de febre maligna, no hospital da Misericordia, na madrugada de 18 de novembro.

Se vivesse mais, teria sido perdoado, porque D. João V cabiu em si; achou que tudo aquillo não passava de intriga de mulheres. As penas impostas ás delinquentes foram leves.

A viuvinha Mello foi reprehendida e obrigada a certas penitencias. D. Antonia foi degredada por trez annos para Castro-Marim, com penitencias, e prohibição de residir na jurisdicção ecclesiastica de Lisboa ou Evora. Em 1728 foi-lhe commutada a pena, permittindo-se-lhe que vivesse em Evora, e depois em Extremoz.

Mas comquanto ella o solicitasse, nunca lhe consentiram que viesse para Lisboa. A Izabel da Moita foi expulsa de Alcacer por dois annos, com penitencias. Tambem tiveram penitencias a Salema, de Setubal, e Brites Maria; penitencias e reprehensão, mais nada.

As Souzas escaparam, certamente á sombra da irmã, que se estribava na influencia do infante D. Francisco, irmão temido do rei.

As duas criadas de soror Paula, as taes que tinham fornecido o menstruo e o excremento, certamente recorreram ao valimento da ama. Foram soltas, e uma d'ellas voltou a servil-a. Soror Paula perdoou tudo, até a infanda traição de lhe terem assoalhado os segredos do *water-closet*.

Moralidade do caso: Jeronymo de Cettem não apañhou pela denuncia nem dinheiro, nem o habito de Christo. Só annos depois foi que o despacharam para a correição de Vianna, cousa pouca, paga tarde e a más horas.

Teem-se procurado hypotheses para explicar o esfriamento das relações de D. João V com soror Paula. A verdadeira razão está decerto no genio inconstante do rei. E dada a sua volubilidade no amor, chega a causar surpresa que levasse pelo menos dez annos a saciar-se, pois que ainda em 1728 fazia uma doação á freira. Liquidava, talvez. É verdade que o rei, ainda quando era mais assiduo em Odivellas, variava no amor.

Tem razão Camillo quando diz que ainda assim soror Paula não podera quebrar os feitiços de D. João V com a cigana Margarida do Monte.¹ O rei accumulava. E mesmo dentro de Odivellas tinha intenções perfidas, que, se a freira lh'as descobria, perfeitamente justificam as suas explosões de ciume. «Na vespera dos Passos, escreve o bispo do Grão-Pará, se foi collocar ao lado da imagem do Senhor, vestido de pobre para vêr de perto as fidalgas, que alli costumam ir. Dizia-me a sr.^a D. Herculana Coculim: «Vi eu, viu a condessa de S. Vicente e minha prima Constança de Menezes assim el-rei.»² Percebe-se o disfarce: era certamente para que soror Paula, que tinha tribuna para a egreja, não reconhecesse o seu real amante. Chama-se a isto pregal-a na menina do olho.

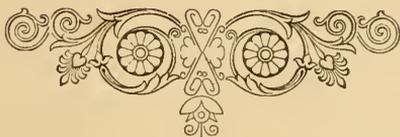
Depois que D. João V a abandonou, a freira de Odivellas viveu irreprehensivelmente, segundo é tradição, entregue a exercicios religiosos. Faz isto suppôr que ella amára sinceramente o inconstante monarcha. Acompanhou-a sua irmã Maria da Luz, que lhe sobreviveu apenas dois mezes e meio, pois que soror Paula The-reza da Silva falleceu a 22 de abril de 1768, com quasi

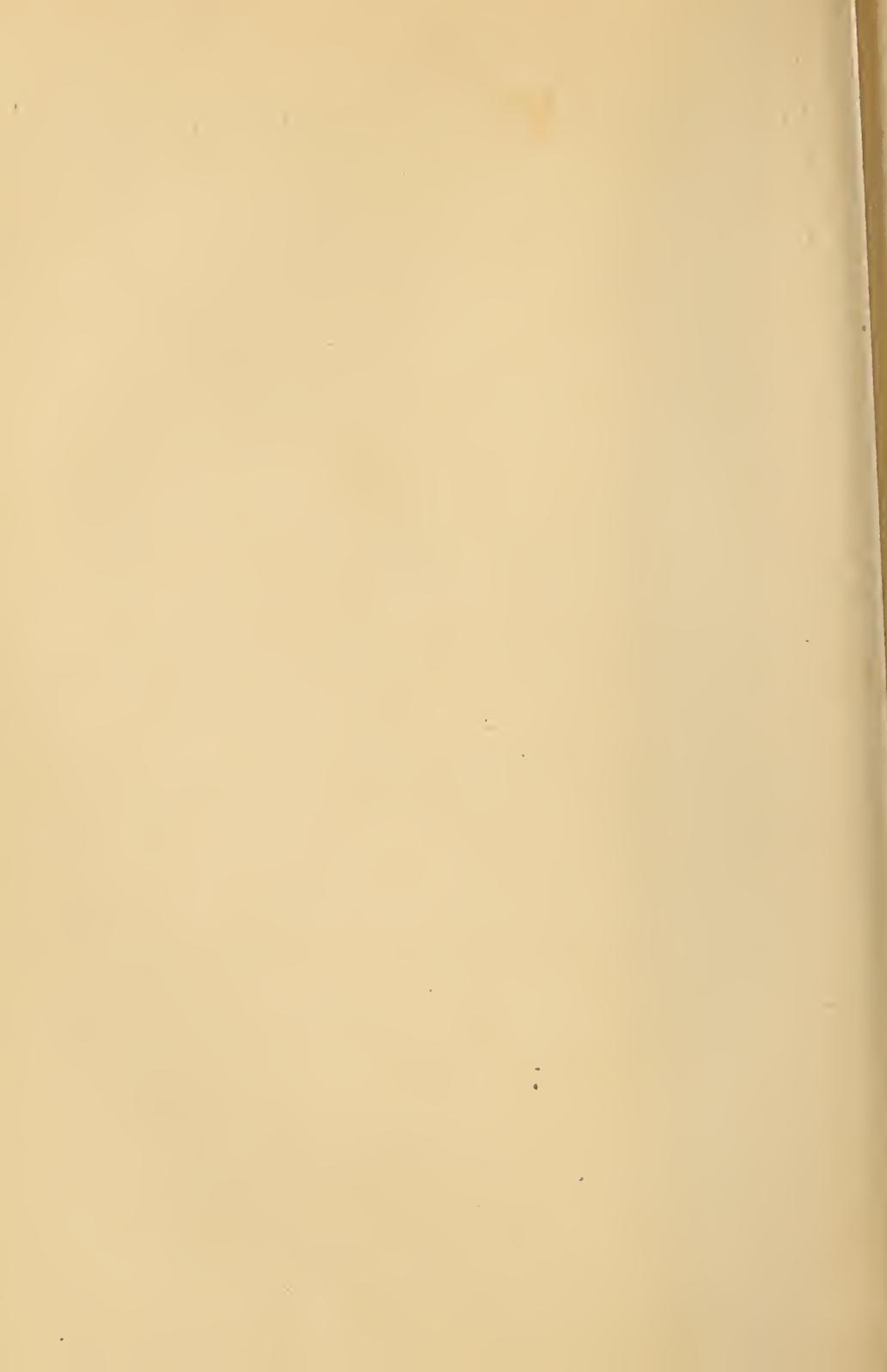
¹ *Caveira da martyr*, vol. I, pag. 41.

² *Memorias inéditas*, pag. 154. O conde de Coculim, segundo do titulo, era pae de D. Maria *Herculana* de Mascarenhas, de quem o bispo falla.

67 annos, e Maria da Luz morreu a 4 de julho d'esse anno.

Soror Paula foi sepultada na casa do Capitulo em Odivellas.

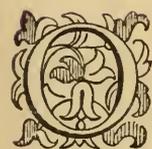






VI

MARGARIDA DO MONTE



CAVALHEIRO de Oliveira, no *Amusement périodique*, dá noticia de ter D. João V amado uma cigana, geralmente conhecida por Margarida do Monte.

Não pareça extranho que um principe coroado descesse a recrutar para a galeria das suas amantes uma mulher de tão baixa estofa. As ciganas, dizia o cavalleiro de Oliveira, muito entendido no assumpto, *sont fort jolies et fort agréables, il y en a même qui sont parfaitement belles, spirituelles. et engageantes.* Elle mesmo, que isto escrevia, esteve durante trez annos captivo da belleza de uma cigana, Joanna Victoria. Fallava com

conhecimento de causa; d'aqui a sua auctoridade na materia.

Em toda a peninsula, Portugal e Hespanha, os ciganos foram por vezes perseguidos, mas o rigor draconiano, que se adoptava contra elles, não tardava a afrouxar. Descabria em tolerancia. E isto não seria tanto por causa dos ciganos como por amor das ciganas.

Nas côrtes de Evora, em 1535, foi estabelecida a prohibição, formal e categorica, de entrarem os ciganos no reino, por evitar os conflictos que provocavam e os damnos que causavam ao povo. Vinte e dois annos depois reconheceu-se que a lei das côrtes de Evora era lettra morta. Uma carta regia de 17 de agosto de 1557 prohibiu novamente a entrada dos bohemios em territorio portuguez, devendo ser presos e punidos todos os que fossem encontrados. Dezeseis annos depois tornou-se preciso suscitar a observancia das leis anteriores: um alvará e a sua respectiva apostilla, ambos estes documentos datados de 1573, estabeleceram que os ciganos, que se encontrassem, fossem açoutados e degredados perpetuamente para as galés e que as ciganas, por não poderem ser condemnadas a galés, fossem publicamente açoutadas com baraço e pregão, e expulsas do reino.

Esta frequente necessidade de legislar sobre o mesmo assumpto, revela que uma força poderosa contraminava a obra dos legisladores.

Essa força devia ser a das ciganas, porque, diz o cavalheiro de Oliveira, uma só cigana causa ás vezes maior damno que um bando inteiro de ciganos.

Em Hespanha, os reis catholicos tomaram identicas medidas contra os zingaros. Fernando e Izabel desterraram-n'os perpetuamente de Hespanha. Carlos V renovou a prohibição em 1525, 1528 e 1534. Filippe II, em 1560, consentiu-lhes porém que vivessem em Hespanha, trabalhando ou servindo; só os vagabundos seriam presos, açoutados e desterrados perpetuamente. Mas, em 1619, pediam as côrtes a expulsão dos ciganos, por se haverem tornado uma verdadeira praga. Filippe IV, pela pragmatica de 8 de maio de 1633, prohibiu-lhes que uzassem trajos differentes dos dos outros habitantes do paiz, que vagabundeassem, que fossem admittidos a danças e representações, que frequentassem as feiras, etc.: o fim d'esta pragmatica era evitar que continuasse o abuso de se inculcarem ciganos muitas pessoas que o não eram, e que se disfarçavam em trajos de zingaro para melhor realisarem seus maleficios.

Apezar d'esta severa providencia, as quadrilhas de ciganos continuaram a infestar a Hespanha.

Em 1763, Carlos III, pela pragmatica sancção de 19 de setembro, declarou que os que se denominavam ciganos não o eram por origem e natureza, e decretou que «elles e qualquer d'elles não uzem de lin-

gua, trage e methodo de vida errante». ¹ Os contraven-
tores d'esta lei seriam marcados nas costas a ferro
quente.

Effectivamente, a vida aventurosa dos bohemios, e
porventura, mais que isso, a formosura das zingaras,
fazia com que se lhes aggreuriassem individuos de va-
rias nações, que com elles e ellas corriam mundo.

Cervantes, na sua comedia *Pedro de Urdemalas*, en-
carece com suggestivo entusiasmo a vida picaresca
dos ciganos:

Mira, Pedro, nuestra vida
és suelta, libre, curiosa,
ancha, holgazana, estendida,
á quien nunca falta casa
que el deseo busque y pida.
Dános el hermoso suelo
lechos; sírvenos el cielo
de pabellon, donde quiera,
ni nos quema el sol, ni altera
el fiero rigor del hielo.
El mas cerrado vergel
las primicias nos ofrece
de cuanto bueno haya en el;
y apenas se vé ó parece

¹ Adolpho de Castro, *El conde-duque de Olivares y el rey Felipe IV*, Cadiz, 1846. Notas, pag. 5.

la alvilla ó la moscatel,
 que no está luego en la mano
 del atrevido gitano,
 zahori del fruto ageno,
 de industria y ánimo lleno,
 ágil, presto, suelto y sano.

Realmente, este prospecto de vida farta e variada, á custa dos outros, não deixava de ser attrahente. Põnhamos agora sobre isto o perrexil da plena posse da mulher amada, sob as frescas sombras do campo, n'um idyllio que nem os da tribu nem os extranhos ouzavam perturbar e menos ainda disputar.

Cervantes accrescenta, a proposito :

Gosamos nuestros amores
libres del desasosiego
que dan los competidores,
 calentandonos su fuego,
sin celos y sin temores.

Os extranhos não ouzavam investir com tão perigosa gente ; e os da tribu, segundo tambem informa Cervantes n'uma das suas novellas, poucas coizas teem que não sejam communs, excepto a esposa ou a amante, que só pertence áquelle a que coube em sorte.

Se algum iniciado na vida bohemia pretende tomar mulher para si, o *conde*, que é o titulo de que gosa o

chefe de cada aduar, apresenta-lhe a zingara escolhida, e diz-lhe: «Entregamos-te esta rapariga, que é a flôr e a nata de toda a formosura das ciganas, para esposa ou amante, porque podes proceder como seja mais de teu gosto. Observa-a, vê se te agrada ou se lhe achas algum defeito. Escolhê entre as donzellas que aqui estão a que mais te agradar, que a que escolheres te daremos; mas fica sabendo que uma vez escolhida, não a has de deixar por outra, nem te has de embaraçar e intrometter com as casadas ou com as solteiras».

Além dos encantos naturaes das ciganas, ellas dispunham de recursos sobrenaturaes: encantamentos e feitiços, que surtiam effeito. Ainda hoje as ciganas costumam ler a *buena-dicha*, como possuindo, por dom especial, a presciencia do futuro. Mas dou que os olhos pretos, os dentes brancos, a face morena das zingaras eram muito mais efficazes e milagreiros que a oração de S. Pancracio ou de Santa Apolonia com que ellas curavam aos outros varios achaques.

No Portugal do seculo passado, os ciganos não foram perseguidos; pelo contrario, muitas pessoas poderosas os protegeram. O conde de Obidos hospedava gentilmente nas suas abegoarias em Pernes todos quantos ciganos costumavam concorrer á feira annual de Santarem. O cavalheiro de Oliveira ia a Pernes passar as trez semanas que a feira durava.

A D. João V tambem não repugnavam as ciganas:

Margarida do Monte é a prova. E as côrtes, que poderiam mostrar-se tão severas como as de Evora em 1535, nunca D. João V as reuniu, por causa da tranquillidade publica, e das ciganas tambem.

Pena é que faltem pormenores dos amores de D. João V com a zingara Margarida do Monte. Apenas são conhecidos os traços geraes d'essa scandalosa aventura, que desfechou em tragedia. O cavalheiro de Oliveira, que escrevia com liberdade muito rara no seu tempo, accentúa o facto em poucas mas expressivas linhas. Minudencias, por mais que as procurei em manuscriptos da epocha, não logrei encontral-as; mas, em compensação, topei algumas allusões.

O galanteio durou *longo tempo*, e parece que á volta d'elle se urdiu uma vasta trama de intrigas e perseguições, provavelmente baseadas no ciume do rei. A zingara devia ser formosa, e seu tanto ou quanto leviana. Ha um facto que o demonstra. D. João V enclausurou-a no mosteiro da Rosa, em Lisboa, obrigando-a a vestir o habito.¹ Certamente o fez para ter em seguro a inquieta cigana, suppondo que as grades do convento seriam defeza contra a volubilidade d'ella e

¹O convento da Rosa ficava na freguezia de S. Lourenço entre o Castello e a Graça. Era da ordem de S. Domingos, e foi fundado em 1519. Fr. Luiz de Sousa, *Hist. de S. Domingos*, 3.^a parte, pag. 71; J. B. de Castro, *Mapa de Portugal*, 3.^a edição, tom III, pag. 196.

as arremettidas dos galãs. Para o rei não eram obstaculo as paredes e grades dos conventos. Basta a gente lembrar-se de Odivellas. Não supponho que D. João V encarcerasse conventualmente Margarida do Monte por estar já enfastiado, como era uso dos reis. Não. No convento da Rosa fazia-se em torno da cigana uma espionagem vigilantissima, decerto por ordem de D. João V, que a remuneraria condignamente. Mas a bohemia, que tivera pouco juizo cá fora, não tivera mais depois que entrou para o convento, obrigada pelo rei.

O cavalheiro de Oliveira estampou em francez esta succinta narração, que Camillo Castello Branco trasladou á nossa lingua no romance *O Judeu*:

«Eu vi o soberano arrastar pesadissimas cadeias, em que longo tempo esteve captivo por astucia ou feitiço, como se dizia, de Margarida do Monte, creatura da raça bohemia. Quantas desordens, exilios, e até mortes se não effeituaram por intrigas d'aquella mulher! Morreu ella finalmente encarcerada no convento da Rosa em Lisboa, em qualidade de religiosa da ordem do patriarcha de S. Domingos. Este novo pae, que á força lhe deram, não a tornou mais ajuizada. Induziu ella um peralvilho a visital-a na cella; prestou-se elle a seus appetites, e foi desgraçadamente surprehendido, e pouco tempo depois enforcado. Entrára elle no convento, disfarçado em carvoeiro; e, como foi apanhado com o disfarce, hoje é mais conhecido pelo nome de *carvoeiro*

da Rosa, que pelo seu nome de baptismo ou de familia». ¹

Quem foi o ousado Tenorio, que expiou na forca a sua audacia galante?

O cavalheiro de Oliveira não o nomeia. Camillo no *Judeu* diz que foi Garcia de Moura Telles, neto do contador da fazenda Luiz Pereira de Barros, que em tempo de D. João IV lhe denunciou a conspiração contra elle tramada, e filho de D. Francisca Pereira de Barros, que casou com Placido de Castanheda de Moura, contador-mór.

Importa porém notar que Camillo escrevia um romance, sendo-lhe por isso permittido phantasiar por menores em torno de um facto essencialmente historico. Do facto dá segura noticia, como vimos, o cava-

¹ Camillo traduziu duas vezes este texto do cavalheiro de Oliveira. No *Judeu* (1.º vol.) e nas *Noites de insomnia* (n.º 5). A titulo de curiosidade litteraria, transcreveremos tambem a versão que deu nas *Noites de insomnia*:

«Vi o proprio monarcha arrastar duros grilhões, e longo tempo captivo da astucia ou do magismo de Margarida do Monte. Quantas desordens, quantos desterros e mortes causados por intrigas d'aquella mulher! Morreu enclausurada no mosteiro da Rosa, como freira da ordem de S. Domingos. Este pae, que lhe foi imposto á força, não lhe inculciu mais juizo. Induziu ella um galã a visital-a na cella. Fez-lhe a vontade o desgraçado; foi preso lá dentro, e pouco depois enforcado».

lheiro de Oliveira. Mas da individualidade de Garcia de Moura Telles não achamos vestígio. E comtudo essa investigação foi a parte mais trabalhosa, postoque infructifera, d'este livro.

Não ha duvida que Luiz Pereira de Barros¹ teve uma filha, D. Francisca Pereira Telles, que casou com Placido Castanheda de Moura.²

Mas de que procreassem um filho chamado Garcia de Moura Telles, não descobri noticia manuscrita ou impressa.

Diogo Rangel de Macedo, auctor de uma genealogia inédita que pertenceu á casa Pombal,³ diz referindo-se ao pae do supposto Garcia: Que Placido de Castanheda de Moura succedeu na casa, commendas e alcaidaria-mór de seu pae (João de Castanheda de Moura), tendo, além d'estas, a de S. João do Pinheiro e o officio de contador-mór, que houve em dote com sua mulher. Foi capitão de cavallos no tempo de D. Affonso VI e seu valido. Casou com D. Francisca Pereira Telles, filha de Luiz Pereira de Barros, contador-mór do reino, e commendador de S. João do Pinheiro, e de D. Maria Telles, filha de —. Do casamento de Placido de Castanheda de

¹ *Historia Genealogica*, vol. VII, pag. 154.

² *Gabinete Historico*, vol. IX, pag. 297.

³ Collecção Pombal, codicé 353, pag. 10:715. Bibliotheca Nacional.

Moura com D. Francisca Pereira Telles nasceram, segundo Rangel, dois filhos, Luiz Manuel de Castanheda e Moura e Victorino Telles, arcediago da terceira cadeira na Sé de Lisboa. Não falla em Garcia de Moura Telles.

É certo que os linhagistas supprimiam ás vezes as indicações biographicas relativas a pessoas, pelas quaes viera deshonra a certas familias illustres. Mas Garcia de Moura Telles nem sequer apparece, simplesmente nomeado, em genealogias inéditas.

Procurei a sentença que condemnou Garcia de Moura Telles, na hypothese d'elle ter sido effectivamente o *carvoeiro da Rosa*, na Bibliotheca Nacional, na Torre do Tombo e no Archivo da Relação de Lisboa, mas não me foi possivel encontral-a.

Camillo Castello Branco já não tem vida, infelizmente, para dizer se o personagem é imaginario ou real.

O que elle deixou dito nas *Noites de insomnia*, onde, sob um ponto de vista mais rigorosamente historico, não nomeia o *carvoeiro da Rosa*, é que o encarregado da prisão foi o desembargador Marques Bacalhau, «homem de cruas entranhas, chamado sempre a funcionar nos dramas que terminavam pela catastrophe da força».

Tambem ahi reproduz «umas insipidas quadras de queixume de Margarida do Monte contra o desembargador aguazil do *carvoeiro*».

São estas:

Oh! descahido te vejam
 Estes olhos peccadores:
 Arrastado e perseguido
 Já que perco os meus amores.

Todas nós, as freiras juntas
 Te havemos de praguejar
 Pois por caber com el-rei
 Nos vaes desacreditar!

Justiça de Deus te caia,
 E com todo o seu poder;
 Na bôcca de um bacamarte
 Te vejamos padecer.

Homem, deixa-nos viver,
 Não sejas tão turbulento;
 Deixa divertir *as tristes*
 Que não sahem do convento.

Muito tristes! No seculo de D. João V não havia convento de freiras onde a vida não fosse aligeirada pelos prazeres do amor.

O convento da Rosa teve tradições de galanteria freiratica. Ali esteve uma freira, de sobrenome Gloria, a quem o mundanissimo frei Pedro de Sá, que D. João V nomeou prégador regio, arrastou a aza com escandalosa publicidade, e que o abandonou para se deixar requestar pelo morgado de Oliveira.

Na bibliotheca de Evora existe uma carta de frei Lucas (de Santa Catharina certamente) a frei Pedro de Sá, «em que lhe dá os pesames na quebra de uma freira do convento da Rosa, chamada Fulana da Gloria, a qual o deixou pelo morgado de Oliveira». ¹

A noticia espalhou-se pelos outros conventos de Lisboa, e as communidades não perderam occasião de beliscar a vaidade offendida do desbragado frei Pedro. As freiras de Calvario ou alguem por ellas epistolaram-n'ó sobre a «deixação que d'elle fez a sua freira do convento da Rosa». ²

Conheço outras allusões á catastrophe que victimou o peralvilho disfarçado em carvoeiro.

De Thomaz Pinto Brandão achei as seguintes deci-

¹ Codice $\frac{CXIV}{1-13}$ fol. 152. Codice $\frac{CXIV}{4-14}$ fol. 235, v.

Este morgado de Oliveira, João Pedro de Saldanha, foi casado com D. Ignez Antonia da Silva, que cantava muito bem, prenda que lhe celebrou n'um soneto Thomaz Pinto Brandão. (*Verdades pobres*, ms. da Ajuda. Muitas das composições comprehendidas n'este ms. andam estampadas no *Pinto renascido, empennado e desempennado*). Uma filha do morgado de Oliveira esteve para casar com o filho de D. Luiz de Portugal, mas, já tratado o casamento, fugiu o noivo, facto que vem noticiado no jornal manuscrito, existente na Bibliotheca Nacional, *Mercurio historico*, n.º 44, de 2 de novembro de 1743.

¹ Bibliotheca de Evora, codice $\frac{CX}{1-1}$.

mas, que parece terem sido inscriptas no proprio dia do escandalo. A referencia é transparente:

Que caro custe é razão
 (se é tal das freiras o ardor)
 que o fogo do seu amor
 accendam já com carvão:
 Uma que hoje mais vasão
 quiz dar ao seu fogareiro,
 abanando um dia inteiro,
 tanto em fumo se afogou,
 que nem o amor salvou
 com a fé do *carvoeiro*.

Bem podera este tyranno
 forjar mais limpa cautela ;
 mas como um a Venus bella
 foi em fórma de Vulcano :
 Outros de diff'rente panno
 e de forças mais internas,
 merecerão mais fraternas
 por entrarem nos mosteiros
 tambem como *carvoeiros*
 sujos, com sacco, e em pernas.

No mar das freiras é praga,
 isto que avaliam trutas,
 que nunca as bragas enxutas
 se colhem, sem outra braga:

por mais carretos que traga,
 ou por mais fórmãs que tome,
 todo aquelle que com fome
 no tal golfo se metter
 a pescar peixe e mulher,
 ha de achar *bacalhau* hóme.

Tudo, mais tarde ou mais cedo,
 sempre no mundo se sabe;
 e no segredo, só sabe
 o que ha melhor no segredo:
carvoeiros, tenham medo;
 e se ha algum inda agora,
 gaste o seu carvão cá fora,
 que no feminino povo,
 leve o seu cruzado novo,
 vase o sacco, e vá-se embora.¹

Mas ha mais allusões ainda. E de todas resulta a confirmação da noticia, dada por Camillo, sobre a inge-
 rencia do desembargador Bacalhau no ruidoso caso do
 convento da Rosa:

Porque das *Rosas* o amor
 accendia um *carvoeiro*,
 apagam-lhe tal ardor;

¹Mss. *Collecção de versos antigos que se acharam no cartorio da
 Academia Real das Sciencias de Lisboa.*

ambos com egual valor
 e tambem com egual magua
 entraram na ardente fragua
 a seu pesar e a seu rogo,
 este por meio do fogo,
 aquelle debaixo d'agua.
 Mas que importa tal desvello
 por uma carne tão cara,
 que logo em *bacalhau* para
 e por força hão de cosel-o?
 Freiraticos de mau zelo,
 e de mais gala e mais brio,
 tende a tal carne fastio,
 que já agora, bom ao mau,
 sempre ha de haver *bacalhau*,
 uma vez que entrou no rio.

Não foi esta a unica vez que D. João V teve ciumes, e se julgou offendido pela concorrência de um vassallo á mulher amada. Citaremos opportunamente outro exemplo. Mas foi esta a primeira vez que o rei, seguindo a tradição de seu pae e de seu tio, amou zelosamente uma mulher que não tinha appellido de familia e que emergira do lodo da bohemia interesseira e gananciosa até á evidencia social.

Seu pae, D. Pedro II, tivera por amante uma rameira, que não era nova nem formosa, e que durante cinco annos andára por acampamentos atrellada ao conde

de Schomberg, o qual, por fim, se cansou de a aturar. Veio ella para Lisboa, sendo geralmente conhecida pela *Schomberg*, e abriu bordel publico. Ahi certamente a viu D. Pedro II, que não se dedignava de entrar em casas mal frequentadas e de tratar com mulheres que ás vezes lhe pagavam pathologicamente a honra que elle lhes fazia. O principe viu a Schomberg, gostou d'ella, poz-lhe casa e, já depois de regente, algumas vezes a recebeu no Paço como sua amante. Tambem houve *carvoeiro* no caso. A victima dos ciumes do principe foi Salvador Correa de Sá, uma creança de vinte annos, filho de Salvador Correa de Sá e Benevides, e estudante bem qualificado em Coimbra. Recebeu trez tiros, que o mataram. A Schomberg não valia tanto; mas D. Pedro II zelava-a.¹

D. Affonso VI recebeu em segunda mão a *Calcanhares*; foi o secretario da guerra, Francisco Pereira da Cunha, que a largou quando ella apenas tinha quatorze annos. Tambem proviera de baixa estofa, mas a formosura compensava-lhe a reles origem. Era, como todas as amantes de D. Affonso VI, simplesmente honoraria. Mas o rei porfiava em estadeal-a como effectiva. «Chegou-se o tempo de fazer a cidade de Lisboa festa a santo Antonio com os costumados touros; e aos primeiros, que fôram a 23 de agosto de 667, assistiram

¹ *Anti-catastrophe*, pag. 366.

suas magestades e sua alteza. Acabado o dia soube a rainha que em uma janella do Paço estivera vendo a festa uma mulher, conhecida tanto pelo nome, como pela vida, celebrada pelo alcunho de *Calcanhares*, sustentada para feitiço de sua magestade». ¹ D. Affonso VI teve zelos da *Calcanhares*, como seu irmão tivera da Schomberg. A *Catastrophe de Portugal* diz: «mandou tirar a vida a quem lhe deu occasião ao ciuime». ² O facto deve ser verdadeiro, porque a *Anti-catastrophe*, escripta por um parcial do rei, e corrobora, posto procure attenual-o: «Dizerem que el-rei mandou matar alguns homens pelo respeito da dama, é falso; é certo que mandou acutilar alguns, e que das cutiladas succedeu morrerem...» ³ Leva as mesmas voltas. O rei não mandou matar os seus rivaes; mas ordenou que os acutilassem, e elles morreram das cutiladas.

Não achei noticia das sommas que a Margarida do Monte custaria a D. João V. Mas ao rei todas as mulheres ficavam caras. As mais baratas eram aquellas a quem costumava pagar com moedas de duas effigies, especialmente cunhadas para esse fim galante. ⁴ As ci-

¹ *Monstruosidades do tempo e da fortuna*, pag. 11.

² Pag. 112.

³ Pag. 366.

⁴ Mss. da Bibliotheca Nacional: «Mandava o mesmo Senhor fazer dinheiro todo de caras para pagar ás femeas».

ganas, segundo o testemunho competentissimo do cavalheiro de Oliveira, possuem a arte de arruinar os seus apaixonados. Ora D. João V estava namorado da Margarida do Monte, e dispunha das riquezas do Brazil, que tão loucamente dissipou. Não houve rei que tivesse mais diamantes nem mais crédores.

Soror Paula possuia em Odivellas os deslumbrantes aposentos que conhecemos. Os da Margarida do Monte no convento da Rosa deviam ter sido tambem esplendurosos. Mas algumas freiras havia a quem eram cercados os rendimentos para serem applicados aos desperdicios de outras. As de Santa Monica sahiram de cruz alçada em setembro de 1721 e dirigiram-se ao Terreiro do Paço para solicitar de D. João V a restituição dos seus dotes. O secretario de estado, embarcando-lhes a entrada no Paço, prometteu que o rei as attenderia. O *Camões do Rocío* metteu o caso á galhofa, mas das suas facecias depreheende-se uma coisa pungente: que as freiras tinham fome. Diz elle:

as Monicas do convento
fôram em communiidade
a pedir á Magestade
a ração que lhes faltou etc.

Se se tratasse das bernardas de Odivellas, poder-se-hia suspeitar que era metaphorica a expressão; mas as

monicas tinham realmente fome e Santo Agostinho não se mostrava disposto a alimentar milagrosamente as suas madres com o cheiro das flôres da cêrca.

As freiras de Odivellas tambem se revoltaram uma vez, mas não foi porque estivessem carecidas de pão; sobejavam-lhes na ucharia as virtualhas.

Não quizeram receber, por espirito de santidade impeccavel, ainda hoje tradicional na chronica d'aquelle convento, uma freira que, depois de penitenciada pela inquisição como suspeita de christã nova, fôra devolvida a Odivellas.

Ahi as bernardas eram intransigentes em pureza de costumes... como sabemos. De modo que para repelli-rem o contacto de uma collega menos pura de sangue hebraico, resolveram as bernardas... *fazer bernarda*.¹ Sahiram de cruz alçada, pela estrada de Lisboa, com destino ao Paço. No caminho a condessa do Rio Grande, D. Antonia Maria Francisca Barreto de Sá, convidou-as a descansar no seu palacio. Já iam decerto molestados os mimosos pés das bernardas, habituados ao tapete das cellas. Aceitaram. Mas como ao rei constasse a revolta, e tivesse mandado cavallaria para intimidar as freiras, ellas resolveram assentar arraial no palacio

¹ Talvez d'este facto proviesse a locução, que se tornaria proverbial pela desordem permanente e tolerada em que viviam as bernardas, graças aos exemplos de Odivellas.

da condessa. Presumo que isto seria pouco mais ou menos quando o conde se estava batendo no cabo Matapan com os turcos em serviço de D. João V e da Santa Madre Egreja. ¹

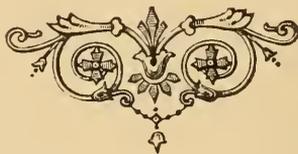
E não deixa de ser curioso que a condessa estivesse rodeiada de um exercito de mulheres quando justamente o conde estava rodeiado de um exercito de homens. Motivo de uma e outra guerra: a religião. Ellas contra o judaismo; elles contra o mahometismo.

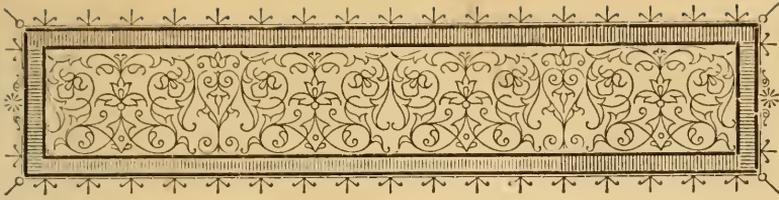
Soou a nova do entrincheiramento das freiras. Deu azo á troça. O rei, indignado com a rebellião do seu serralho, mandou sargentos e quadrilheiros da policia para subjugar as freiras. Ellas resistiram, metralharam os sitiantes com tudo quanto poderam haver á mão. Por fim, foi preciso assaltar o palacio, prender as bernardas, que fôram reconduzidas a Odivellas. . . em coches da casa real.

¹Sobre a batalha de Matapan ha na Bibliotheca Nacional uma interessante memoria manuscripta, do capitão Lourenço Justiniano Ribeiro Soares, extractada pelo dr. Ribeiro Guimarães no 1.º vol. do *Summario de varia historia*. Tambem ultimamente foi vendido no leilão de uma livraria particular um *Diario da jornada, que com o favor de Deus fizemos na armada que el-rei D. João o 5.º mandou de soccorro ao pontifice Clemente undecimo*, manuscripto, autographo e inédito, do padre Pedro Morler, capellão da nau *Santo Antonio de Lisboa*.

Que de risadas crystallinas não retiniriam á noite
n'aquella santa jaula de Odivellas, que D. Diniz fun-
dou, diz a lenda, por se ter visto livre de uma fera!

Que tempo! que tempo aquelle!





VII

A FLOR DA MURTA

DONA Luiza Clara de Portugal era filha de D. Maria Magdalena de Portugal, administradora da commenda de Fronteira da ordem de Aviz, e de D. Bernardo de Vasconcellos, filho segundo da casa Castello-Melhor e governador da Torre do Outão em Setubal.

Foi conhecida, no rol das amantes de D. João V, pela designação popular de *Flor da murta*. As amantes dos reis tinham ordinariamente alcunhas galantes ou ironicas. Refere Ximenez de Sandoval que D. Leonor Telles, a adúltera coroadada, era conhecida pelo cognome de *Flor de altura*.

Conta-se que D. João V, vendo uma vez D. Luiza Clara vestida de branco e verde, lhe dissera por galanteria que parecia a flor da murta.

O dito divulgou-se, e fixou-se como alcunha.

Flor da murta,
Raminho de freixo,
Deixar de amar-te,
É que eu te não deixo.

Esta quadra popular, se não foi inspirada pelos amores do rei com D. Luiza Clara, pode contudo ser-lhes applicada.

O actual marquez de Vallada possui o retrato d'esta dama, em verdade formosissima: olhos azues, bocca e nariz esculpturalmente correctos, faces rosadas e mi-mosas.

Tem vestido azul claro, com profundo decote. O penteado alto, como era moda do tempo. Sobre a *trouxa* dos cabellos, uma pluma branca e preta. Pendem ao pescoço elegante duas madeixas anneladas.

D. João V, já depois dos quarenta annos, enamorou-se da bella dama, que tinha então vinte e sete ou vinte e oito,¹ e zelou-a como um Othello. Sem embargo, parece

¹ Sousa diz na *Hist. Gen.* que D. Luiza nasceu a 11 de agosto de 1704 (tom. ix, pag. 241), mas nas *Memorias hist. e gen.* pag. 355 rectifica o anno, dizendo 1703.

que mesmo na ante-camara da *Flor da murta* o rei frascario ia cultivando alguma das criadas da fidalga que intervinham como proxenetas n'esses amores adúlteros, começados no Paço, onde D. Luiza Clara era dama.

Conta o manuscripto da Bibliotheca Nacional:

«Havendo duvidas em Roma entre o embaixador conde das Galveas, Alexandre de Gusmão, e um jesuita, todos trez encarregados dos negocios da Patriarchal,¹ e procurando Elle (o rei) achar um homem habil, que lá fosse saber qual d'elles teria razão, e ao mesmo tempo tendo um sapateiro seu, que Elle achava habil para tudo (*talvez por ser irmão de uma moça de que Elle gostava, criada da sua amiga a excellentissima Flor da Murta*), o mandou chamar e enviou a Roma encarregado d'aquella negociação, que tão bem a fez, como d'elle se podia esperar».

¹Novamente observaremos que o manuscripto da Bibliotheca Nacional, comquanto refira factos na sua maior parte comprovados, não é seguro em datas. O auctor, escrevendo talvez em 1807, baralhava a chronologia. Os negocios relativos á Patriarchal estavam concluidos em 1717, como se vê pelo alvará de 15 de janeiro d'esse anno. D. Luiza contava então apenas 14 annos. O rei poderia ter tido a creancice de amar uma creança, mas a filha, que a *Flor da murta* lhe deu, nasceu em 1731, o que mostra que o galanteio começou muitos annos depois de instituida a Patriarchal.

D. Luiza Clara de Portugal casou com D. Jorge Francisco de Menezes.

Na *Gazeta de Lisboa Occidental*, n.º 52, de quinta feira 28 de dezembro de 1719, pag. 416, lê-se esta noticia, que faz lembrar os registos diarios do que hoje chamamos *High-life* ou *Carnet mondain*:

«A 19 se declarou o casamento de D. Jorge de Menezes, com a sr.^a D. Luiza Clara de Portugal, dama da Rainha N. Senhora, e filha de Bernardo de Vasconcellos e Sousa».

D. Jorge Francisco de Menezes era possuidor de varias commendas e senhor da Badoeira no Algarve.

A fidalga dera-lhe trez filhos: D. Antonio de Menezes, que nasceu a 6 de maio de 1723, D. Bernardo de Menezes, que nasceu a 1 de outubro de 1726 e D. José de Menezes, que nasceu a 11 de agosto de 1728.¹

Os amores de D. João V com a *Flor da murta* devem ter começado entre 1729 e 1730, porque a 22 de maio de 1731 nascia de D. Luiza uma menina, filha do rei. Chamou-se D. Maria Rita de Portugal.

Em Braga ainda hoje voga a tradição de que D. Luiza Clara foi a mãe do arcebispo D. Gaspar. Já adduzi as razões que me levam a crer o contrario. Mas notarei agora que D. Antonio Caetano de Sousa citando D. Ma-

¹ *Hist. Gen.*, tom. xi, pag. 420. *Mem. hist. e gen. dos grandes de Portugal*, pag. 355.

ria Rita de Portugal, que a *Flor da murta* houve do rei, embora elle o não diga, não falla de D. Gaspar, que estaria em circumstancias identicas.

O marido atraído não transigiu com o escandalo. Retirou-se para a sua quinta da Terrugem, junto a Paço de Arcos,¹ e lá morreu, sem voltar á côrte, cinco annos depois, a 24 de setembro de 1736.²

Antonio Caetano de Sousa que escrevia no tempo de D. João V, dá D. Maria Rita de Portugal como sendo filha legitima de D. Jorge de Menezes e D. Luiza Clara, conformemente ao direito romano, que prescreve — *Pater is est quem justæ nuptiæ demonstrant* — accrescentando apenas que foi recolhida no mosteiro de Santos de Lisboa.

Não valeu ao erudito academico o recato palaciano com que se houve; a posteridade descobriu o mysterio.

D. Jorge de Menezes, abandonando o seu magnifico palacio da rua de S. Bento,³ protestou, *ipso facto*, contra a filha, e o direito romano.

¹ Camillo Castello Branco diz quinta da Ferrugem, no *Perfil do marquez de Pombal*, pag. 180. É equivoco que importa corrigir.

² Tambem diz que D. Jorge de Menezes falleceu em 1735. Mas D. Antonio Caetano de Sousa, nas *Memorias*, menciona a data precisa, que trasladamos.

³ O palacio tomou tambem a denominação de *Flor da murta*, graças á galante alcunha de D. Luiza Clara de Portugal. Mais ainda. A denominação do palacio estendeu-se á rua em que estava si-

O rei, quando praticava um duplo adulterio, seguia um direito que não era romano, nem portuguez: era seu. Com os adulterios de que não tinha responsabilidade, mostrava-se inflexivel juiz. Ahi vae um exemplo.

O mordomo-mór, D. João de Mascarenhas, quarto marquez de Gouveia, namorado como o pae, fugiu no inverno de 1724 com D. Maria da Penha de França, mulher de seu primo-irmão D. Lourenço de Almada. As tolices por mulheres eram frequentes na familia dos Mascarenhas.

Foi no Paço que estes amores começaram.

O infeliz marido, a quem a infiel consorte deixára uma filhinha de um anno, vestiu-se de luto, quando a mulher lhe fugiu.

D. João V quiz punir o delicto, e sobrava-lhe auctoridade para o fazer. Mandou um esquadrão na pista dos fugitivos, e expediu pedido de captura para a côrte de Madrid.

O marquez de Gouveia e D. Maria pararam em Tuy, onde o bispo, por ordem recebida da côrte, os mandou prender. D. Maria foi enclausurada n'um convento; ¹ o

tuado. A rua da *Flor da murta* começava á esquina da rua do Poço dos Negros e acabava nas esquinas da rua dos Poyaes de S. Bento e calçada da Estrella. Pelo edital de 1 de setembro de 1859 foi mandada encorporar na rua de S. Bento.

¹ O *Camões do Rocío* cantou a reclusão de D. Maria da Penha de França, n'um soneto em que lhe chama *bella criminosa*.

marquez poude fugir por Hespanha dentro e, mais tarde, por maior segurança, passou-se a Inglaterra.

Vem a molde dizer que a filha de D. Maria da Penha de França tambem teve uma vida tristemente romanesca. Um tio, D. Antão de Almada, apaixonou-se por ella; mas a menina, como era natural, preferia ao tio um primo. Chamava-se elle D. Luiz Francisco de Assis Sanches de Baena, e era capitão de cavallos. Por se furtar á perseguição amorosa do tio, resolveu D. Violante fugir com o primo. Casaram em Zamora, mas fôram presos, por ordem regia, a requerimento de D. Antão. D. Violante esteve alguns annos reclusa em Marvilla. O tio annullou-lhe o casamento, e conseguiu desposal-a. Dedicado tio! D. Luiz foi banido do reino, e desnaturalizado.¹

Mas voltêmos á filha do rei e da *Flor da murta*.

Consta que a freira de Santos se desvanecia da sua origem real, pois que costumava trazer pendente do pescoço uma peça de 6\$400, e, dando a mostrar a effigie de D. João V, vangloriava-se de parecer-se com o monarcha.

D. Maria Rita de Portugal teve sepultura na igreja da Madre de Deus: coval n.º 4.

Não foi o rei o unico possuidor do coração da formosa *Flor da murta*.

¹ *Noites de insomnia*, por C. Castello Branco, vols. III e IV.

Tambem o primeiro duque de Lafões gosou essa felicidade.

Chamava-se D. Pedro Henriques de Bragança Sousa Tavares Mascarenhas da Silva, e succedêra a seu pae, o infante D. Miguel, filho legitimado do rei D. Pedro II e da franceza Anna Armanda Duverger, filha d'aquella Catharina Duverger, que viera para Portugal com a rainha D. Maria Francisca. Camillo Castello Branco suppõe erradamente que o arcebispo de Braga D. José de Bragança tambem fôra filho de D. Pedro II e da Duverger. ¹

D. Pedro Henriques de Bragança nascêra a 19 de janeiro de 1718; foi baptisado no palacio de seu pae pelo patriarcha de Lisboa D. Thomaz de Almeida, sendo padrinho seu tio D. João V.

Foi amador e compositor de musica.

Exerceu o cargo de regedor das justiças da casa da supplicação e morreu, na sua quinta de Alpriate, a 26 de junho de 1761.

¹ Camillo diz em nota ao 1.º volume da *Caveira da martyr* que o arcebispo D. José de Bragança era filho da Duverger. No *Perfil do marquez de Pombal* (pag. 180) dá outro nome á mãe do arcebispo, designa-a por D. Francisca Clara da Silva. Como mostraremos pelo testamento do duque de Lafões, esta D. Francisca é que foi a mãe de D. José de Bragança. Mas não era preciso o nosso testemunho, pois que Caetano de Sousa diz na *Hist. Gen.* (tom. VIII, pag. 515) que D. Pedro II houve este filho em *uma mulher limpa*, que se chamou D. Francisca Clara da Silva.

Até aqui as informações biographicas de frei Claudio da Conceição no *Gabinete Historico*.¹

D. Pedro Henriques enamorou-se da *Flor da murta* depois do rei.

D. João V, sabendo do galanteio de seu sobrinho e afilhado com D. Luiza Clara, irritou-se profundamente.

Resolveu tirar uma vingança cruel, uma vingança propria da idade-média.

Quiz punil-o pela castração. Foi a primeira idéa que lhe acudiu na explosão dos seus zelos tardios. Chegou a estar tudo preparado para essa mutilação horrorosa e ridicula que, como diz Pinheiro Chagas a respeito de Abélard, transforma um homem em eunuco.

Camillo Castello Branco chama a D. João V o *sultão do occidente*. Pois o rei, na sua qualidade de sultão, quiz tirar uma desforra digna dos seus collegas bysantinos.

Conta-se que um d'estes sultões orientaes, sabendo que um dos seus eunucos o enganára para ser admitido no serralho, ordenou que o decapitassem. E receiando que o eunuco fosse realmente o pae das quarenta creanças que o sultão presumia haver procreado, mandou degolar as creanças e as mães, por causa das duvidas. Ao todo uma carnificina de oitenta e uma pessoas.

¹ Tomo VII.

D. João V não ia tão longe, porque a sua qualidade de sultão do occidente não obrigava a tanto, mas resolveu fazer do duque de Lafões um Abélard. E de mais a mais tinha um exemplo de casa: D. Pedro I fizera o mesmo a Affonso Madeira.

O pobre duque chamava afflictissimo pelo Senhor dos Passos, sua especial devoção, que casualmente ali estava representado em imagem. E, caso milagroso foi esse, o Senhor dos Passos acudiu-lhe na pessoa de Frei Gaspar da Encarnação, que no seculo se chamára D. Gaspar de Moscoso e Silva, o dilecto amigo do rei, que acabára por o fazer seu ministro.

Frei Gaspar era filho dos condes de Santa Cruz, terceiro neto do duque de Aveiro D. Alvaro. Tinha mais quatro annos do que o rei. Aos trinta, quando já era reitor da Universidade e deão da Sé metropolitana de Lisboa, resolveu, diz-se que por influencia do missionario frei Paulo de Santa Thereza, tomar o habito de franciscano. Retirou-se ao convento do Varatojo. A sua resolução causou profunda sensação na côrte. Uns o quizeram imitar; outros pretenderam dissuadil-o. Não conseguiram.

Aos quatro mezes de noviço foi D. João V visital-o ao Varatojo, tanto lhe queria. E tambem assistiu á profissão de frei Gaspar, acompanhado pelo infante D. Antonio e pelo cardeal da Cunha, inquisidor geral.

Por essa occasião D. João V demorou-se no Varatojo

assistindo de dia e de noite aos actos da communi-
dade.

A educação do rei, melhor diríamos talvez a educação propria d'aquelle tempo, era um mixto abstruso de mundanidades e beaterios. D. João V entrára no mundo pela porta de uma devoção que excluía a piedade. Aos onze annos, estando doente com bexigas, fez voto de mandar edificar o mosteiro do Lourçal, que tivera principio no recolhimento fundado pela veneravel Maria do Lado. Era que o padre confessor Francisco da Cruz tinha dado ao pequeno principe uma beberagem em que fôra lançada terra da sepultura d'aquella religiosa. Attribuiu-se a cura a milagre, e desde essa hora entrou certamente D. João V na crença de que tudo se conseguia n'este mundo remunerando condignamente as concessões do céo. Tinha razão para o crêr, pois que tudo obtivera de Roma á custa de dinheiro. Era Roma que lhe dava o exemplo. Não admira pois que com actos devotos pensasse poder resgatar todos os peccados e escandalos que praticava.

O facto de frei Gaspar ter entrado no Varatojo chamou a attenção do rei para este convento. Foi ali algumas vezes, disfarçado, visitar o frade, dando mostras de grande humildade, mas, sahindo do convento, julgava-se sufficientemente purificado para continuar a sua vida mundana.

Frei Gaspar abandonou a claustra a instancias de D.

João V para reformar a congregação dos conegos regulares de Santo Agostinho, e constituiu-se em torno d'elle, que se apoiava no rei, uma quadrupla muralha de beatas, de frades, de parentella e de pretendentes. Era um potentado, com um pé na egreja, outro no throno.

Contarei um lance da sua biographia, que está inédito.

Havia em Lisboa uma rapariga, Clara de Jesus Sacramento, filha de Francisco Soares Lobo e de Maria dos Santos. Nascêra em 1699. Era uma tafula: «as louçanias do trajo faziam a moça fallada no circulo dos seus conhecimentos». Fez-se mundana. Vieram prégar a Lisboa uns frades do Varatojo, que poisáram em casa de um parente de Clara. Segundo a garridice do tempo, mostrou-se impressionada com a prêdica. Confessou-se a um dos varatojanos, que a exorcismou. Mas os exorcismos levantaram celeuma contra a moça e contra o frade. Procurou e achou outro padre; tambem teve porém que o abandonar, certamente porque a fallacia os abocanhava a ambos. N'este meio tempo morreram-lhe os paes. Clara voltou, soltas as velas, á vida mundana. Mas um novo sermão fal-a estremecer de horror pelos seus peccados. Beatifica-se, tem visões e allucinações mysticas. Não quer comer. É um dos mais completos exemplares de hysticismo, de que as chronicas conseravam memoria.

«Ou por natural effeito da sua tão penada vida ou

por força da perseguição diabolica; ou por tudo junto, enviou-lhe o Senhor uma doença perigosissima, em que por vezes esteve delirante, e soffreu repetidos causticos, e sarjas. Ajuntava-se um fastio tão invencivel, que nenhuma sorte de alimento solido, ou liquido, podia receber; e só por se livrar de que lhe fallassem em comer, dizia, que só comeria, se lh'o fosse dar o Padre Fr. Gaspar da Encarnação: desproposito, que só como delirio achava desculpa, parecendo incrível que este religioso tão auctorizado até por seu nascimento, e mais sendo tão valido d'El-rei, houvesse de ir á pobre casinha de Clara ministrar-lhe a comida. Veio o Padre Fr. Afonso (dos Prazeres; benedictino) fazer uma visita á sua dirigida enferma; e sabendo d'este despropositado fastio, quando foi depois vêr aquelle Padre, que lhe perguntou pela beata, a quem já conhecia, lhe contou a despropositada proposta, sem pensar o que resultaria. Mas viu que esteve para logo prompto a esse acto de tanta charidade, e humilhação: foram ambos á casa da enferma, e varias outras vezes foram, e ella comeu, e entrou em allivios. O dito Padre contou a El-rei o que com ella lhe succedia; e como já o soberano tinha d'ella algumas noticias pelo mesmo Padre, ordenou a este, que visse se quereria ella ser freira, que sua magestade lhe mandaria para isso dar tudo o necessario». ¹

¹ Mss. da Torre do Tombo. *Memorias historicas do real convento*

Com a protecção de frei Gaspar e de D. João V, entrou Clara no convento de Jesus em Setubal aos 6 de outubro de 1724. Tinha vinte e cinco annos. Mas n'aquelle tempo os conventos eram viveiros de quejandas hystericas, a maior parte das quaes morreram em cheiro de santidade. Nós bem sabemos como aquillo era.

O rei e frei Gaspar entendiam-se muito bem, n'estes e outros assumptos. D. João V acabou por o fazer seu ministro. Diz Pinheiro Chagas: «Foi este homem, completamente leigo em negocios politicos, o que D. João V entendeu que devia collocar á testa da administração portugueza». ¹ A amizade do rei e de frei Gaspar prolongou-se pela eternidade dentro. ²

As satyras do tempo não pouparam o frade politico

de Jesus de Setubal, por soror Anna Maria do Amor Divino. Tom. III, parag. 217.

¹ *Historia de Portugal*, vol. 7.º, 1.ª edição.

² O dr. Nicolau Francisco da Silva compoz um soneto, cujo titulo diz: *Sepulta-se o cadaver do reverendissimo padre fr. Gaspar da Encarnação, reformador, que foi da exemplarissima congregação dos conegos regulares de S. Agostinho, junto do coração do senhor rei D. João V., de quem foi particular valido. Papeis varios*, da Academia, vol. 18, n.º 45. Frei Gaspar foi effectivamente sepultado em S. Vicente de Fóra, na capella da Senhora da Encarnação. Ha, que eu saiba, trez retratos seus: um, pertence a seu sobrinho o sr. marquez de Vallada, outro está na Universidade de Coimbra, e o terceiro no Varatojo.

em si e na sua familia, que recebeu grandes beneficios da corôa. O irmão mais velho, D. Martinho de Mascarenhas, terceiro marquez de Gouveia, foi mordomo-mór de D. João V. Por isso a mordacidade da critica abrangia nos seus epigrammas os dois poderosos irmãos :

Quem destruir-nos idéa? — *Gouveia*.

Quem merece a inquisição? — *Gusmão*.

Quem o deve acompanhar? — *Gaspar*.

Pois, meu rei, acautelar!

Olho aberto, e vêde bem,

Que no reino não convém

Gouveia, Gusmão, Gaspar.

Frei Gaspar da Encarnação, cuja extensa biographia o leitor pode encontrar na *Historia do real convento e seminario de Varatojo*,¹ foi quem valeu ao pobre duque de Lafões no momento cruel em que tudo estava apparelhado para a tortura.

Entrando casualmente n'essa occasião, e inteirando-se rapidamente do que ia passar-se ali, voltou-se para o rei exclamando no tom de auctoridade que o seu valimento justificava :

— Não queira metter-se vossa magestade no inferno!

O inferno! Esta palavra assustou o rei, que devia te-

¹ Tomo II, pag. 189.

mer-se do inferno, pois que só lá poderia chegar depois de morto, o que o impossibilitava de resgatar-se a peso de ouro.

A *Flor da murta* deu uma filha ao duque de Lafões. Foi D. Anna de Bragança. A pobre menina, innocente da culpa de seus paes, pode dizer-se que não passou pelo mundo. Foi educada em casa de Feliciano José da Cunha, e ali se conservou obscuramente até á morte do duque, que falleceu celibatario. O pae, por uma declaração particular, que logo conheceremos, deixou-lhe cinco mil cruzados de dote e trezentos mil réis de tença annual, ordenando que a recolhessem n'um mosteiro. Assim se fez. D. Anna entrou no convento da Encarnação, e mais tarde foi transferida para o palacio da quinta do Grillo, onde teve aposentos reservados. A côrte, em que tantos bastardos floresceram, apenas a conheceu nominalmente. A bisneta de D. Pedro II não teve nunca um momento de evidencia social.

O duque de Lafões, malquistado com D. João V, entrou-se de profundo desgosto, chegando a declinar a administração da casa em sua irmã D. Joanna Perpetua de Bragança, casada com D. Luiz de Castro, quarto Marquez de Cascaes.

O rei, maguado, não prejudicou os haveres do duque, como veremos, mas, durante annos, não o augmentou em honras. Só em 1749, quando já uma doença mortal o devorava, abrandou o seu resentimento e o quiz,

por escrupulo, indemnizar, nomeando-o regedor das justiças da casa da supplicação. Foi a rainha, então regente, que assignou o diploma. D. João V queria reconciliar-se com os seus inimigos.

O testamento do duque de Lafões está em poder do sr. marquez de Vallada, que nos permittiu extrahir uma copia. Vamos reproduzil-o textualmente sublinhando desde logo as passagens que requerem annotação. Este documento tem entrelinhas para os que conhecem a historia amorosa do duque.

«Instituo por meu universal herdeiro e testamenteiro a meu irmão o Sr. Duque D. João Carlos de Bragança, e nomeio mais por meus testamenteiros ao mesmo meu irmão e a minha irmã a Senhora Duqueza D. Joanna Perpetua de Bragança e a Luiz da Fonseca Ribeiro e nomeio os meus prazos nas vidas em que se acham e no direito de pedir a renovação no mesmo meu herdeiro; deixo os rendimentos da quinta de Alpriate e a mesma quinta para viver n'ella a minha irmã a Senhora D. Joanna, e por seu fallecimento passará a quinta a meu irmão ou outro qualquer successor que n'este tempo o fôr da minha casa.

«Em um papel particular que deixo na mão do meu confessor o Padre João Chevalier, assignado por mim quero que valha como parte d'este testamento declaro algumas obrigações particulares as quaes quero que cumpra inteiramente meu testamenteiro e herdeiro.

«Deixo por a minha alma seis mil missas tres mil de esmola de quatrocentos reis cada uma, e as outras tres mil de esmola de dois tostões. Deixo de esmola ao Senhor dos Passos da Graça de quem desejei ser verdadeiro devoto *e na presença de cuja imagem me fez Deus especiaes favores* um resplendor fabricado dos dois metaes, de ouro e prata, o mais precioso que poder executar-se e encarrego a meu herdeiro especialmente este legado e estimarei que o mande. . . fabricar por bom artifice portuguez, fazendo vir um bom desenho de França. *E por ha tempo devia ter feito este presente* e n'esta doença lhe devi especiaes favores deixo que as vidraças na sua capella se façam por minha conta, e além d'isso quatrocentos mil reis para, pela mesa da Irmandade de que sou Provedor se distribuirem por irmãos pobres.

«Deixo aos Padres da Congregação do Oratorio de Nossa Senhora das Necessidades *esta barraca*¹ em que me acho e duzentos mil reis de esmola.

«Recommendo a meu herdeiro conserve a minha fa-

¹ Para onde foi habitar, depois do terremoto. O palacio do duque, em Lisboa, era no Bairro Alto, como se pode vêr do opusculo intitulado *Relaçam do acompanhamento que fez a justiça ao illustrissimo e excellentissimo senhor duque de Lafões, seu meritissimo regedor, de sua preclarissima casa até á egreja do patriarcha S. Domingos na cidade de Lisboa aos 17 de maio de 1750*, por Diogo Braz Ximenes Dardra. Lisboa, na officina de Pedro Ferreira, 1750.

milia o que porem deixo a seu arbitrio e o que precisamente lhe deixo é aos creados que me assistem a minha guarda roupa e a estes mesmos e aos mais creados e creadas graves um anno dos seus ordenados e cinco moedas por uma vez a cada um, aos de outro fôro qualquer o mesmo anno de ordenado e doze mil reis a cada um por uma vez e deixo todos meus escravos e escravas fôrros livres.

«Declaro que quando herdei a minha casa no anno de 1743 por ordem expressa do Senhor Rei D. João V. de gloriosa memoria achei que na minha menoridade se tinham contrahido mais de quatrocentos mil cruzados de dividas que eu averigui por conta que fiz pessoalmente e depois tenho tido fundamento para crer que a divida chegava a quinhentos mil cruzados; tenho pago a maior parte mas porque ainda restam varias porções que não tenho por ora liquidado deixo ao meu herdeiro que averiguando em conferencia com os creadores, e os meus creados antigos satisfaça por mim os em que uns e outros convierem com tal declaração que estas e outras dividas as satisfaça o meu herdeiro a quem deixo tão consideravel herança.

«Devo algumas parcellas a officiaes que tem trabalhado em serviço de minha casa e essas se satisfarão pelos roes jurados pelos mestres dos respectivos officios. Devo a Luiz da Fonseca Ribeiro e a Antonio José da Matta o que elles dirão e a cuja fé me reporto.

«O meu herdeiro continuará a tença com que assisto á Senhora D. Francisca Clara da Silva recolhida actualmente na minha casa de campo de Santa Catharina de Ribamar¹ e o mesmo se continuará a D. Florencia Perigrina Sanches recolhida no Mosteiro de Santa Monica a qual é filha do meu secretario que estimei muito José de Sampaio Sanches.

«Deixo ás Ordens Terceiras de S. Francisco e do Carmo duzentos mil reis de esmola a cada uma para distribuirem pelos Irmãos pobres e ás outras irmandades em que sirvo cem mil reis a cada uma para se distribuirem por irmãos pobres.

«Peço a El-Rei Fidelissimo meu Senhor,² que Deus guarde continue todas as mercês dos bens da Corôa e Ordens na pessoa de meu irmão e seus descendentes; e lhe peço perdão do mal que o tenho servido protestando a seus reaes pés que nunca commetti nem a mais leve imperfeição conhecendo era contra o seu serviço, e lhe beijo ultimamente a mão. Abraço aos Ministros a quem presidi pedindo-lhes perdão de todo o escandalo que lhes desse.

«Concluo o meu testamento rogando a Deus Omnipotente a minha salvação e a sua Mãe a Virgem San-

¹ O mosteiro de Santa Catharina de Ribamar, jazigo da casa Lafões. *Hist. Gen.*, tom. VIII, pag. 502.

² Era já D. José.

etissima ao Anjo da minha guarda ao Sancto do meu nome, ao Senhor S. José, toda a familia sacra, e mais Sanctos da minha devoção que intercedam por mim para que eu consiga a eterna e melhor felicidade na vista do meu Deus. Lisboa 21 de Fevereiro de 1758.
 =D. Pedro Duque de Lafões.=Deixo mais 600\$000 reis de esmola ao Padre João Chevalier, meu confessor que lhe serão logo entregues.=

«E da pressa e brevidade com que me resolvi a fazer este testamento salvo por esta posdata da minha letra as entrelinhas com que está escripto».

(Segue-se o reconhecimento do tabellião, datado do mesmo dia, e a declaração da abertura do testamento assignada pelo padre Manuel José Vieira, cura da freguezia de Nossa Senhora da Assumpção, de Via Longa, com a data de 26 de junho de 1761. A quinta de Alpriate, onde o duque falleceu, ficava comprehendida na freguezia de Via Longa).

O *papel particular*, que estava em poder do padre Chevalier, dizia respeito a disposições reservadas, que prendiam com a vida amorosa do testador.

Essas disposições, que tambem havemos de conhecer, graças ao copioso archivo da casa Vallada, referem-se não só a D. Anna de Portugal, filha da *Flor da murta*, mas tambem a outra senhora, de que o duque fôra pae, e que morreu ignorando que lhe corria nas

veias sangue real. É um romance verdadeiro, que incidentalmente vamos desvelar.

O leitor, ao defrontar-se com o testamento, explicou a si mesmo a verba relativa ao Senhor dos Passos, porque eu tive o cuidado de lhe contar primeiro a historia da projectada castração. Na presença de cuja imagem me fez Deus especiaes favores, diz o duque, e o leitor entendeu-o cabalmente.

A manutenção da tença a D. Francisca Clara da Silva representa talvez um accôrdo celebrado entre o duque e aquella senhora, mãe do arcebispo de Brága D. José, irmão germano do testador, para evitar quaesquer pretenções á herança do duque, visto que elle morria celibatario.

Vamos agora ás declarações de character reservado, que nos vão dar noticia da filha da *Flor da murta* e da outra filha que o duque teve de uma senhora, cujo nome se ignora.

O documento, que traslado, é autographo:

«Eu D. Joanna de Bragança declaro que achei entre os papeis do Duque D. Pedro meu Irmão dois escriptos da letra do Padre João Chevalier da Congregação do Oratorio e assignados pello sobredito Duque dos quaes o primeiro dizia assim—*Declaro que tenho uma filha chamada Anna a qual se cria em casa de Feliciano José da Cunha que dará a conhecer Victorino Xavier dos Santos, meu creado. Ordeno que o meu herdeiro e testamen-*

teiro a recolham em um mosteiro onde dezejo seja freira e lhe deixo cinco mil cruzados de dote e trezentos mil reis de tença annual;— e em outro parographo:—Tenho outra obrigação d'esta natureza e o que disponho a este respeito o deixo dito de palavra ao meu confessor e o meu herdeiro estará pelo que elle lhe disser. Lisboa 21 de Fevereiro de 1758. D. Pedro, Duque de Lafões.

«O segundo papel dizia assim:—Tenho uma filha, de quem sabe e a quem conhece a Prioreza actual da Annunciada, quero que seja freira e que o meu herdeiro lhe dê cinco mil cruzados de dote e duzentos mil reis de tença annual. Lisboa 21 de Fevereiro de 1758. D. Pedro, Duque de Lafões.

«Esta explicação da 2.^a verba do primeiro papel foi necessaria para se saber o nome da pessoa que tinha noticia d'esta segunda filha sem que ficasse publico e por elle se viesse no conhecimento da mãe e o Padre Chevalier que n'aquelle tempo confessou o Duque quiz que se reduzisse a escripto a recommendação que elle de palavra lhe fez.

«Estes dois papeis achei em uma gaveta de um escriptorio que estava na Torrebella e muitos annos os conservei juntos em uma papeleira que na occasião do incendio d'esta casa de S. João dos Bem Casados deitaram da janella abaixo e se fez em pedaços espalhando-se os muitos papeis que n'ella estavam e como foi em noite tenebrosa perderam-se alguns e entre elles o

segundo papel que era em meia folha escripto; porém escapou o primeiro que serve de declaração de ambas estas filhas, o qual meu irmão o Duque D. João quiz que eu continuasse a guardar.

«Pelas razões sobreditas não só ¹ atestar a verdade d'este facto, mas tambem declarar que todas as diligencias que fiz para indagar as provas que havia da sobredita materia comprovam o que meu irmão deixou escripto e assignado.

«A Prioreza da Annunciada n'aquelle tempo era D. Maria Barbara de Saldanha ella me informou por via do Padre Frei Roberto Pinheiro, religioso dominico do que vou referir.

«Uma Senhora illustre e casada estando separada de seu marido teve esta filha e morreu de sobre parto sem dizer quem era seu pae; mas logo o suppozeram pela amizade que já se murmurava; e como este successo se não occultou á mãe da dita Senhora e tambem d'elle teve noticia uma irmã e um irmão este pegou na menina acabada de nascer e a expoz no Campo Grande, ao amanhecer, e escondido vio que uma saloia pegou na creança para a levar á roda, o que sabendo ainda a mãe antes de expirar pedio incarecidamente a sua irmã quizesse tomar cuidado da menina.

«Assim o fez a tia e mandando á roda os signaes

¹ Falta certamente, no autographo, o verbo *posso*.

pelo Padre João de Mattos da Companhia de Jesus foi entregue ao mesmo Padre já baptisada com o nome de Severina, porem não conservou este nome porque lhe pozeram o de D. Maria Leonor com o qual viveu na companhia da tia, sem ser declarada e depois a mesma tia a depositou em casa de uma gente honrada de seu conhecimento.

«Tudo o que tenho escripto até agora é o que me communicou a Prioriza, e tambem o que eu averiguei nos livros dos assentos dos engeitados que tive em meu poder porque o Conde de Val de Reis m'os deixou ver e ali está o dia anno e nome da menina e a entrega que d'ella se fez ao referido Padre João de Mattos.

«O Padre Frei Roberto Pinheiro que soube de tudo isto descobriu a casa em que estava a menina a quem levou varias parcellas de dinheiro sem lhe dizer quem lh'as mandava porque ella não soube nunca quem era seu pae; mas como o dito Padre foi prezo pelo Marquez de Pombal e morreu na prisão fiquei outra vez sem saber da menina até que resolvendo-me a mandar fallar á tia n'esta materia pelo Padre João Monteiro ella me respondeu que a menina estava casada, e não me disse com quem porque todos os parentes d'esta senhora temiam que eu a trouxesse para casa ou pozesse em algum convento e por este facto se viesse no conhecimento da mãe maiormente tendo-se ella creado na casa da tia que era, como já disse, irmã de sua mãe.

«Passado algum tempo fiz novas diligencias e então me mandou dizer a tia que a menina era morta e que o marido com quem casara era filho de homem de negocios e se chamava Joaquim Lobato. N'este tempo morreu tambem a tia, e eu continuei a fazer diligencias porque sempre fiquei com receios de que me enganavam, e ultimamente descobri tudo porque o Padre Commisario dos Terceiros de São Domingos, chamado frei José da Sacra Familia achou marido e parentes e me disse o seguinte:

«D. Maria Leonor casou com effeito com Joaquim Lobato filho de Belchior de Araujo Costa e de D. Anna Josefa de Araujo; recebeu-se por procuração na Ermida do Frederico que é no sitio de Bemfica. Faleceu a dita D. Maria Leonor em 23 de Outubro de 1775 na freguezia de S. Jorge; teve d'este matrimonio uma filha chamada tambem D. Maria a qual se baptisou na freguezia de Santa Catharina em 25 de Abril de 1774. A sobredita filha creou-se em casa de seu avô paterno na companhia de suas tias, irmãs do seu pae, pela razão do pae ter casado segunda vez. Toda esta verdade consta pelas certidões que mandei tirar: estão juntas a este papel que faço para servir de testamento a todo o tempo que parecer necessario a declaração d'esta menina, da qual eu não tive noticia senão agora que pelas diligencias, que fiz, soube as cousas que aqui deixo escriptas e attesto por serem muito verdadeiras e tam-

bem porque tendo-se perdido o papel que dava luz para se procurar D. Maria Leonor é justo que conste que ella foi a mesma de quem falla a declaração que está junta á de Anna de Bragança debaixo do mesmo signal do Duque meu irmão; e como o Padre João Chevalier ainda é vivo tambem se poderá lembrar d'isto mesmo que escrevo. E para que a todo o tempo que for necessario se saiba quem foi a senhora de quem o Duque meu irmão teve esta filha (o que agora se não pode declarar porque é ainda vivo um irmão e mais parentes da dita Senhora) em um papel separado declarei o seu nome e o mais que é justo se saiba para o futuro. Por ora só acrescento que o mesmo tio de D. Maria Leonor a casou ás escondidas. Lisboa 1.º de Junho de 1783—D. Joanna de Bragança».

Não tinha eu razão para dizer que a historia d'esta outra filha do duque de Lafões era um romance verdadeiro? Nos archivos das casas fidalgas de Portugal ha dezenas de documentos inéditos, que estão a convidar a penna de outros tantos romancistas.

Nem na *Historia Genealogica*,¹ nem nas *Memorias historicas e genealogicas*² diz Antonio Caetano de Sousa quando D. Luiza Clara de Portugal, a *Flor da murta*, falleceu; d'onde se depreheende que ainda vivia em 1755,

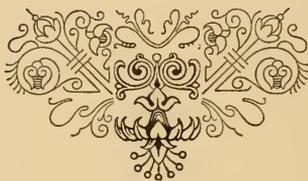
¹ Tom. ix, pag. 240; tom. xi, pag. 420.

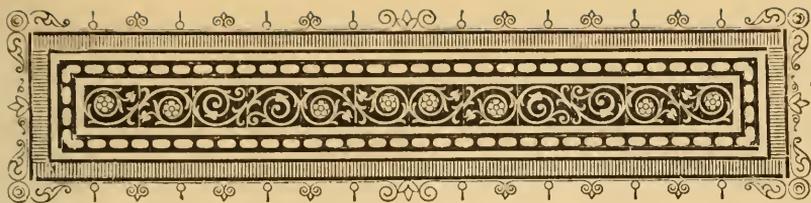
² Pag. 355.

anno em que sahiram as *Memorias*, posteriores aos dois volumes da *Historia Genealogica* que mencionam D. Luiza.

Da sua vida nada mais sei, comquanto tenha adeantado muito ao que até hoje se escreveu sobre o assumpto.

Na tradição oral anda uma phrase, que se attribue á *Flor da murta*, quando foi á quinta da Terrugem despedir-se do cadaver do marido. Não a reproduzo, porque a reputo inverosimil. Se effectivamente D. Luiza Clara de Portugal foi á quinta da Terrugem prestar essa homenagem de respeito ao marido que infelicitára, certamente que seria para choral-o, porque as lagrimas eram mais proprias n'essa occasião do que os ditos de espirito.





VIII

A ACTRIZ PETRONILLA

CAMILLO Castello Branco, referindo-se ás frequentes aventuras de theatro a que se entregavam os fidalgos do tempo de D. João V, observa com inteira verdade historica:

«Tão queridas se logravam as actrizes dos fidalgos portuguezes quanto os actores eram desprezados. O fidalgo, que não tivesse uma aventura de theatro, apenas poderia hombrear em proezas de galã com algum frade bernardo de costumes suspeitos».

E referindo-se aos espectaculos:

«A porção illicita d'aquelles espectaculos pertencia ao rei e aos fidalgos. Estes gabavam-se de que as actri-

zes eram petisco, *morceau friand*,—dizia o cavalheiro de Oliveira—que só aos grandes senhores competia. Na actriz não amavam arte nem belleza: amavam a comediante». ¹

Isto já vinha de traz. Se o leitor tiver a paciencia de, ao ler as *Monstruosidades do tempo e da fortuna*, ir coordenando as notas soltas que se referem á biographia do famigerado fidalgo D. João de Castro, um verdadeiro D. Quichote do seculo xvii, verá que elle foi preso pelo facto de entre os assassinos do marquez de Sande terem sido descobertos criados seus, pelo que se lhe attribuiu responsabilidade no homicidio. Ora a verdade é que o mandante foi o conde de Mesquitella, que, para realisar o crime, pedira emprestados os criados de D. João de Castro. Fôram ambos presos, o conde de Mesquitella e D. João de Castro, mas este aventureiro fidalgo, que supponho ser descendente do conde de Arrayolos e senhor do Paul de Boquilobo, poudo illudir a boa fé do capitão da Torre de Belem, onde o encarceraram, e fugiu para Castella.

Pois, referindo-se ao anno de 1670, diz o auctor das *Monstruosidades do tempo e da fortuna*:

«Em o anno seguinte acharam algumas pessoas suas memorias frescas, e vivas, em as galas de uma comediante, que representava com ellas igualmente a louca

¹ *Noites de insomnia*, n.º 5, pag. 6.

*vaidade d'este fidalgo e o papel da comedia, sendo mais celebrada pelo que dava que dizer, que pelo que dizia».*¹

E aqui fica desde já plenamente confirmada a judicious observação de Camillo: os fidalgos portuguezes não amavam na actriz nem a arte nem a belleza, mas apenas a comediante. Em Castella e Portugal era a mesma coisa. D. João de Castro, *que representou bem as aventuras de D. Quichote*, encontrou lá uma comica somenos, que só dava que fallar pelo escandalo derrancado da sua vida, e não duvidou arreial-a de custosas galas. Cá fazia-se o mesmo.

Os poetas do seculo xviii revelam o fanatismo que certas comediantes produziram em Portugal. Pobres poetas! com as suas louvaminhas não ganhavam certamente mais do que estimular o appetite dos fidalgos, se é que os fidalgos não lhes encommendavam e pagavam as louvaminhas. Podia muito bem ser.

Thomaz Pinto Brandão, no *Pinto renascido*, preconizou varias mulheres de theatro, entre as quaes uma Marianna Rubim, que cantava, e parece que tambem bailava, no theatro do Bairro Alto.

Dizia-lhe elle.

Ella é, no italiano,
mais que todas varonil;

¹ Pag. 157.

que as outras aprendem momos,
e o Momo é d'ella aprendiz.

Seu canto é quasi divino;
e tem, para ser assim,
toques do Espirito Santo,
que hoje é seu mestre feliz.

Quando com graça se move
ao chamado de um violin,
as almas nas voltas mette,
e nenhuma sahe d'ali.

Tanto ar nas cabriollas
mostra o seu corpo gentil,
que do abalo de seus pés
tremeram os meus quadris.

Para enfeitiçar as almas,
engenho tem tão subtil,
que quem a chegar a vêr,
o meu mal ha de sentir.

É uma preciosa pedra,
que seu pae soube polir
na officina de sua mãe;
mais que diamante, é rubim.

É pedra de tal valor,
que eu em memoria a metti;

e o coração para engaste
 lhe darei, se lhe servir.

Isso sim! Só se a Marianna Rubim ainda encontrou o poeta antes de esbanjados os ultimos haveres com que se repatriára. Cheio de versos não lhe servia de certo o coração de Thomaz Pinto; de peças ou dobrões, sim, de mais a mais ha nomes que são uma predestinação: ou ella não fosse Marianna Rubim, nome que por si só pede engastes e escrinios!

Tambem esteve em Lisboa uma hespanhola, chamada Rosa, por alcunha a *Gallega*, que cantava donairosamente em italiano, castelhano e portuguez, e que ibe-risou muitas cabeças, depennando muitas algibeiras.

Thomaz Pinto celebrou outrosim uma cantarina que causava delirio n'um duetto com o cantor Moci. Elle não a nomeia, mas diz aos dois:

. sendo um par de cantores,
 sois dois cantores sem par.

Grande ruido causou em Lisboa a Izabel Gamarra, hespanhola, casada. Tambem teve o seu fidalgo: foi o terceiro marquez de Gouveia, D. Martinho de Mascarenhas, pae do raptor de D. Maria da Penha de França e do infeliz duque de Aveiro, que no reinado de D. José morreu justicado.

D. Martinho era irmão de D. Gaspar de Moscoso e

Silva, depois frei Gaspar da Encarnação. Já o dissemos. Tinha casado em junho de 1698 com D. Ignacia Rosa de Tavora, filha do segundo marquez de Tavora, e era pae de trez filhos, João, José e D. Francisca das Chagas, que casou com o conde de Lavradio, quando a Gamarra, «moça, azevieira, travessa, vivissima, espirituosissima, feiticeira em todos os seus requebros», segundo a phrase do cavalheiro de Oliveira, estava dando brado em Lisboa.

O marquez, apesar de casado com uma dedicada esposa, e já adeantado em annos, enamorou-se da comica, a mais formosa que o cavalheiro de Oliveira conheceu nos theatros de Lisboa.

Tinha só um defeito, segundo o mesmo auctorizado informador. Em materia de mulheres, o cavalheiro de Oliveira fallava de sciencia certa. Elle conheceu a Gamarra *mieux que personne*. Ora aqui está a razão da sua auctoridade. A comica era perfida como a onda. Atraçoava o marido e o amante. Não se pode ser mais onda na perfidia.

D. Martinho de Mascarenhas, apaixonado pela Gamarra, achou que o melhor meio de possuil-a era compral-a. Negociou-a com o marido, e o marido vendeu-lh'a. Este marido não era melhor pessoa do que a mulher. Mas a Gamarra, transigindo com a venda, não se julgou obrigada á hypotheca do coração. Quem estava no coração da actriz não era o marquez de Gouveia, e

muito menos o marido: era Valentim da Costa Noronha, amigo intimo do cavalheiro de Oliveira.

Atormentado de ciumes, o marquez retirou Gamarra do theatro, onde os applausos do publico, quando ella cantava *El juramento ante Dios* e *Las firmesas de Izabela*, lhe accendiam menor inferno de zelos e despeitos do que os olhares ternos com que distinguia o Noronha.

E não eram só olhares. No mesmo dia em que o marquez offereceu o seu retrato, ricamente emmoldurado, a Izabel Gamarra, passou-o ella ás mãos do Noronha. Pagava mal a treda comica ao nobre D. Martinho Mascarenhas, que, para serenar o coração, resolveu mettel-a no convento das Monicas. Gamarra, dando certamente pouca importancia aos votos religiosos, professou. Thomaz Pinto Brandão cantou a profissão de Gamarra n'uma decima que tem a seguinte rubrica:

Na profissão de Izabel Xamarra, representante famosa que foi n'esta côrte, e primeira dama.

De seguir melhor estrella
dão hoje em distincta voz,
El juramento ante Dios
Las firmesas de Izabela ;
no theatro de uma cella
com Deus se quer desposar,
e em melhor papel mostrar,
que foi todo o seu viver

*Querer por solo querer,
Caer para levantar.*

Poetas! A Gamarra não entrou no convento para se desposar com Deus. Nas Monicas continuava a receber o marquez e... o Noronha. Certo dia, D. João V e a comica mandaram chamar ao mesmo tempo o marquez de Gouveia: pois o marquez cortou a difficuldade indo primeiro ao convento do que ao Paço. Tão namorado estava o pobre marquez!

Mas o espectro do Noronha perseguia-o por toda a parte, allucinava-o. Algumas vezes D. Martinho de Mascarenhas quiz desembaraçar-se d'esse perigoso rival. Conta o cavalheiro de Oliveira que uma noite, em que acompanhava Noronha, foram assaltados por assassinos, que tiveram de repellir á mão tente. Como estas tentativas não dessem resultado, o marquez de Gouveia pode obter de D. João V uma ordem de prisão contra Valentim da Costa Noronha.

É notavel a coincidencia de que todos os trez personagens d'esta comedia de amor, que degenerou em tragedia, Izabel Gamarra, o marquez de Gouveia e Valentim da Costa, fossem casados.

Preso o Noronha, D. Martinho de Mascarenhas permittiu que a Gamarra sahisse do convento. Não lh'o quiz consentir a abbadessa, mas a Gamarra mandou chamar o marido, para justificar a nullidade do voto, pois que

era casada, e o marido acudiu logo. Cheirava-lhe a dinheiro: não se fez esperar.

Estava imminente um grande escandalo e, para o atalhar, annuiram finalmente a que a comica sahisse do convento. Mas a Gamarra, vendo-se livre de tão complicada situação, entendeu que o melhor que tinha a fazer era ir com o marido para Castella e continuar a sua carreira de artista aventureosa.

O bom do marido esteve pelos autos: foram.

Valentim de Noronha soffreu nove mezes de prisão no Limoeiro. Parece que frei Gaspar da Encarnação, com a sua influencia junto do rei, lhe embargava a liberdade. Foi preciso que D. Martinho de Mascarenhas morresse a 9 de março de 1723, desfibrado pelo amor e pelo ciume, para que se abrissem ao Noronha as portas do carcere.

« Quanto ao Valentim — observa Camillo Castello Branco — não lhe faltou medo que D. João V o mandasse enforcar como fizera áquelle gentil rapaz que ousára disfarçado em carvoeiro visitar-lhe, no convento da Rosa, a cigana soror Margarida do Monte, a quem o rei mandára vestir o habito». ¹

A marquezia de Gouveia, uma santa alma de mulher, chorou sinceramente o marido. Pois não tinha grandes motivos para isso. Um mez depois da morte do mar-

¹ *Noites de insomnia*, n.º 5, pag. 13.

quez entrou no mosteiro da Conceição á Luz, e ahí professou a 3 de maio de 1724.

Santa marquezia!

Quanto á Gamarra, não sei se ella passou ás mãos de segundo marquez ou de segundo marido. Uma sua compatriota, a famosa Marianna Romero, divorciou-se em Castella do marido, que se chamava Luiz Osti, foi para o convento das Trinitarias Descalças e, quando estava para professar, deitou a fugir da claustra, indo cahir nas mãos de segundo marido, o actor Manuel Angel, que já era viuvo de cinco mulheres, e tambem o foi da Romero.⁴ As comicas hespanholas de ha um seculo, se entravam no convento, era para fazer novo salto ao mundo, depois de afiadas as garras nas grades das janellas. Todavia eu não sei qual fosse, depois que Izabel Gamarra sahiu de Lisboa, a sua primeira victima,—além do marido.

Mas entre as actrizes estrangeiras que no reinado de D. João V vieram a Lisboa celebrisou-se uma italiana, nascida em Roma, não porque fosse mulher formosa ou superior artista, mas porque teve artes de enliçar amorosamente o rei.

Veiu para o theatro novo da rua dos Condes, onde trabalhou com a companhia de Alexandre Paghetti, seu patricio, sendo empresario Antonio Ferreira Carlos.

⁴ *Madrid Viejo*, de Ricardo Sepulveda, pag. 350.

Paghetti, que chegára a Lisboa em 1735, explorou por sua propria conta a opera italiana até 1738, em que, vendo-se assaltado de grandes difficuldades financeiras, teve que ceder a empresa, passando a ser apenas director de companhia.

Figuravam como escripturadas quatro filhas de Paghetti: Angela, Anna, Francisca e Helena. Não obstante este auxilio domestico, o italiano não logrou aguentar-se como empresario, sobretudo depois que foi restabelecido o monopolio das representações theatraes, que pertencia ao Hospital de Todos os Santos. Este privilegio havia sido abolido em 1727 no interesse da propagação da arte dramatica. Mas renovado o privilegio, Paghetti teria de pagar annualmente ao Hospital de Todos os Santos o imposto de setecentos mil réis. Pediu que lhe fizessem alguma deducção; abateram-lhe cem mil réis. Pediu tambem o exclusivo das operas italianas; foi-lhe concedido até 1747. Requereu, finalmente, licença para construir um theatro. Concedida egualmente. Mas a má fortuna zombou de todas estas concessões, e Paghetti viu-se obrigado a trespassar a empresa a Antonio Ferreira Carlos.¹

Camillo Castello Branco diz que Petronilla ou Pella-

¹*Historia do theatro portuguez no seculo XVIII*, por Theophilo Braga.

troni representou em Lisboa desde 1739 a 1745.¹ Folheei na Bibliotheca Nacional a vasta collecção de *librettos*, que ali existe, e apenas encontrei o nome da Petronilla como tendo representado em 1739. A informação de Theophilo Braga concorda com o resultado das minhas investigações. Tambem não achei que a Petronilla se chamasse alternadamente Pellatroni. O que eu averigui, como o leitor verá, é que ella se nomeava Petronilla Trabó Basillii, e era romana.

Em 1739 representou no theatro novo da rua dos Condes a opera (*drama per musica*) *Vologeso*. Fez um *travesti*.

Copio textualmente os dizeres do *libretto*, que encontrei na Bibliotheca Nacional:

Vologeso, drama per musica, da representarsi in Lisbona nel Teatro della Rua dos Condes, l'anno 1739. Dedicato alla Nobiltà di Portugallo.—In Lisbonna, nella Stamperia Gioaquiniana di Musica di D. Bernardo Fernandez Gayo, con licenza de' Superiori. Anno de 1739.—in-8.º

Pessoas :

Berenice, rainha de Armenia,

esposa de Vologeso. Sr.^a ANGELA PAGHETTI

Vologeso, rei dos Partos, es-

poso de Berenice. Sr. JOSÉ SCHIAVONI DE SIRACUSA

¹ *Noites de insomnia*, n.º 5.

Lucio Vero, emperador, esposo de Lucilla, amante de Be- renice.....	Sr. ANTONIO SANTINÉ DE PISA
Lucilla, filha de Marcos Aure- lio emperador, esposa de Lucio Vero.....	Sr. ^a JOANNA FRANCHI ROMANA
Aniceto, confidente de Lucio Vero.....	Sr. ^a PETRONILHA TRABÓ BASILII RO- MANA
Flavio, embaixador de Marcos Aurelio.....	Sr. ^a THEREZA ZANARDI DE BOLONHA

Supponho que a paixoneta de D. João V pela Petronilla começaria em 1739, e talvez a estimulasse o *travesti* que ella desempenhou no *Vológeso*. A tradição diz que não era formosa, mas o facto de lhe distribuirem um *travesti* faz suppôr que possuísse boa plastica.

O rei assistiria ao espectáculo, não officialmente, mas porventura ao abrigo das rotulas de madeira que gradeavam as frisas. Assim era que os frades gosavam tambem os espectaculos n'um camarote privativo. O cavalleiro de Oliveira escreve: «*Cette loge s'appelle en portugais le «camarote dos frades». Elle est placée au dessous de celles qui ne sont jamais occupées que par les dames de la première qualité. Celle là de même que les autres est fermée par des jalousies, c'est à dire, par une pèce de grêlles de bois, qu'on appelle Rotas, Rotulas, ou Zelosias (gelosias) en portugais*».

É natural que D. João V se fizesse entender n'essa mesma noite com a Petronilla, e a retirasse do theatro. O caso não devia offerecer grande difficuldade. N'esse anno cantou-se no theatro novo da rua dos Condes a opera *Méropé*, e a Petronilla não entrou; nos annos seguintes, de 1740 e 1741, tambem não apparece o seu nome nos *librettos*. Joanna Franchi, collega e patricia da Petronilla, essa manteve-se na scena desde 1739 a 1741, o que faz suppôr que encontrou mais facilmente o favor do publico do que a generosidade de um amante rico.

Duvido de que a Petronilla estivesse ligada ao rei até 1745. Fundo a minha duvida na razão de D. João V ter sido acommettido do primeiro ataque de paralyisia, que lhe tomou o lado esquerdo, ás quatro horas da tarde de 10 de maio de 1742, por occasião do despacho.

É possivel que a Petronilla desse o golpe de misericordia na robustez do rei. Mas desse ou não desse, é provavel que, para facilitar o restabelecimento do monarcha, a mandassem embora por essa occasião. Deviam tel-a recompensado bisarramente. O valor da recompensa, addicionado ao que ella já havia logrado da munificencia do seu real amante, completaria o peso das bagagens com que sahiu de Portugal. Diz o cavalheiro de Oliveira que levou trinta cavalgaduras carregadas de riquezas.

Foi para Madrid.

É claro que, voltando á vida do theatro, não deslumbraria o publico madrileno nem pelo talento nem pela formosura, que não eram prendas suas. Quem ella deslumbrou foi as damas, que nunca tinham visto tantas joias a constellar o corpo de uma comediante.

Depois de ter dado brado na peninsula, tratou a Petronilla de purificar a sua alma. Talvez a pungisse o remorso tardio de haver esgotado o organismo do rei de Portugal, que nunca mais tornou a ser válido. Fez doações a mosteiros e capellas e foi decerto encontrar no céu a alma de D. João V, que lá chegaria pelo mesmo devoto processo.

Isto lembra o proverbio: Dize-me com quem vives. . .

O rei tinha sido um homem forte, mas estava extenuado. Quando se viu doente, voltou o seu pensamento para todos os santos e santas da côrte celeste. Os frades ajudaram-n'o a familiarisar-se com a numerosa população do *Flos sanctorum*. Fizeram-se promessas, preces, procissões. Da igreja do Carmo sahiu para os aposentos do monarcha a imagem da Senhora da mesma invocação. Tambem alli esteve a imagem do Menino Jesus que pertencia aos arrabidos. O Senhor dos Passos da Graça foi transferido para a Patriarchal, onde se demorou por muitos dias. Os frades de S. Pedro d'Alcantara faziam procissões nocturnas, descalços e com cilícios na cinta; e entrando a procissão em varias egre-

jas, *faziam tão dilatada disciplina, que algumas (egrejas) ficavam bem rubricadas de sangue.*¹

O povo andava chorando e clamando pelas ruas. Invadia o Paço para saber do estado d'el-rei. Era que D. João V personificava todas as qualidades e vícios do seu tempo. Enchia o espirito dos seus vassallos: não podiam querer mais nem melhor.

O rei, atacado pela paralytia, não tivera febre, nem perdêra a lucidez da intelligencia. Pedira o viatico, que lhe foi ministrado, e quizera ser absolvido *in articulo mortis* pelo nuncio. Os commissarios das ordens de S. Francisco e do Carmo tambem o foram absolver. O rei devia estar purificadissimo. Mas os medicos appellaram para a sciencia, não confiando tudo aos frades.

No dia de S. Pedro, 29 de junho, o real enfermo rezou fervorosamente ao santo apostolo e a Nossa Senhora das Necessidades, antiga devoção da Casa Real. E, diz frei Claudio da Conceição, «no mesmo tempo sentiu como um formigueiro no braço lesado, e o começou a mover, levando-o até á cabeça, da mesma sorte moveu a perna, pediu de vestir, e se levantou dando alguns passos, encostado a alguns criados».

Graças a estas melhoras, os medicos resolveram que D. João V devia ir completar o tratamento nas thermas das Caldas da Rainha.

¹ Frei Claudio da Conceição, *Gabinete Historico*, tom. ix, pag. 254.

O rei deu á irmandade dos Passos da Graça 5:000 cruzados, promettendo uma esmola annual de 2:000. Á Senhora do Carmo offereceu um rico vestido de tisso com uma joia, e oiro para uma corôa; ao Menino que a mesma Senhora tem nos braços, outra corôa com pedras preciosas, tudo no valor de 5:000 cruzados.

As communitades pobres receberam 200\$000 réis cada uma, e as que levaram imagens ou reliquias ao Paço, 400\$000 réis. Á igreja parochial de Santa Iza-bel, para auxilio da construcção, foram dados 10:000 cruzados. Muitas freguezias tiveram donativos. As es-molas eram distribuidas a rodo.

O rei prometteu erigir a igreja de Nossa Senhora das Necessidades, que era então uma simples ermida.

E recompensando assim o favor divino, D. João V tratou de galardoar os medicos assistentes.

Mandou dar duzentas moedas a cada um dos facultativos da real camara; cem aos de fóra, que foram chamados, com a mercê do habito de Christo e uma tença de 100\$000 réis pagos na Casa da Moeda.

Aos criados, que o serviram na doença, ordenou se dessem 60 moedas a cada um.

Antes do rei partir, mandou-se concertar as estradas e construir palacios de madeira, ao longo d'ellas, para alojamento da côrte.

Feito isto, o cardeal da Cunha foi benzer o caminho por onde o rei havia de transitar.

D. João V sahiu para as Caldas no dia 9 de julho. A rainha partiu no dia 11, logo diremos porque. O infante D. Francisco partiu n'este mesmo dia.

O rei embarcou no seu magnifico bergantim,¹ tripulado por quarenta homens, indo com elle o principe, os infantes D. Pedro e D. Antonio, os medicos, frei Gaspar da Encarnação, o padre Carboni e os priores de S. Nicolau e S. Miguel.

N'outro bergantim iam a imagem de Nossa Senhora das Necessidades e as reliquias de S. Vicente e de S. Bento.

Quando sua magestade navegava em frente da Ribeira, o povo dava vivas ao rei, gritando: «Viva o nosso bom rei muitos annos, ainda que seja entrevadinho!» E milhares de lenços se agitavam no ar. O rei e os principes correspondiam aos acenos. Uma numerosa flotilha, conduzindo a côrte, singrava Tejo acima na esteira do bergantim real.

D. João V desembarcou em Villa Nova da Rainha, onde, depois de ter mandado dar esmolos de 200 e 400\$000 réis ás communiidades que ahi o foram esperar, se trasladou a um coche feito expressamente para a jornada. Ainda se conserva no deposito da calçada da Ajuda este coche. É pesadissimo. Para subir a cal-

¹ Vilhena Barbosa, *Arch. Pitt.*, vol. x: *Bateis, galés, bergantins, galeotas e outras embarcações de gala dos nossos reis.*

çada do Espinhaço do Cão foi preciso atrellar-lhe dez parelhas de machos. Tem *water-closet*. Certamente se entendeu que não seria decente sujeitar a rainha ás contingencias da materia dentro de um coche onde ellas mal poderiam ser disfarçadas.

Pelo caminho, os priores de S. Nicolau e S. Miguel foram espalhando doze mil cruzados em esmolas de 120, 100 e 60 réis.

Quando o rei passou em Alemquer, mandou dar réis 200\$000 ao convento das freiras; egual quantia ao convento dos frades e ao hospicio de Santa Catharina.

Quando chegou ao Senhor da Pedra, apeiou-se, mandou sahir todo o povo que estava na egreja, e demorou-se fazendo oração.

Logo que entrou nas Caldas, tambem orou á imagem da Senhora do Populo, que estava na porta do hospital.

El-rei hospedou-se em casa de Antonio de Lima, contigua á do desembargador João de Proença, onde a rainha se aposentou: entre os dois predios estabeleceu-se um passadiço.

O infante D. Francisco domiciliou-se na quinta de Bernardo Freire, junto ao convento das Gaieiras, onde, dentro de dez dias, falleceu.

Os filhos naturaes de D. João V poisaram proximo de Alfeizirão em casa de Silverio da Silva.

Os frades d'Alcobaça, logo que o rei chegou ás Cal-

das, enviaram-lhe 69 vitellas, 194 presuntos, 182 queijos, 210 perús, 692 gallinhas, doze cargas de fructa, 36 paios, 333 caixas com doce. Que bernardissima comensana!

O rei repartiu o presente por toda a sua familia, pela côrte, pelos frades das Gaieiras, aos quaes mandou dar tambem 200\$000 réis, e como o guardião lhe fosse agradecer a dadiva, esmolou-lhe mais 200\$000 réis.

Ao Senhor da Pedra offereceu D. João V dez mil cruzados para as obras da egreja; a cada convento dos arrabidos de Santarem e de Valle de Figueira réis 200\$000 réis.¹

Foram arrancadas a um interessante manuscrito, que existe na contadoria do hospital das Caldas da Rainha, *Livro da fundação d'este real hospital*, composto pelo padre mestre Jorge de S. Paulo, as paginas referentes á primeira viagem que D. João V fizera áquella estação thermal, e que continham os nomes das principaes pessoas que acompanharam suas magestades, bem como a designação das casas em que assistiram. Privamos aquella mutilação do prazer de podermos agora informar mais detidamente o leitor.

O que porém se sabe, porque o diz frei Claudio da

¹Ribeiro Guimarães, *Summario de varia historia*, vol. v, pag. 233 e seguintes.

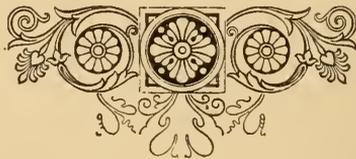
Pedro

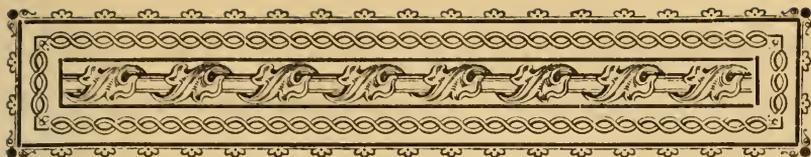
Conceição, é que D. João V regressou a Lisboa no dia 16 de agosto, sahindo das Caldas pelas quatro horas da manhã, vindo embarcar em Villa Nova da Rainha. Chegou a Lisboa ás seis horas da tarde *com algumas melhoras*. Antes de sahir das Caldas, o magnanimo soberano despejou ondas de oiro nos cofres das egrejas e conventos circumvizinhos. Aos enfermeiros que o metiam no banho agraciou com o habito de Christo, tenças, e cem peças de 6\$400 réis a cada um. Aos medicos de Coimbra e das Caldas, que lhe assistiram, concedeu tambem, estipulou tenças, e mandou entregar grandes ajudas de custo. A Antonio de Lima, que o hospedou, concedeu, além do habito, uma tença de oitenta mil réis; e ao desembargador João Proença, que hospedára a rainha, aposentou-o na Relação do Porto com o ordenado por inteiro.

Muito cara ficou ao erario a Petronilla... e as outras!

O povo delirava de alegria por vêr que os banhos das Caldas tinham avigorado um pouco o cansado organismo do monarcha. A academia dos *Escolhidos*, presidida por Monterroyo Mascarenhas, discutiu trez problemas transcendentales, em honra do restabelecimento do soberano: 1.º Se foi tão grande a molestia de sua magestade como a affectuosa piedade dos seus vassallos. 2.º Se na doença de sua magestade mostraram mais fineza nas suas rogativas os habitantes da côrte

ou os de fora de Lisboa. 3.º Se foi no reino tão grande o sentimento na queixa de sua magestade como o gosto na sua melhora. Que genial cabeça não era preciso ter para attingir a resolução de tão graves problemas!





IX

O OCCASO DE UM CÉZAR



ORGANISMO de D. João V sahira fatigado das campanhas do amor; não só fatigado de muitas, tambem ferido de algumas.

Aos cincoenta annos, a actriz Petronilla vibrara-lhe o golpe de misericordia, prostrara-o.

Quando o rei, ahi á volta de 1741, celebrava uma entrevista amorosa, carecia já do auxilio de receitas aphrodisiacas.

O seu particular Manuel da Costa, que o acompanhava, levava n'uma caixinha de algibeira os conhecidos coleopteros, que estimulam a sensualidade.

Depois, um tal João Jacques de Magalhães, que des-

empenhava junto de D. João V o papel de Canidia e outras sagas romanas, que vendiam aos velhos libidinosos e aos amantes exhaustos o *poculum desiderii*, as *aqueæ amatrices* e outros philtros eroticos conhecidos pelo nome generico de *Satyriion*, aconselhou ao rei a preferencia da essencia do ambar sobre os coleopteros.

D. João V acceitou ávidamente o conselho, que lhe promettia ephemeras renovações de vitalidade amorosa. Se o diabo lhe tivesse apparecido, como ao Fausto de Goethe e ao S. frei Gil de Vouzella, propondo-lhe, a troco de um papel assignado com o proprio sangue, a revelação de segredos de alta magia, que lhe eternisassem a mocidade e lhe facilitassem as aventuras, D. João V haveria fechado logo o contracto.

Mas as suas crenças religiosas? perguntará o leitor.

João Jacques não era melhor que o diabo, e D. João V acceitou-lhe o conselho. Bem sabia o rei que os philtros aphrodisiacos arruinavam a saude no interesse de uma ruim paixão, mas uzava-os, não obstante o conselho dos medicos e porventura de algum frade mais intimo. E depois a sua doutrina era esta: peccar e resgatar a culpa. Tivesse elle feito pacto com Satanaz, e trataria de obter de Roma uma bulla absolutoria. Não lhe seria difficil.

O dr. Bernardes, physico-mór, o dr. Matta Guião, o dr. Francisco da Fonseca Henriques, auctor da *Ancora medicinal* e do *Aquilegio*, bem como os outros cirurgiões

do Paço, certamente fariam sentir ao rei, em particular, o perigo que a sua vida corria com o abuso dos estimulantes.

O dr. Bernardes, com a auctoridade de primaz da classe, lembrar-lhe-ia, visto que D. João V conhecia um pouco a litteratura romana, que o sybarita Lucullo e o poeta Lucrecio morreram victimas das beberagens amatorias. Que Ovidio, no *Remedio do amor*, accentuava que os decoctos excitantes continham o germen da loucura furiosa. Que Juvenal feria a mesma tecla. Que dos poetas e prosadores latinos, que se occuparam do assumpto, resultava a lição de que os aphrodisiacos lançavam graves perturbações no organismo, conduzindo á paralyisia, á epilepsia, á loucura e á morte.

D. João V negava, decerto, que se valesse d'esses recursos. Como rei, quereria fingir-se superior ás fraquezas do barro humano. Mas os medicos do Paço, conversando com os boticarios mais em voga, como era o Maia Pinto, das Portas de Santa Catharina, recommendado pela casa Lafões, sabiam de sciencia certa que o rei mandava aviar, por intermedio de Manuel da Costa, frequentes pedidos de cantharidas e essencia de ambar.

Quando em 1742 D. João V soffreu o primeiro ataque de paralyisia, o physico Bernardes teve este dito d'espírito, que brigava com as conveniencias palacianas:

—Cure-o João Jacques, que sabe o que lhe fez, e Manuel da Costa, que sabe o que elle fez.¹

Não obstante o rei negal-o aos medicos, toda a gente sabia até que ponto D. João V abusava dos excitantes.

Lord Freeman, que viajou em Portugal de 1778 a 1779, diz n'uma das cartas enviadas a um irmão residente em Londres «que D. João V dissipou a sua vida com clerigos e mulheres; que depois de ter introduzido a Patriarchal, deixou reduzir a tropa a nada, e que decahido pela idade, para gosar mais tempo das damas, tomou cantharidas, as quaes o reduziram a uma summa frouxidão; que tendo vivido como sultão, fez as pazes com o céu, e acabou como santo, segundo as vozes dos lisonjeiros padres que lhe assistiram».²

Costigan e outros fallam pela mesma bôcca.

Depauperado, exangue, o rei vira chegar a paralyisia complicada com reverdecimentos de antiga *luxuria asiatica*, por me servir da linguagem de Santo Agostinho.

Não vampirisou, para robustecer-se, o sangue das creanças, como de Luiz XI conta a lenda, nem chuchurreou no peito das mulheres, para alimentar-se a leite, como o cardeal D. Henrique.

Voltou-se para Deus e para as Caldas da Rainha.

¹ *Memorias inéditas*, do bispo do Grão-Pará, pag. 151.

² Mss. da Bibliotheca Nacional. Codice n.º 682 da *Secção Pomalina*.

Os frades, os arrabidos principalmente, apontavam-lhe para o céu, a grande pharmacopêa divina; os medicos, especialmente o dr. Henriques, indicavam-lhe as thermas das Caldas, como sendo, depois do céu, o melhor medicamento conhecido.

O auctor do *Aquilegio* repetia ao rei as palavras que vinte annos antes escrevêra :

«... e por isto são uteys (as Caldas da Rainha) nas parlizias, e estupores legitimos, nas convulsões; na surdez de causa fria, nos vomitos, e debilidades de estomago, nos cursos lentericos, e celiacos; nas diarrheas em que o estomago e intestinos estão relaxados; na incontinencia da ourina, que tem por causa a laxação dos musculos da bexiga; na gotta artherica; na fraqueza das juntas; nos rheumatismos antigos; nas vertigens; nos accidentes de gotta coral; nas obstruccões que não sejam por resiccação, etc. Para os (queixosos de molestias secretas, que o medico designa por um adjectivo grosseiro) tambem são excellentes, não só pela razão de serem uns suores humidos, em que á maneyra de huma estufa se suão as humidades, ou humores do corpo, em que o contagio... se sigilla: mas tambem pelas partes mercuriaes, de que as Caldas constão, com que este contagio se infringe, e se modifica, quando totalmente se não éxtinga.»

D. João V, convencido pelos frades e pelo auctor do *Aquilegio*, fez segunda viagem ás Caldas em 2 de maio

de 1743, espalhando esmolas e donativos ás rebatinhas. Demorou-se pouco mais de vinte dias. Quiz voltar lá em setembro, mas ao chegar a Villa Nova da Rainha teve um accidente, que o obrigou a retroceder Tejo abaixo. Que triste espectáculo o d'esse rei galanteador, estendido no seu bergantim, sopitado, pallido, inerte, gemendo!

Recolhido ao Paço da Ribeira, os medicos da real camara sangraram-n'o. Queriam evitar a congestão, que temiam. Mas o rei, cada vez mais depauperado de forças, fiava muito das Caldas e do Senhor da Pedra. Voltou pois ás Caldas e, como as melhoras fossem sempre ephemeras, D. João V esperava anciosamente pela primavera do anno seguinte para emprehender uma nova jornada.

Partiu pela quarta vez para as Caldas a 25 de abril de 1744. Regressou em maio. A 11 de julho voltou. Alternava o tratamento therapeutico com excessivas praticas religiosas. Lia livros de devoção e assistia a officios, mas já não tinha voz para entoar elle proprio o bello cantochão romano, que tantas vezes cantára em Mafra.¹ Rodeiava-se de frades, que formigavam nas Cal-

¹ Diz Filinto Elisio: «Pois que fallo das grandezas de Mafra, não deixarei no tinteiro a grande paixão, o afineo, com que o fundador d'aquelle convento obrigou os arrabidos a deixarem o canto da capucha de que uzavam nos officios divinos, e a aprenderem o

das desde que o rei lá chegava, resava responsos por alma de todos os finados que conhecêra, organisava exequias sollemnes pelo infante D. Francisco e pela infanta D. Francisca. Os arrabidos ás vezes, cançados de responder, adormeciam. Então o rei atirava-lhes com a bengala para os accordar, e os frades, respeitosa-mente, iam apanhal-a do chão e entregar-lh'a. Esta especie de despertador era systema antigo.¹

Insomnioso, fatigado, o rei tivera nas Caldas trez accidentes. Mas recolhendo no fim de julho a Lisboa, planeou voltar ás Caldas em outubro. Assim fez.

Quando a primavera de 1745 floria as primeiras rosas de maio, D. João V tornou a fallar nas Caldas. Era a sua unica esperança, o derradeiro baluarte em que procurava entrincheirar-se. Os medicos opposeram-se, porque o rei tivera dias antes trez grandes accidentes. D. João V teimou, e foi. Voltou lá em outubro. Tornou

cantochão á romana, que elle fundador sabia com tanta perfeição, que corrigia os descuidos dos cantores; como muitos dos que ainda vivem presenciaram: a mim m'o affirmou assim o cantor-mór frei Domingos do Rosario (que era um fradalhão de maço) e tambem o mestre de seminario João Rodrigues Esteves. E era el-rei tão devoto (digno pae de D. Pedro III) que tinha sempre na tribuna (quando se achava em Mafra) um livro de cantochão com a reza do dia, para cantar com os frades, e mais apurado que elles.»

¹ *Mémoires du baron de Besenval*, Pariz, 1821.

em abril de 1746, sem a rainha, que não podia sahir de Lisboa por estar proximo o parto da princeza. Se assim não fosse, D. Maria Anna de Austria teria continuado a assistir carinhosamente ao marido, que tanto outr'ora a esquecêra. A pobre senhora passára o anno em correrias para as Caldas, sem um queixume. D. João V voltou ali em setembro, e distribuiu esmolas a esmo. Queria comprar a compaixão do céu, como comprára tantíssimas vezes a do papa, mas o céu não se compadecia do seu desespero.

Que remedio, então? Insistir. A 22 de abril de 1747, nova jornada ás Caldas, a undecima. Foi d'essa vez que D. João V encarregou o brigadeiro Manuel da Maia de refundir immediatamente o hospital. Abriram-se minas, fizeram-se fontes, tanques, um aqueducto, paços do concelho, cadeia.

Dentro de trez annos, á força de dinheiro, concluíram-se todas estas obras.

D. João V tinha pressa de ver medrar a construcção a que ligava o seu nome e que era hyperbolicamente applaudida por quantos frades e freiras enxameavam em torno das thermas das Caldas da Rainha.

Tambem as freiras? perguntará o leitor. Tambem, e não só guapas, como bem nascidas.

Era costume que vinha de longe. Já no tempo de D. João IV, em 1644, um fidalgote, associado com quatro amigos egualmente desatinados, pozera fogo ao an-

tigo hospital, diz-se que para, na confusão do incendio' raptar uma freira que alli estava a banhos. É o padre mestre Jorge de S. Paulo que refere este e outros episodios escandalosos na chronica manuscripta que existe na contadoria do hospital das Caldas.

Em 1651 era tão desbragada a vida que as freiras, sob pretexto de fazerem tratamento, ali passavam, que por uma carta regia, datada de 28 de abril, D. João IV ordenava «que nas Caldas se não receba religiosa alguma, sem embargo de quaesquer licenças e achaques com que ahi cheguem.» Em 1653 o abuso continuava, e o rei renovava a iniciativa d'aquella ordem. Mas a pressão que as freiras exerciam era tão forte, que o proprio D. João IV, n'esse mesmo anno de 1653, consentiu que varias religiosas, todas ellas decerto doentes, mas impeccaveis, fossem veraneiar para as Caldas da Rainha.

Com D. João V, são ou enfermo, as freiras estavam á vontade. E ao rei, inutilizado pela doença, devia ser platonicamente agradavel o vêr-se nas Caldas rodeiado por esse enxame de religiosas mundanas, que lhe recordavam os seus bons tempos de Odivellas.

Frades e freiras lembravam-lhe certamente as virtudes maravilhosas que aquellas aguas haviam já tido para com pessoas de illustre nascimento, incluindo as de sangue real. O conde de Odemira, D. Francisco de Faro, fôra ali tratar-se, em 1656, de um *stupor em uma*

mão. E curára-se, diziam ao rei. D. João IV estivera duas vezes n'aquellas Caldas, em 1645 e 1652, por causa do achaque de uma perna. Da segunda vez viera radicalmente curado. Não havia pois motivo rasoavel para que D. João V, que em liberalidades piedosas excedêra todos os seus antecessores, fôsse menos protegido do céo, e beneficiado pelas aguas, do que D. João IV.

Mas, pobre rei! quando elle pensava na decadencia crescente do seu fatigado organismo, mergulhava em profunda tristeza. Já não prestava para nada! Talvez que pelos seus ouvidos roçasse, como um epigramma ao seu abatimento physico, a trova ironica com que depois a musa popular satyrisou a sua individualidade politica:

Nós tivemos cinco reis,
 Todos chamados Joões:
 Os quatro valem milhões,
 O quinto nem cinco réis.

Já não valia nada o antigo sultão do occidente!

Em outubro d'esse anno voltou D. João V ás Caldas. Frei Claudio da Conceição diz no *Gabinete Historico*: «N'esta jornada foram innumeraveis as esmolas que fez, as quaes excederam as que dava das mais vezes, quando ia aos banhos.¹» Os frades, as egrejas, locupletaram-se.

¹ Tomo v, pag. 162.

Mas os soldados vagueavam mendicantes, pediam esmola. D. João V, quando fallava d'elles, dizia: os pobres desgraçados!¹ Carpia os soldados, mas só dava aos conventos. Entrou o anno de 1748, passou a primavera, e o rei já nem forças tinha para ir ás Caldas. Adiou-se a partida para o outomno. Em setembro D. João V desesperou-se. Quiz partir. Levaram-n'o. Era a decima terceira jornada que fazia ás Caldas. A decima terceira! Este numero era de ruim agouro. E effectivamente foi a sua ultima jornada.

O céo mostrava-se insensivel, não obstante os reiterados appêllos que o rei lhe fazia por intermedio do Papa. Obteve licença para que no dia de finados cada padre podesse rezar trez missas. Mandou dinheiro, e veio a bulla desejada. Alcançou da Santa Sé o titulo de *Fidelissimo* para si e seus successores. E, já muito doente, recebia de Roma a capella de S. João Baptista, que mandára fazer em honra do santo do seu nome e que o esculptor Alexandre Giusti, acompanhado d'outros italianos, viera armar na egreja de S. Roque. Como se tudo isto não bastasse, entregava-se a exercicios espirituaes com o missionario apostolico Gabriel Malagrida, que tão tragico fim veio a ter, e ouvia missas sobre missas, encostado em almofadas de rico brocado, na tribuna da santa egreja patriarchal. Luiz XI, tam-

¹ *Mémoires du baron de Besenval.*

bem horrorizado pela aproximação da morte, mandára chamar S. Francisco de Paula ao seu eremiterio. D. João V quiz vêr a seu lado o jesuita Malagrida. A desgraça tem parallelismos notaveis; a felicidade, não. A mesma angustia tem modalidades eguaes em differentes pessoas. Mas raros são os individuos que gosam de egual felicidade ou a sentem pelo mesmo modo. D. João V quiz toda a sua vida egualar-se a Luiz XIV. Nivelou-se com elle, *mutatis mutandis*, no amor e no fausto. Luiz XIV, porém, apesar de se gastar muito, poude resistir por mais tempo. Viveu setenta e sete annos. Por isso Thomaz Pinto Brandão lhe tinha chamado o *Matusalem da Europa*. Pois tendo procurado imitar Luiz XIV nos gosos da vida, foi com Luiz XI que D. João V veio a parecer-se no horror pela morte.

Valetudinario durante oito annos, sem força, sem alegria, oito annos gastos no caminho das Caldas, o rei peiorou consideravelmente no principio de julho de 1750. No dia 5, um domingo, correu a noticia de que D. João V, cada vez peor, se tinha confessado ao prior de S. Miguel. Era verdade. Logo começaram as preces publicas, as procissões de penitencia. No dia 11 soube-se que o rei tinha recebido o viatico. Tambem era verdade. Ministrára-lh'o o cardeal patriarcha ás sete horas e meia da manhã, tão decisivo se julgou o lance.

Não obstante, D. João V ainda resistiu mais vinte dias. Durante esse longo paroxismo, recitava psalmos, jacula-

torias, repetia o *Miserere* que o padre Jacintho da Costa, da Companhia de Jesus, recitava. Os olhos do rei fixavam-se desluzidos na imagem de Nossa Senhora das Necessidades, que defrontava o seu leito. A rainha, o principe D. José, os infantes D. Pedro, D. Antonio, o cardeal patriarcha, o cardeal da Cunha, o senhor D. João, filho do infante D. Francisco, cinco ou seis frades dos mais considerados na côrte, o doutor Ortigão, o doutor Guião, medicos da camara, rodeiavam constantemente o leito, esperando a cada momento um desenlace fatal.

D. João V pedia, reclamava todos os actos religiosos, que podessem ajudal-o a bem morrer. Por lembrança sua, o commissario da ordem de S. Francisco e o provincial da ordem do Carmo absolveram-n'o cada um por sua vez. Depois, o nuncio, monsenhor Tempì, deu-lhe absolvição plenaria, ministrou-lhe a extrema unção. El-rei, muito prostrado, fez grande esforço para pôr fora da roupa o braço direito, que foi ungido; o esquerdo estava completamente leso.

Chegára o ultimo dia do mez, que devia tambem ser o ultimo da vida de D. João V.

Pelas janellas do pavilhão do *Forte*, onde era a camara real, entrava uma escassa claridade, que confundia com a alvura do lençol de hollanda, franjado de rendas, a pallidez do rei moribundo.

Passára-se todo o dia em orações, que os dois car-

deaes e os frades rezavam n'um murmurio cauteloso de vozes commovidas. A rainha, a bella alma, chorava e rezava. O prior de S. Miguel e o jesuita Jacintho da Costa diziam ao ouvido do rei palavras de consolação christã, fallavam-lhe de Deus. D. João V gemia, arquejava. Estava agonisante.

A tarde cahira, a noite, uma serena noite de verão, descia. O rei sustentava na mão direita a vela benta, cujo clarão tremia na oscillação debil da mão. A rainha dissera ao padre Domingos Pereira que rezasse a ladainha da Senhora das Necessidades. A voz do padre obedeceu promptamente, n'uma plangente ressonancia, mas logo ás primeiras palavras o rei tivera um movimento brusco, nodoas de sangue, que escorria das fossas nazaes, mancharam a alvura do lençol. Todos se precipitaram sobre o leito. O rei estava morto. O relógio da camara marcava sete horas e cinco minutos.

Quando a noticia da morte do rei se espalhou na cidade, o sentimento foi geral.⁴ Por mais que Auguste Bouchot se admire d'isto, é a verdade. D. João V dei-

⁴ Dizem-n'o todos os chronistas, e nós acreditamol-os. Não precisamos para isso metter em linha de conta as muitas publicações que então se fizeram, taes como : *Epitaphio metrico* por Felix da Sylva Freyre, Lisboa, 1750; *Suspiros metricos* por Diogo Braz Ximenes Dardra, Lisboa, 1750; *Oração consolatoria* por frei Joseph Manoel da Conceiçam, Lisboa, 1751; *Relaçam da enfermidade, ul-*

Tal era o prestígio da tradição! Mezes depois, no prologo da *Lyrical*, Garrett já estava um pouco abalado na sua opinião, mas ainda assim hesitava, e escrevia: «outro rei—*que não sei se foi grande ou pequeno*—D. João V de freiratica memoria».

Monarcha de um povo, cuja historia estava consubstanciada com a da religião de Christo, porque havia levado a cruz do Redemptor ás mais remotas plagas do Oriente e porque em toda a parte, no Oriente como no Occidente, sustentára n'uma das mãos a espada, na outra a cruz, João V, collocando-se ao lado da Egreja catholica, acompanhando-a contra as doutrinas que a Reforma tinha espalhado na Allemanha, que da Allemanha passaram á Inglaterra, da Inglaterra á França e que, ao som do grito revolucionario de Voltaire—*Écrasez l'infâme!* tendiam a crescer como uma onda ameaçadora, lisonjeára o espirito de um povo, onde a Inquisição tolhia o passo á liberdade de consciencia e onde as idéas da Reforma não achariam écco, a não ser nos escriptos do cavalheiro de Oliveira, que estava longe e tinha de ser relaxado em estatua pela Inquisição.

D. João V não só não abria conflictos com a Santa Sé como Luiz XIV durante os pontificados de Alexandre VII e Innocencio XI, mas estivera sempre ao lado da Santa Sé, accedendo aos seus desejos, como na batalha naval de Matapan, impetrando as mais dispendiosas graças, curvando-se perante o seu poder como um

bom rei de direito divino, porque, n'aquelle tempo, os reis eram os eleitos do Senhor, e acabando por solicitar de Roma um attestado da sua nunca desmentida dedicação á Igreja: o titulo de *Fidelissimo*.

Mas tudo isto fizera D. João V sem perder de vista a tradição politica herdada dos seus antecessores, que, pela queda do feudalismo, tinham encontrado o poder real firme e seguro, o que lhes permittira afastarem-se a pouco e pouco da singeleza de costumes da realza christã, e aproximarem-se do esplendor monarchico dos antigos cézares.

D. João V não consentiu nunca em dividir com quem quer que fosse uma parcella do poder real, nem mesmo com seus irmãos quando pareciam ambicional-a, especialmente o infante D. Francisco. Só elle reinava, mais ninguem. Curvava-se, é certo, deante de Roma, mas tratava-a como rei que era: pagando realengamente as concessões que Roma lhe fazia. Não deixava nunca de ser rei, ainda quando negociava com Deus.

Esta concentração de poder dava-lhe prestigio, impunha-se ao paiz que chegou a acceital-a com enthusiasmo. Só algum raro philosopho, como José da Cunha Brochado, tentava de quando em quando, muito timida e occultamente, aventurar uma nota discordante. O paiz orgulhava-se de ter um Luiz XIV para seu uzo, rivalisando assim platonicamente com a França, já que não podia rivalisal-a em poderio. E os frades, que tinham

em D. João V o mais dedicado protector, fortaleciam a opinião publica, dirigindo-a, guiando-a no amor ao throno, que resplandecia como o do ultimo cézar portuguez.

Ultimo, sim, porque D. José, que se lhe seguiu, quebrou a tradição politica, dividiu o seu poder com o marquez de Pombal, se é que lh'o não alienou inteiramente, e quebrou a tradição religiosa, porque a administração do marquez de Pombal foi já inspirada pelo vendaval que principiava a soprar da França, pela philosophia dos encyclopedistas, pois que o marquez expulsou a Companhia de Jesus e vibrou um golpe profundo ao poder até então illimitado da Inquisição.

Os tempos eram já outros: d'ahi a pouco vinha a Revolução Franceza, e estabelecia novas correntes na politica geral da Europa. O cezárismo ia acabar.

D. João V nem sequer se esquecêra de cultivar a tradição galante, que herdára dos seus antecessores, e que dava um relevo pittoresco á figura dos réis. A chronica do amor tinha estado sempre aberta nos degraus do throno portuguez. Vamos ver que as excepções eram rarissimas. Sómente elle, que fôra contemporaneo de Luiz XIV, enchêra todas as paginas da chronica do amor que tinham ficado em branco, para não se amesquinhar perante o seu querido modelo.

O paiz não tinha que extranhar. Era ainda a tradição realenga que vinha perpetuando-se desde os primeiros tempos da monarchia.

Quadra á indole d'este livro o recordal-a.

O conde D. Henrique teve um filho illegitimo, D. Pedro Affonso, cuja mãe se ignora, posto se diga ter sido mulher de qualidade.

Affonso Henriques amou uma Elvira Gualtar, que parece fôra a mãe dos quatro bastardos d'este rei: Fernando Affonso, D. Affonso, D. Thereza Affonso e D. Urraca Affonso.

D. Sancho I houve de D. Maria Annes Paes de Fornellos dois filhos, Martim Sanches e D. Urraca Sanches. De D. Maria Paes Ribeira, a quem o papa Innocencio III chamou uma *feiticeira*, a cuja casa o rei ia todos os dias (epitheto que Herculano tomou ao pé da lettra, mas que Antonio Pereira de Figueiredo entende ser metaphoricamente allusivo aos encantos de D. Maria Paes) teve seis filhos, Rodrigo Sanches, Gil Sanches, Nuno Sanches, D. Maior Sanches, D. Constança Sanches e D. Thereza Sanches.¹

Affonso II procreou um bastardo, João Affonso, que jaz no mosteiro d'Alcobaça. Ignora-se o nome da mãe.

Sancho II foi, como se sabe, a victima amorosa de D. Mecia Lopes de Haro. Souza, na *Historia Genealogica*, frei Antonio Brandão, na *Monarchia Lusitana*, impugnam a tradição de que o rei a desposasse. Mas Herculano, na sua *Historia de Portugal*, diz claramente:

¹ *Monarchia Lusitana*, tom. iv, cap. xxi.

«Agora, porém, o amor só servia para distrahir o rei (Sancho II) dos cuidados da guerra e de buscar remédio á desorganisação interna, trazendo antes novos ciumes de valimento, segundo estes ou aquelles cortezãos melhor soubessem captar a benevolencia da *rainha*, a quem a tradição, écco talvez das vozes espalhadas n'esse tempo, egualmente accusa de haver contribuido para as desordens publicas pela fascinação que exercia no animo do *marido*, fascinação para a qual ella teria empregado artes diabolicas, se acreditassemos as lendas das antigas chronicas».

Affonso III, o marido de duas mulheres, teve fora do matrimonio muitos filhos: D. Affonso Diniz, D. Martim Affonso Chichorro, D. Fernando Affonso, que nasceu de D. Chamoá Gomes, D. Gil Affonso, D. Rodrigo Affonso, D. Leonor de Portugal, D. Leonor Affonso, havida em D. Elvira Esteves, e D. Urraca Affonso, casada com D. Pedro Annes, rico-homem.

Martim Affonso nasceu de uma moura. Duarte Nunes diz: «Houve mais de uma mulher mourisca outro filho, que se chamou Martim Affonso Chichorro, de que descendem os fidalgos d'aquelle appellido. O qual alguns erradamente diziam ser filho d'el-rei D. Affonso II».

Frei Antonio Brandão, na *Monarchia Lusitana*,¹ dá mais alguns pormenores ácerca da mãe d'este bastardo.

¹ Tom. IV, cap. xxx.

«No que toca a moura que foi sua mãe, em uma memoria manuscripta achei ser filha de Aloandro, um dos alcaides de Faro, quando el-rei ganhou esta cidade no anno de 1250. Tinha esta filha dotada de grande formosura, com que el-rei tomou amores, não ha n'isto difficuldade, postoque lhe não podêmos assegurar a certeza».

Frei Francisco Brandão, na mesma obra,¹ confirma a tradição dos amores de D. Affonso III com a moura, posto presuma que o filho que nasceu d'estes amores fosse, em vez de Martim Affonso Chichorro, D. Urraca. Para o caso pouco importa.

D. Diniz *teve conversação* com D. Branca Lourenço, segundo a phrase do mesmo chronista, frei Francisco Brandão, e doou-lhe a villa de Mirandella. *E esta vos faço por compra de vosso corpo*, diz o rei, na doação, sem papas na lingua. N'este diploma não é nomeada a rainha, como quasi sempre se fazia, mas o principe herdeiro D. Affonso: o rei *devia guardar-lhe este decoro* (á rainha), *pois a mercê era feita a pessoa com quem a offendia*, commenta o historiador cisterciense.²

Em Aldonça Rodrigues Telha *ou* Souza³ houve um filho, que foi D. Affonso Sanches, queridissimo do pae;

¹ Tom v, liv. xvii, cap. vi.

² *Monarch. Lusit.* tom. v, liv. xvii, cap. lix.

³ Telha : Souza, *Hist. Gen.* Souza : Brandão, *Monarch. Lusit.*

e em D. Gracia de Souza, mulher de qualidade, natural de Torres Vedras, houve outro filho, que foi o conde de Barcellos, auctor do *Nobiliario*.

D. Maria Pires, *boa dona*, como quem diz mulher de qualidade, tambem mereceu as attensões de D. Diniz: pagou-lh'as com um filho, João Affonso, que D. Affonso IV mandou degolar.

D. Marinha Gomes, uma lisboeta nobre, foi mãe de D. Maria Affonso, bastarda do rei e freira em Odivellas.

Ignoro o nome das mães de outros *filhos de gança* que teve D. Diniz: uma d'ellas parece ter sido D. Mór Affonso.

A lenda célebra as proezas amorosas d'este rei trovador, principalmente nos arredores de Leiria, onde duas aldeias, a de *Amor* e *Segodim* (corrupção de *Cego vim*), parece rememorarem ainda o espirito aventureiro de D. Diniz.

Em D. Affonso IV interrompe-se por um momento a tradição galante dos antigos reis portuguezes. Com o duro character d'este monarcha apenas se conformava a tragedia, de que elle proprio foi protogonista contra seu pae, contra seus irmãos Affonso Sanches e João Affonso, contra, finalmente, D. Ignez de Castro. O idyllo amoroso não lhe dulcificou a indole agreste. Fora do matrimonio não se lhe conhecem filhos.

D. Pedro I teve por manceba uma Beatriz Dias, que

Fernam Lopes apenas menciona de passagem.¹ Os primeiros annos da mocidade parece que tambem os desperdiçou em prazeres menos desculpaveis, como faz suppôr o cruel supplicio imposto a Affonso Madeira, seu escudeiro muito querido. Mas a maior paixão amorosa de toda a sua vida inspirou-lh'a D. Ignez de Castro, bisneta, por seu pae, do rei de Castella D. Sancho IV.² Todos os chronistas a dão como castelhana, mas Camillo Castello Branco parece ter averiguado que era portugueza, nascida em Valladares, arrabalde do Porto, na margem esquerda do Douro. Que razões teve Camillo para isso? Não se sabe, porque não chegou a publical-as.

No cancionero de Duran vem um romance de Laso de la Vega em que se diz que D. Ignez tinha o appellido de Valladares:

El valeroso Don Pedro,
 Gran principe lusitano,
 Hijo del rey don Alonso,
 Sucesor en sus estados,
 De una doncella en Galicia,
 Dicha Doña Ines de Castro
 Y Valladares, etc.

Sabe-se que D. Ignez era effectivamente Valladares

¹ *Chronica de D. Pedro*, cap. x.

² *Idem*, cap. viii.

por sua mãe, que se chamava D. Aldonça Lourenço de Valladares.¹

É também certo, porque existe na Torre do Tombo o documento comprovativo, que D. Pedro, ainda infante, doou a D. Ignez de Castro o padroado da igreja de Santo André de Canidello, que não fica longe do lugar de Valladares.

Agora o que infelizmente se ignora é a relação historica que Camillo encontrou entre o appellido materno de D. Ignez de Castro e o supposto lugar da sua naturalidade.

Da historia dos amores de D. Pedro com D. Ignez pouco se sabe com segurança. Tem-se feito obra pelo episodio que Camões consagrou nos *Lusiadas* a esses amores, calcando a narrativa sobre o que a tal respeito Garcia de Rezende encontrou no seu proprio *Cancioneiro*.²

Até a individualidade de D. Ignez de Castro anda, na tradição, duvidosamente retratada. Em Camões e Antonio Ferreira é uma victima imbellé, que só teve a culpa de amar o principe que a amava. Mas em algumas regiões do paiz figuram-n'a como o typo da astucia feminina.³

¹ *Catalogo das rainhas de Portugal*, por D. José Barbosa, pag. 319, quadro genealogico.

² *Trovas á morte de D. Ignez de Castro*, etc.

³ Julio de Castilho, *D. Ignez de Castro*, drama, pag. 323.

Tambem é duvidoso que D. Pedro desposasse D. Ignez. Conhece-se o discurso que Fernam Lopes põe na bôcca de João das Regras nas côrtes de Coimbra¹ e que conclue pela negativa do casamento, mas importa considerar que esse discurso é orientado por um ponto de vista politico, que mirava a collocar no throno o mestre d'Aviz. Para contrapôr a esta passagem da chronica de Fernam Lopes temos, é certo, o instrumento de matrimonio, existente no Archivo Nacional e transcripto nas *Provas da Historia Genealogica*. Mas é documento igualmente suspeito, por se originar na declaração do rei D. Pedro.

Depois d'esta tragedia amorosa, o coração do rei não ficou embotado. Tanta é a fragilidade do barro humano nos reis, e nos outros! De Thereza Lourenço houve um filho, que foi o mestre d'Aviz, D. João I. E no seu testamento falla tambem de uma filha, que foi creada no mosteiro de Santa Clara de Coimbra, e cuja mãe se ignora.

D. Fernando assignalou tristemente o seu reinado pelo vehemente amor que lhe inspirou D. Leonor Telles, mulher de João Lourenço da Cunha. Quando o rei a tomou por esposa, já D. Leonor havia tido uma filha do marido, a qual morreu, e estava segunda vez pejada, dizem uns, comquanto outros, entre os quaes Fer-

¹ *Chronica d'el-rei D. João I*, tom. I, pag. 179.

nam Lopes, noticiem que já tinha dado á luz outro filho do primeiro matrimonio, que se chamou Alvaro da Cunha, e que lhe mudára o nome para Alvaro de Souza, inculcando-o filho de Lopo Dias de Souza e de uma criada da casa de João Lourenço da Cunha, por nome Elvira.

Fernam Lopes conta este caso em toda a sua crua realidade.

Sabe-se quão nefasta influencia D. Leonor Telles exerceu na politica do reinado de D. Fernando, e ainda depois da morte do rei.

Em Hespanha, para onde João Lourenço da Cunha se retirou, depois que o rei lhe roubou a mulher, puzeram-lhe a alcunha de *Cuernos de oro*, suppondo que elle recebêra dinheiro em premio da propria deshonra. Mas o que é certo é que D. Fernando lhe confiscára os bens, e que João Lourenço da Cunha quizera vingar-se do rei ministrando-lhe veneno.⁴

João Lourenço da Cunha repatriou-se depois da morte de D. Fernando. Quando estava para morrer, o Mestre de Aviz foi visital-o, e «elle lhe pediu por mercê que a este moço (Alvaro da Cunha) desse seus bens, e lh'os deixasse haver, e possuir, como seu filho, que era, o qual nunca ousára nomear por filho em vida d'el-rei

⁴Torre do Tombo, Chancellaria de D. Fernando, liv. II, pag. 45.
D. João I e a alliança ingleza, pag. 6.

D. Fernando, e assim os houve, e herda agora, como todos sabem». ¹

Não obstante toda a louca paixão que D. Leonor Telles lhe inspirou, D. Fernando arrependeu-se do casamento ² e teve outras relações amorosas. Sabe-se que houve uma filha, D. Izabel, a infeliz condessa de Gijon, de que D. Leonor não foi mãe. E Fernam Lopes conta que o rei mantivera amores com uma mulher casada, a qual quizera fazer acreditar ao rei que era seu filho *um cachôpo*. D. Fernando pendia a acreditar, mas D. Leonor Telles interveio, e teve artes de fazer engeitar a creança. ³ É verdade que D. Fernando procedeu semelhantemente quando afogou no collo da ama um menino de quatro dias que D. Leonor Telles lhe dizia ser filho d'elle, mas que o era de João Fernandes Andeiro. E o rei, já esphacelado pela tísica, devia saber-o bem.

D. João I, não obstante estar ligado desde os primeiros annos da vida, por votos sacros, á ordem de Aviz, foi um rei galanteador, como provam a anecdotia da *Sala das pégas* em Cintra e o caso, referido por Fernam Lopes, de, por occasião do cêrco de Chaves, enviar todas as manhãs um cantaro de agua fresca do Tamega, se-

¹ Fernam Lopes, *Chronica de D. João I*, tom. I, pag. 367.

² Fernam Lopes, *Chronica de D. Fernando*, cap. LXIV.

³ *Chronica de D. João I*, tom. I, pag. 368.

questrada aos habitantes da villa, a D. Mecia Vasques, mulher do alcaide.

São conhecidos os seus amores com Ignez Pires, filha de Pero Esteves de Fonte Boa, e não do *Barbaddão de Veiros*, como diz a lenda¹. Parece que só terminaram com o casamento do rei, entrando então Ignez Pires para o mosteiro de Santos, onde foi commenda-deira. D'estes amores nasceram dois filhos: D. Affonso, primeiro duque de Bragança, e D. Beatriz, condessa de Arundel em Inglaterra.

D. Duarte, o melancolico principe que nós conhecemos do *Leal conselheiro*, tambem rendeu preito ao amor clandestino, não obstante ter sido, durante certo periodo da mocidade, um abstemio taciturno. Elle mesmo confessa no *Leal conselheiro* que, para combater a melancolia de que se possuira, lhe aconselhavam os medicos que bebesse vinho pouco aguado, que dormisse com mulher e pozesse de parte canceiras. Teve um filho natural, D. João Manuel, que veio a ser bispo de Ceuta e da Guarda. Suppõe-se que a mãe fosse D. Joanna Manuel, dama nobre.²

Affonso V, o rude guerreiro d' Africa, não borboleteou no amor, fora do matrimonio.

Contando que Luiz XI, na primeira entrevista dos dois

¹ Conde de Villa Franca. *D. João I e a alliança ingleza*, pag. 170.

² *Hist. Gen.*, tom. xi, pag. 371 e seguintes.

soberanos, lhe mandou pedir que aceitasse a quantia de cincoenta mil escudos de ouro «para convidar qualquer gentil dama, como era uzança e cortezia de seu reino (a França)», já em outro lugar escrevi: «D. Afonso V recusou este offercimento. Elle tinha tido uma educação austera, sob a direcção de seu tio D. Pedro; elle havia estimado tanto D. Izabel de Lencastre, sua mulher, que ella poude sempre resistir ás malquerenças que tinha na côrte; elle era o guerreiro d’Africa, o soldado, o homem forte, não estava costumado ao prazer, ás noites de sensualidade que tanto embriagavam Luiz XI. Portanto recusára». ¹

O seu segundo casamento com D. Joanna, a desgraçada *Beltraneja*, nunca se consummou por não ter sido concedida a dispensação de parentesco.

D. João II enamorou-se de D. Anna de Mendonça, «mulher muito fidalga, e moça de mui nobre geração», diz Garcia de Rezende.² Houve d’ella um filho, que nasceu em 1481 e se chamou D. Jorge de Lencastre: foi educado junto de sua tia a princeza Santa Joanna, em Aveiro. *Por escusar desgostos caseiros*, escreve frei Luiz de Souza,³ *determinou* (D. João II) *tirar deante dos olhos*

¹ *Hist. de Portug.*, editada pela *Empreza litteraria de Lisboa* vol III, pag. 144.

² *Chronica de D. João II*, cap. cxiii.

³ *Hist. de S. Domingos*, part. II, cap. vii.

o bastardo, que foi mestre de S. Thiago. Sabe-se quanto o rei procurou legar-lhe o throno, depois da morte desastrosa do principe real; mas a rainha D. Leonor oppoz-se tenazmente. ¹

A manceba de D. João II não conheceu outro homem; acabou commendadeira de Santos. E se recordava a sua falta, envergonhava-se. O filho quiz beijar-lhe a mão, um dia. Ella escusou-se pudibundamente dizendo: «Senhor, eu nunca fui casada».

D. Manuel contentou-se com ser um *Barba-Azul*. Casou trez vezes. Da primeira, com a viuva de seu sobrinho o principe D. Affonso, que desastrosamente acabou em Santarem. Para obter a mão da gentil viuva, que tão agradável impressão lhe havia deixado, não duvidou expulsar os judeus. Casou segunda vez com sua cunhada D. Maria, e houve d'este casamento um enxame de filhos. Da terceira vez que casou, roubou a noiva ao filho primogenito. Orçava pelos cincoenta annos. Foi ainda pae de D. Carlos, que morreu com um anno, e da illustrada infanta D. Maria. Ao todo treze filhos, contado um do primeiro matrimonio,—mas todos elles canonicos.

D. João III amou e foi amado de sua madrasta, a noiva promettida, que o pae lhe roubou. Ha quem conteste este facto, mas Francisco d'Andrade e frei Luiz

¹ Damião de Goes, *Chronica de D. Manuel*, 1.^a part., cap. II.

de Souza, que constituem auctoridade digna de credito, confirmam-n'o com pormenores. Diz-se que Camões o tomára para assumpto do auto do *Rei Seleuco*. E, o que é mais importante, existe no Museu Britannico uma carta do dr. Simpson, embaixador de Inglaterra em Hespanha, dirigida a Henrique VIII, documento digno de toda a fé, no qual se diz: «Que el-rei de Portugal não consentia que a rainha viuva d'el-rei seu pae viesse a Hespanha, porque estava namorado d'ella e a queria desposar.»¹

A estes escandalosos amores, de que tanto se fallou, ligamos uma grande importancia, porque os suppomos como tendo exercido sinistra influencia na vida sombria de D. João III, pela impressão que lhe causára a deslealdade do pae.

Não obstante, o rei teve outras aventuras amorosas. Foi sua amante D. Izabel Moniz, moça da camara da rainha D. Leonor e filha de um alcaide de Lisboa, conhecido pela alcunha de Carrança. Houve d'ella um filho, D. Duarte, que foi prior mór de Santa Cruz de Coimbra. D. João III ainda teve outro bastardo, o infante D. Manuel, mas não sei se a mãe seria Izabel Moniz ou outra.

Tem-se escripto que D. Sebastião fôra insensivel ao

¹ *Apud* conde de Villa Franca, *D. João I e a alliança ingleza*, pag. 277, nota 2.^a

amor. Cezar Cantu chegou a asseverar que o jovem e mallogrado rei aborrecia as mulheres. Não obstante, houve negociações entabuladas para o casar com Margarida de Valois. Um livro do sr. conde de S. Mamede dá larga noticia d'essas negociações. Mas não resalta d'ellas sequer a suspeita de que a scentelha do amor as originasse. Era um negocio puramente diplomatico. Comtudo conheço um interessante documento, muito noticioso, que inculca D. Sebastião como enamorado de D. Juliana de Lencastre, filha do duque de Aveiro.¹ É a narrativa de um chronista anonymo, que, por minuciosa, chega a inspirar confiança. Diz tambem que D. Sebastião, andando a montear em Africa fora da praça de Tanger, vira uma gentil moura, ricamente composta, filha do xarife. Accrescenta que a princeza moura offerecêra a D. Sebastião a posse de grandes dominios, se o rei a quizesse tomar por mulher, e que elle, tendo encontrado alguma semelhança entre a filha do xarife e a filha do duque de Aveiro, as amára a ambas só porque se pareciam. Por onde se vê que a grande paixão do vencido de Alcacerquibir fôra D. Juliana de Lencastre, que D. Sebastião continuou amando na moura de Tanger. O documento a que me refiro é minuden-

¹ Este documento foi publicado no periodico litterario *A Arte*. Na parte relativa a D. Juliana de Lencastre, transcrevi-o no livro *Atravez do passado*. E extractei-o no prologo dos *Idyllios dos reis*.

cioso em episodios que não parecem derivar apenas de uma invenção romanesca. Sendo assim, como pendo acreditar, D. Sebastião não foi isento de aventuras amorosas na sua breve e mal estreada existencia.

O cardeal D. Henrique alimentou sonhos tresloucados de casar-se com a filha do duque de Bragança ou com Catharina de Médicis, cujo retrato trazia consigo. Quebrantado de annos e saude, preso á Igreja por votos sacros, entre-sorria-lhe a esperança voluptuosa de julgar-se pae, posto o não podesse ser; os seus conselheiros ousavam alvitrar que «lhe trouxessem mulher ainda que fosse pejada». ¹

D. Antonio, prior do Crato, não obstante a sua qualidade canonica de freire de S. João de Malta, era galanteador, as mulheres do povo adoravam-n'o: em Santarem offereciam-se-lhe com os olhos, e atiravam-lhe aguas rosadas. Elle, na esperança de haver o throno, pozera o pensamento em desposar a filha do duque de Bragança, como o tio cardeal, mas, repellido, enamorou-se depois de D. Filippa de Vilhena, irmã do seu amigo D. Francisco de Portugal (Vimioso), e esta dama illustre conservou-se-lhe fiel ainda depois d'elle ter perdido todas as illusões como pretendente á corôa. ²

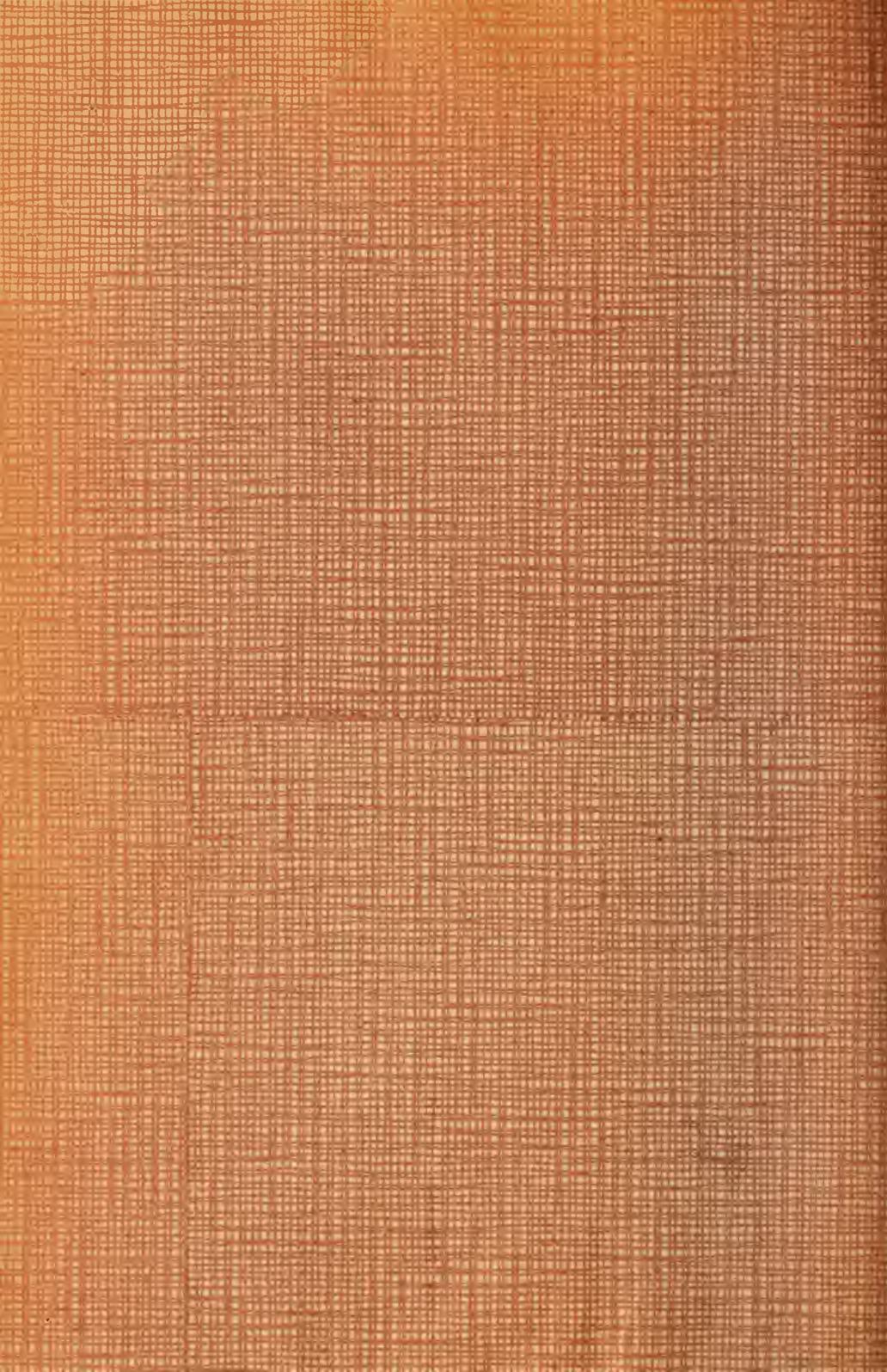
¹ Faria e Souza, *apud* C. Castello Branco, *Historia e sentimentalismo*, pag. 80-81.

² Mesma obra, logar cit.

Interrompida a serie dos reis portuguezes, só conheço o caso de Filippe II querer tomar por amante uma lisboeta, que morava a S. Roque, mas que um primo beneficiado já havia possuido.¹ Patriota beneficiado! e bem pregada peça!

Da tradição amorosa dos primeiros reis da casa de Bragança, vão espalhadas noticias por todo este livro. D. João V recebeu a tradição, e exagerou-a com estrondoso escandalo. Faz isto lembrar o ultimo clarão brilhante de um fogacho que se apaga. No fim do seculo passado veio a Revolução Franceza, que transformou o mundo politico. Os reis deixaram de ser cézares, e os povos conquistaram o direito de fiscalisar a vida dos reis. A monarchia, entrando no regimen constitucional, ganhou em morigeração o que perdeu em poder e auctoridade. D. João V, se o deslocarmos das tradições que personificava, assombra-nos hoje. Mas se o conjugarmos mentalmente com as relações historicas da realeza tradicional no seu tempo, é um producto logico, comprehensivel, e até grandioso como exemplar da decadencia do cezarismo.

¹ *Bispo do Grão Pará. Memorias*, pag. 82.



DP
638
P5

Pimentel, Alberto
As amantes de dom João

PLEASE DO NOT REMOVE
CARDS OR SLIPS FROM THIS POCKET

UNIVERSITY OF TORONTO LIBRARY

UTL AT DOWNSVIEW



D RANGE BAY SHLF POS ITEM C
39 13 09 01 01 024 9